



# HISTÓRIA DE RONDÔNIA

a transição de Território Federal a Estado

**VINICIUS RODRIGUES DIAS**

Organizador





# HISTÓRIA DE RONDÔNIA

a transição de Território Federal a Estado

**VINICIUS RODRIGUES DIAS**

Organizador



Porto Alegre  
2021



**LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS**

**Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0  
Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**

**Você é livre para:**

**Compartilhar** - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

**Atribuição** - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

**Não Comercial** - Você não pode usar o material para fins comerciais.

**Não-derivadas** - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

**Sem restrições adicionais** - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

**EXPEDIENTE:**

**Projeto gráfico, capa e diagramação:**  
Casalettras

**Imagem da capa:**  
Pixabay

**Editor:**  
Marcelo França de Oliveira

**Conselho Editorial**  
Prof. Dr. Amurabi Oliveira - UFSC  
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes - UFPEL  
Prof. Dr. Elio Flores - UFPB  
Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer - UEPG  
Prof. Dr. Francisco das Neves Alves - FURG  
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - UFPEL  
Prof.ª Dr.ª Maria Eunice Moreira - PUCRS  
Prof. Dr. Moacyr Flores - IHGRS  
Prof. Dr. Luiz Henrique Torres - FURG

**Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

H62999 História de Rondônia: a transição de Território Federal a Estado [recurso eletrônico] / Vinicius Rodrigues Dias - Porto Alegre : Mundo Acadêmico, 2021.

Modo de acesso: <http://www.casalettras.com/academico-livros>  
ISBN: 978-65-89475-14-9

1. História do Brasil. 2. História de Rondônia. 3. História dos Territórios brasileiros. I. Dias, Vinicius Rodrigues. II. Título.

CDU: 981(811.1)

CDD 981

---

## IMAGEM DA CAPA

A confecção de símbolos oficiais faz parte da construção de identidade, e logo, os produtores da memória criam narrativas com o objetivo de controlar o passado. A bandeira do estado de Rondônia desenhada em 1981, pelo então jovem estudante de apenas 17 anos, Sílvio Carvajal Feitosa, é mais um mais exemplo da invenção do imaginário.

Em 2019, o criador da bandeira, afirmou o seguinte: “todo símbolo tem que ter identidade. É uma honra saber que o meu trabalho foi reconhecido pela população do estado”<sup>1</sup>. A declaração anterior confirma as ligações do símbolo com a identidade, em simultâneo, narra uma versão harmônica de recepção da população para com a obra.

Há quarenta anos, quando a Secretaria de Educação e Cultura do Território Federal de Rondônia, lançou o edital que escolheria a Bandeira e Armas do futuro estado, chegou a empolgar os concorrentes do concurso. Contudo, ao longo do mês de maio de 1981, surgiram incertezas, pois a Comissão Julgadora não tinha total autonomia e a imprensa noticiou a penetração do coronel governador na decisão final sobre as propostas a serem consideradas “adequadas”<sup>2</sup>.

---

1 Criador da Bandeira de Rondônia explica a inspiração para o projeto que contempla o rio, a estrada, a riqueza e a estrela. **Secom - Governo de Rondônia**, Porto Velho, 30 mai. 2019. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/criador-da-bandeira-de-rondonia-explica-a-inspiracao-para-o-projeto-que-contempla-o-rio-a-estrada-a-riqueza-e-a-estrela/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

2 SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>A BUSCA PELA “FRONTEIRA” E OS DESAFIOS DA MIGRAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA .....</b>	<b>9</b>
<i>Lilian Maria Moser</i>	
<b>A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA: DE TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ A ESTADO DE RONDÔNIA .....</b>	<b>26</b>
<i>Marta Valéria de lima</i>	
<b>RIBEIRINHOS E COLONOS: A REPRESENTAÇÃO DE UMA IDENTIDADE PREFERENCIAL NO HINO DE RONDÔNIA.....</b>	<b>41</b>
<i>Sandro Adalberto Colferai</i>	
<b>ENCERRANDO A TRANSIÇÃO INSTITUCIONAL DE TERRITÓRIO A ESTADO: A PRIMEIRA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE RONDÔNIA (1983).....</b>	<b>58</b>
<i>Vinicius Rodrigues Dias</i>	
<b>DO TERRITÓRIO AO ESTADO, DE PORTO VELHO À BR-364: A MUDANÇA NA ELITE POLÍTICA EM RONDÔNIA.....</b>	<b>87</b>
<i>João Paulo S. L. Viana</i>	

# INTRODUÇÃO

## FIGUEIREDO CUMPRE PROMESSA E TEIXEIRA A SUA MISSÃO SOMOS O 23º ESTADO DA FEDERAÇÃO

Foi uma cerimônia rápida: mas o suficiente para que o presidente João Figueiredo sancionasse a Lei Complementar que criou o Estado de Rondônia, autêntico presente de natal para quase um milhão de habitantes que vem desenvolvendo esta região. Presente ao ato, o governador Jorge Teixeira ganhou a caneta com que o presidente assinou a Lei, quando Figueiredo lembrou a enorme expansão do Território que já não cabia mais dentro dos limites previstos pelo Decreto que o criou em 1943. Figueiredo lembrou que a elevação foi um trabalho irmanado de todo o povo rondoniense: “alcançamos juntos esse objetivo que prometi apoiar quando visitei suas terras e abracei sua gente. Graças a um povo desbravador, liderado por um governador incansável, hoje estamos incluindo mais uma Estrela na Bandeira do Brasil”. (ALTO MADEIRA, 23/12/1981, p.1).

Era uma quarta-feira, quando os leitores do periódico mais antigo da região foram às bancas de jornais da capital Porto Velho para comprar o exemplar histórico do Alto Madeira, que naquela tiragem ainda constava nos dados da edição 13.911 a seguinte informação: “Território Federal de Rondônia”.

Talvez o dado anterior tenha passado despercebido pela equipe técnica quando revisou a tiragem, mas o importante era realçar a manchete, o qual lembrava dois feitos correlacionados, o cumprimento da palavra do general João Figueiredo e a tarefa exercida com êxito pelo coronel Jorge Teixeira: “criar o estado de Rondônia”.

A primeira pergunta que vem à mente é a seguinte: por que todo empenho empreendido pelo Palácio do Planalto na transformação do

território em estado? Obviamente a resposta para essa indagação não é simples e ainda suscita outros questionamentos. Todavia, por quê? Os estudos tratando do tema são poucos, as fontes oficiais necessitam de melhor transparência, as que estão disponíveis (jornais regionais) encontram-se armazenados em Centros de Memória com condições delicadas para o manuseio, por último, nossa historiografia acadêmica priorizou recortes distantes do chamado “Tempo Presente”.

Mesmo assim, estudiosos de diversas áreas recortaram em suas pesquisas o tema em tela e procederam às investigações nos arquivos locais ou buscaram outros meios, trazendo reflexões pertinentes, pois desconstruíram memórias oficiais e conceituaram recortes que permitem compreender determinados acontecimentos.

Nesta presente obra, o leitor terá acesso a alguns dos estudos que tratam da transição de território federal a estado de Rondônia, oriundos das investigações de pesquisadores da Ciência Política, História e Jornalismo. E deste modo, poderá acompanhar alguns fatos de quarenta anos, o qual foi singular, porém como sintetiza a historiadora Lilia Schwarcz: “História não é bula de remédio nem produz efeitos rápidos de curta ou longa duração. Ajuda, porém, a tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre nosso passado, nosso presente e sonho de futuro”<sup>1</sup>.

Ante o exposto, a sugestão dada pelos historiadores é lembrada, o passado deve ser compreendido dentro do seu tempo. E conforme Lilia Schwarcz, a prática de fazer o distanciamento necessário, possibilita perceber o “agora” formado de “passado” em simultâneo, repensar os ideais do “amanhã”.

No capítulo de abertura, a historiadora Lilian Moser, discute a invenção de Rondônia como “fronteira agrícola”, aspecto ainda atual que também contribuiu na formulação de identidades dos moradores da espacialidade, simultaneamente teve impacto importante na criação da unidade federada.

No capítulo seguinte, a historiadora Marta Valéria reflete acerca de duas transições: a primeira trata do aspecto burocrático na elevação de Rondônia a estado, o qual esteve permeado de interesses eleitorais do

---

<sup>1</sup> SCHWARCZ, Lilia. **Sobre O Autoritarismo Brasileiro**, p.26. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Palácio do Planalto, por último, os embates culturais e políticos entre os migrantes e os autoproclamados “nascidos da terra”.

Em seguida, Sandro Colferai analisa a letra do Hino de Rondônia que recebeu uma boa aceitação por parte da grande maioria da sociedade. Porém, como um poema que faz constantes referências ao mundo dos trilhos ferroviários, também passou a contemplar a sociedade agrária? A resposta para esta pergunta poderá ser respondida neste capítulo.

Posteriormente levarei o leitor ao primeiro semestre da fundação do Poder Legislativo, cuja tarefa dos deputados estaduais era redigir e promulgar a primeira Carta Magna rondoniense, todavia, o capítulo não se restringe a fatos factuais, mas acompanha as razões da inserção e exclusões de pautas no anteprojeto constitucional.

Por fim, o cientista político João Paulo Viana discorre acerca da mudança geográfica das elites políticas de Rondônia, às quais nos tempos do Território Federal localizavam-se ligadas aos trilhos da ferrovia Madeira-Mamoré, mas ao longo da década de 1980 o novo estado assistia à ascensão dos grupos políticos do Leste Rondoniense, os quais tornaram-se as elites dirigentes.

Portanto, só tenho a desejar uma ótima leitura e que nesta data especial em que o estado de Rondônia completa seus 40 anos, a obra possa suscitar reflexões pertinentes e novas pesquisas sobre a temática.

VINICIUS RODRIGUES DIAS  
(Organizador)



# A BUSCA PELA “FRONTEIRA” E OS DESAFIOS DA MIGRAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

*Lilian Maria Moser<sup>1</sup>*

## ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A oficialização da Colonização em Rondônia, na década de 1970, incrementou o valor da terra e atraiu inúmeros migrantes de diversas regiões do país para recomeçar uma nova vida. Colonização essa que esteve aliada ao movimento da dinâmica agrária brasileira marcado pelas políticas da Ditadura Militar, implantadas em 1964. Segundo Octávio Ianni (1979, p. 127), o governo ditatorial no Brasil nasceu de um Golpe de Estado que teve o total apoio da burguesia agrária. No período de João Goulart (1961-64), havia sido criada a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), cujo objetivo era iniciar a reforma agrária.

A Ditadura Militar operou uma política de *contra-reforma agrária*, representada pela modernização técnica do latifúndio e das áreas de fronteira, como a Amazônia, em que as terras devolutas foram ocupadas aleatoriamente por grandes empresas e latifúndios, nacionais e estrangeiros, bem como as áreas indígenas foram invadidas (IANNI, 1979).

---

1 Professora do Departamento de História e do programa de Pós-Graduação em História da Amazônia– Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestre em História/UFPE. Doutora em Ciências Socioambiental./NAEA/UFPA. E-mail: moser@unir.br

Assim a Reforma Agrária no Brasil esteve associada à condição da Revolução Verde<sup>2</sup>, nos anos sessenta e setenta, contexto que propiciou as bases para a mudança das estruturas rurais assumidas pelo capitalismo, forçando, conforme José Graziano (1982), “a modernização dolorosa” e “conservadora”. É “dolorosa” e “conservadora” porque não realizou a reforma agrária. Ao contrário: uma grande população foi afastada da terra por obra de uma *contrarreforma agrária*.

Trata-se de uma modernização na qual a concentração de propriedades continuou com um volume de terras crescente em poder de uma pequena minoria burguesa (empresários, grupos empresariais, agropecuaristas), outros grupos com terra (pequenas propriedades de terra) e uma grande parte da população sem-terra ou ainda aqueles que vivem na área rural, mas não têm terra, trabalham na terra de outrem (MARTINS DE SOUZA, 1979).

A realidade configurada entre as décadas de 1960 e 1970 da estrutura agrária brasileira aprofundou suas características latifundiárias, herança do período colonial. Porém, o controle da terra, agora, se revestiu da lógica capitalista em que a extensão da terra foi associada à renda e ao valor da produção.

O capitalismo no campo<sup>3</sup> foi alvo de análise em diversas pesquisas dessas décadas, as quais detectam as mudanças ocorridas no valor da terra e nas relações de trabalho, no contexto de processo de concentração em que as pequenas propriedades foram sendo gradativamente “acopladas” às grandes (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 34).

Várias foram as consequências da *modernização conservadora* das estruturas rurais:

---

2 Revolução Verde é entendido o período a partir dos anos de 1950 quando se iniciou uma nova fase na agricultura brasileira, em que foram injetadas novas tecnologias e um conjunto de práticas e insumos agrícolas que asseguraram condições para que novas culturas alcançassem um alto teor de produtividade, denominada de Variedade de Alto Rendimento - VAR. Surgiram novas sementes que substituíram as crioulas, usadas na agricultura tradicional. A Revolução Verde proporcionou uma nova rentabilidade na agricultura, inserida nas bases do capitalismo, onde a diversidade de espécies diminuiu drasticamente e a agricultura de subsistência foi substituída pela monocultura.

3 Uma vasta produção de pesquisas, a respeito da influência do capitalismo no campo, ocorreu na década de 1980, como José de Souza Martins e José Graziano da Silva.

- A terra foi transformada em mercadoria, a sua extensão vale pelo seu tamanho desde que sejam realizados investimentos;
- As grandes áreas são a garantia de exploração e de acesso a outras formas de riquezas, que de um lado as qualifica nas relações capitalistas e do outro as grandes extensões de terra que não produzem, porque não utilizadas, mas valorizadas pelas atividades extrativas e pelos grandes empreendimentos no que envolve a grande produção de alimentos ou ainda no empreendimento da pecuária e na transformação das culturas rurais em industriais;
- Nas áreas urbanas as grandes extensões de terra desocupadas e improdutivas constituem a “válvula de escape” para a inflação favorecendo a especulação imobiliária (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.35). Nas cidades de Rondônia, principalmente na capital – isso de fácil constatação – nas décadas entre 1980 e 1990, teve demanda de que bairros inteiros se formaram por ocupação em meio a muitos conflitos. No meio rural, registraram-se nessa realidade muitos assassinatos, apontando para o grau de tensão da evolução da fronteira no enfoque de movimento. Na década de 1970, na Amazônia, foram travados inúmeros conflitos de terras<sup>4</sup>, nas áreas rurais com maior incidência, em que trabalhadores rurais, líderes sindicalistas e religiosos foram assassinados devido aos interesses para a privatização da grande propriedade, núcleo dos interesses capitalistas e na zona urbana, em que formaram-se as periferias, fugindo do controle dos governos municipais, expressão da ambiguidade da atuação do Estado;
- A transformação das culturas agrícolas pela indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 37), isto é, a área rural começou a ser valorizada pela especialização de culturas produzidas, exigindo assim grandes extensões de terras cultivadas no sistema de monocultura, desvalorizando a de subsistência, provocando uma crise nos pequenos produtores;

---

4 SOUZA MARTINS, José de; IANNI, Octávio; COSTA, Francisco de Assis, analisam as lutas no campo.

- As crises das pequenas produtoras e as valorizações das culturas especializadas estão amparados no sistema de crédito, facilitado e com prioridade à capitalização da grande propriedade;
- Os pequenos proprietários foram colocados num “paredão” entre a grande propriedade e a modernização das culturas, ou forçosamente se inseriam na lógica da grande propriedade adotando o mesmo sistema, ou então, marginalizados da economia de mercado (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 38), tentavam sobreviver com a atividade de subsistência, ou ainda desfizeram-se de sua propriedade a um preço irrisório tornando-se assalariados no campo, ou ainda transferidos para as grandes propriedades às vezes em relações de peonagem, como boias-frias;
- O tabelamento dos produtos privilegiou os grandes produtores e os consumidores, porém prejudicou os pequenos produtores que, devido à produção em pequena quantidade, fugiam dos padrões de venda da grande indústria;
- Os pequenos proprietários foram colocados num “paredão” entre a grande propriedade e a modernização das culturas, ou forçosamente se inseriam na lógica da grande propriedade adotando o mesmo sistema, ou então, marginalizados da economia de mercado (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 38), tentavam sobreviver com a atividade de subsistência, ou ainda desfizeram-se de sua propriedade a um preço irrisório tornando-se assalariados no campo, ou ainda transferidos para as grandes propriedades às vezes em relações de peonagem, como boias-frias;
- O tabelamento dos produtos privilegiou os grandes produtores e os consumidores, porém prejudicou os pequenos produtores que, devido à produção em pequena quantidade, fugiam dos padrões de venda da grande indústria;
- Subjacente ao “pacote da revolução verde”<sup>5</sup> esteve a adoção do padrão tecnológico na abertura de um intenso mercado de

---

5 Consistiu na “Revolução Verde”, no final da década de 1960 e início de 1970, em que ocorreram várias transformações de avanço nos setores da indústria agrícola, nas pesquisas das áreas química, mecânica e genética proporcionando mudanças na agricultura e na agronomia, bem como proporcionou inovações tecnológicas pertinentes ao avanço da engenharia genética aplicada à agricultura – desenvolvendo uma variedade de vegetais com alto rendimento, resultado

máquinas, implementos, sementes e insumos agroquímicos e a criação de mercado para indústria de insumos agrícolas.

Na base da dinâmica o Estado brasileiro agiu diretamente na regularização das estruturas rurais sem propor mudanças estruturais fundamentais de modo que o processo de formação do capitalismo rural abriu as portas para novas trajetórias da economia de mercado, porém na velha estrutura da grande propriedade e no sistema de monocultura (IANNI, 1979).

### AMAZÔNIA, REGIÃO DE "FRONTEIRA"

Várias são as definições sobre *fronteira*. A mais simples entende-a por delimitação física do território; a mais complexa busca expressar a racionalização política da construção de fronteira.

Na opinião de Almeida (1992, p. 81-82), fronteira é uma construção, posto que ocorrem definições e lutas políticas em torno de um conceito que prevalece ou se sobrepõe aos demais. Concretiza a ideia de movimento, na qual o Estado é referência principal, porque implementa atividades sociais e econômicas de acordo com seus interesses vigentes.

Para Otávio Velho (1979) a fronteira tem a característica dinâmica porque realiza um movimento dialético, entre o ponto de chegada e o ponto de partida<sup>6</sup>. O ponto de chegada seria a racionalidade do *descoberto*, de constatar o potencial natural que a Amazônia oferece, que não se dá numa única vez. O ato de *descobrir*<sup>7</sup> é um processo contínuo e constante. É a certeza do conquistado, cujo objetivo é o empreendimento, que daí se converte em ponto de partida para os investimentos do Estado que vai se fortalecendo no seu autoritarismo com esse movimento.

Almeida (1992, p. 65-75), ao discutir o *fechamento da fronteira* na Amazônia, expressa bem essa ideia de *movimento*, apresentando como segue as duas posturas: 1) as terras consideradas aptas para o uso agropecuário onde o manejo será da forma primitiva, as classifica numa

---

da independência dos fatores climáticos – e às condições naturais do meio, devido à modificação e controle do processo biológico (EHLERS, 1999).

6 VELHO, O. G. Capitalismo Autoritário e Campesinato (1979, p. 141). O autor elabora o discurso a partir das ideias de Turner e C. Ricardo sobre a questão de Fronteira como movimento.

7 BUENO (1994, p. 17) afirma em seu livro Terra a Vista, que “descobrir é ter certeza do que se almejou. Não é ver pela primeira vez, mas já algo conhecido para realizar investimento”.

posição *distributivista* de terras através de programas de colonização para a pequena produção agrícola; 2) a medida que essas terras aptas tenham sido distribuídas ganha uma posição *conservacionista* pois bloqueia novas ocupações, tanto para pequenos quanto grandes agricultores.

A noção de fronteira comporta também a de “fechamento da fronteira” devido à ideia de evento no qual o Estado desempenha papel central estabelecendo políticas setoriais públicas a respeito das formas de ocupação e do cultivo da terra.

Baseado na construção de *fronteira*, os diversos projetos na Amazônia voltados para valorização econômica com objetivos de desenvolvimento nos vários setores – quer seja na produção agrícola, na exploração mineral e no investimento industrial<sup>8</sup> – a ação governamental agia diretamente, de acordo com as crises e oportunidades políticas e econômicas.

A fronteira se tornou um destaque para o desenvolvimento de uma região em construção, como a Amazônia, devido a sua conjunção da oferta do capital natural e os recursos naturais existentes, aliados ao interesse político de natureza nacional e internacional. Portanto, a Amazônia como espaço de fronteira foi criada na perspectiva de modelo de integração na política brasileira no processo de inserção ao capitalismo.

Nos vários “ciclos econômicos”<sup>9</sup> desenvolvidos na Amazônia até o início do Séc. XX criou-se uma concepção de “atraso econômico”, isto é, sua economia não correspondia às necessidades da demanda do capital a nível nacional, mas simultaneamente foi considerada riquíssima diante da oferta do arsenal de riquezas naturais, porque deveria integrar-se rapidamente à marcha do “progresso” estabelecido pela política homogeneizadora. Esse movimento dialético contribuiu também para um processo concomitante de homogeneização das paisagens e dos fundamentos produtivos.

Sobre o processo de homogeneização, ao analisar os modelos econômicos e a ideologia implementados na Amazônia, Costa (1992, p. 4) afirma:

---

8 MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento Econômico da Amazônia. Uma Análise das Políticas Governamentais (1978, p. 15) discute as políticas públicas desenvolvidas na Amazônia até o final dos anos de 1970.

9 SANTOS, Roberto (1980) trata da economia da Amazônia em ciclos.

[...] Concretamente, o processo de inserção da Amazônia no capitalismo, enquanto processo de integração e homogeneização, tem-se feito por fases em que, ao lado de uma integração geográfica efetiva a um certo centro de poder, uma dada estratégia de homogeneização referenciada por um conjunto de valores culturais e ideológicos e por objetivos e meios econômicos específicos é sistematicamente perseguida, sendo, porém, in limine contrariada por condições objetivas derivadas, no fundamental, da especificidade do ecossistema de florestas tropicais da região. Ao final de cada fase, todavia, produzem-se como síntese estruturas reais-concretas que por muito tempo vão caracterizar a economia e sociedade regional até que uma crise venha provocar nova investida homogeneizadora e o acionamento de novos mecanismos de integração.

É pertinente a análise no que se refere à ação homogeneizadora do Estado. Esta também tem em si a característica do dinamismo na constituição do Estado hegemônico com o potencial de transformar e dominar o espaço através de estratégias, embatidas em novos investimentos na região. Essa situação de hegemonia relacionada ao processo de inserção da Amazônia no capitalismo cristaliza ao Estado um poder que, devido às características se tornou empreendedor. Tal poder, contudo, contraria concretamente os fundamentos naturais<sup>10</sup> da Amazônia na medida em que potência os processos de simplificação (homogeneização) dos sistemas produtivos.

## A BUSCA PELA “FRONTEIRA” COMO MEIO DE VIDA

A dialética da compreensão de “fronteira” em movimento e seu “fechamento” conforme as discussões anteriores proporcionou na década de 1980, a colonização do Território Federal de Rondônia em que a terra teve um valor de produção e de exploração.

Tal realidade é descrita no Relatório do INCRA<sup>11</sup>, “...Houve o tão decantado chamamento do Governo Federal, para que fosse ocupada a Amazônia; as condições para tanto, dizia-se, eram excepcionais: ingressou-se na desumana tarefa de vender esperanças, hoje já não tão intensa”.

---

10 Se entende por “fundamentos naturais” a diversidade do ecossistema na Amazônia.

11 MACHADO, Dr. Amadeu G. M. - Advogado do Projeto Fundiário de Rondônia, MA/INCRA/CR (14), (1975, p. 1-27).

Chegar à *fronteira* de Rondônia, para encontrar a nova terra, foi o sonho de inúmeros migrantes que com muito esforço e sacrifício enfrentavam uma longa viagem por uma estrada desconhecida e sem pavimentação, com os seus poucos pertences fretados numa *pickup* ou num caminhão em duas ou três famílias que dividiam o combustível ou ainda era utilizado o *pau-de-arara*<sup>12</sup> coberto com uma lona, cujas pessoas ficavam expostas a todas as intempéries da viagem.

O pau-de-arara era fretado por várias famílias ou frequentemente acontecia de os fazendeiros alugarem um ou mais desses caminhões, conforme o seu investimento em suas terras, que, através do “gato” (espécie de um capataz, pessoa de sua confiança) arrematavam trabalhadores do sul-Sudeste para trabalharem em sua fazenda com promessas de toda infraestrutura, casa, comida, assistência médica e salário. E chegando nas cidades eram esses trabalhadores eram “descarregados”<sup>13</sup> na rodoviária onde um caminhão do fazendeiro vinha para levá-los à fazenda.

Todos os dias, principalmente na década de 1980, nos municípios situados ao longo da BR-364, chegavam dois a três caminhões lotados de agricultores ou trabalhadores para “tentar a sorte em Rondônia”, como se falava na época.

As famílias que vinham no pau-de-arara, sem vínculo com fazendeiro ou com qualquer outro tipo de trabalho, ficavam na rodoviária da cidade até encontrarem um lote de terra para comprar e iniciar o seu lote<sup>14</sup> ou então até comprar uma data<sup>15</sup> na cidade e trabalhar no mercado de trabalho ou, em último caso, se empregar numa fazenda.

O procedimento adotado dessas famílias era o seguinte: a mulher com os filhos, geralmente menores, ficava na rodoviária e enquanto o marido com um dos filhos maiores, do sexo masculino, saía à procura

---

12 Pau-de-arara é um caminhão assim denominado porque em sua carroceria eram colocados bancos de madeira bruta (pregados e sem encosto) com o mínimo de espaço entre eles.

13 “Descarregados” para expressar a forma como essas famílias eram tratadas. Os bois da fazenda recebiam um tratamento muito melhor.

14 “Lote” é a denominação que se dava a pequena propriedade agrícola, também denominada por Costa (1999) de estabelecimento.

15 “Data” é a denominação atribuída à área urbana.



de trabalho, ou de um lote de terra para comprar<sup>16</sup> ou ainda uma data, dependendo das oportunidades encontradas.

Um outro transporte utilizado a partir da década de 1970, era a Empresa de Transportes União Cascavel, atual EUCATUR<sup>17</sup>, com a qual o governo do território, na época, estabeleceu um contrato financiando o pagamento de uma parte da passagem da viagem, do trajeto do estado do Paraná até as cidades de Rondônia, ficando o restante a serem pagos pelos migrantes.

Na maioria das vezes, os homens deixavam a família no seu local de origem e “vinham na frente”, para dar início ao roçado, construir um barraco e num período de 3 a 6 meses, buscavam a família ou mandavam buscá-la através dos seus parentes ou conhecidos, e nesse retorno já vinham mais outras famílias.

Nessa década, compreendida entre os anos de 1970 até meados de 1980, se realizou intensa migração. Pois, uma vez a colonização oficializada foi feita uma grande divulgação nos estados do sul-Sudeste pelo Governo Federal, a respeito das terras de Rondônia, para as quais muitas famílias foram atraídas e deixavam tudo em troca de se fixarem em Rondônia. E outra forma de divulgação era a “não oficial”, realizada através das notícias de parentes, amigos e vizinhos<sup>18</sup>.

## A DEMARCAÇÃO DAS TERRAS PELO INCRA

Conforme o Relatório do INCRA (1988, p. 32-33), até o ano de 1983, nos cinco Projetos Integrados de Colonização e nos dois assentamentos dirigidos, o INCRA demarcou 25.162 lotes rurais, o que equivale a 93% da capacidade dos projetos; e durante o período dos anos de 1970 a 1983, expediu em Rondônia 67.074 documentos, dos quais 25.162 se referiam a Autorizações de Ocupação, 19.070 eram Cartas de Anuência e 23.110

---

16 Algumas famílias do sul-sudeste vendiam alguns pertences, na sua região e com este dinheiro pagavam o transporte da vinda, alimentação e compravam um pedaço de terra. Muitas vezes os recursos conseguidos cobriam somente até a compra do imóvel e nada mais. Não sobrava nada mais, nem para construir um barraco e nem para alimentação.

17 A partir de agosto de 1972, a Empresa União Cascavel iniciou a operação com uma linha regular do estado do Paraná para Rondônia.

18 Foi realizado e filmado um documentário a respeito da colonização inicial em Rondônia, denominado, “Em busca do Eldorado” onde foram recolhidos relatos e testemunhos e retratada a atuação da empresa União Cascavel que transportava os migrantes até mais ou menos próximo à linha de acesso ao lote.

Títulos Definitivos. Na questão de assentamentos, até o mesmo ano de 1983, nos Projetos Integrados de Colonização e nos Assentamentos Dirigidos foram identificadas 25.0962 famílias, selecionadas 26.486 e assentadas 23.655; as 2.828 famílias selecionadas, mas que não foram assentadas ficavam no aguardo da abertura do Assentamento Rápido.

Esses números comprovam a dinâmica da migração que era intensa. Informações extraoficiais afirmavam que o Estado havia perdido o controle da migração, principalmente em organizar a infraestrutura tanto na área urbana como na rural.

Os produtores, oriundos de regiões e culturas diversificadas foram ocupando as terras nas frentes de colonização. Foram eles que determinaram as “frentes”, conforme o pensamento que vem a se confirmar com o comentário de (Graziano da Silva, 1982, p.49)

É fundamental destacar aqui o papel dos pequenos produtores na expansão dessa fronteira. O baixo custo de incorporação das novas terras esteve sempre relacionado com a apropriação do “trabalho morto” incorporando por esses pequenos parceiros, arrendatários e posseiros. Como se diz corriqueiramente, eles “amansaram a terra” (desmatam, preparam para o cultivo, abrem caminhos etc.) antes de elas serem apropriadas pelas grandes empresas capitalistas, geralmente dedicadas a culturas perenes e pecuárias.

Eles, com suas famílias, constituíram o ponto fundamental na expansão da agricultura em Rondônia, iniciado com a agricultura de subsistência nas pequenas propriedades.

## OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NA DÉCADA DE 1980-1990

Nesse período da década de 1980 a 1990, o governo federal realizou novos investimentos criando programas de desenvolvimento, como:

### 1 - POLONOROESTE/NUARES

A partir dos anos de 1980 os projetos e programas de incentivo à ocupação foram reduzidos e se iniciou uma nova fase, cuja otimização estava ao encargo do Estado, sobre o qual recaía a responsabilidade de apoiar a agricultura, através do crédito rural. Para viabilizar esse processo, foi implantado o POLONOROESTE no ano de 1981, que teve como

objetivos: a) o desenvolvimento e a consolidação do emergente estado de Rondônia; b) a pavimentação da BR364; c) a implementação de projetos de saúde e o controle da malária; d) o desenvolvimento de projetos agrícolas através dos Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUARES); e e) a preservação do ecossistema e a defesa dos povos indígenas, no que dizia respeito à demarcação de suas terras<sup>19</sup>.

Millikan<sup>20</sup>, através da análise dos relatórios da FAO-CP, 1987, afirma que os objetivos do POLONOROESTE, no início de sua implantação, consistiam em evitar o desmatamento irregular, o aproveitamento do potencial da terra através do cultivo de culturas perenes, baseado na agricultura tradicional com crédito agrícola e o controle das doenças tropicais, no caso a malária. No entanto, o desmatamento avançou de forma indiscriminada<sup>21</sup>.

Associados a ele estavam os seguintes fatores: a política fundiária do INCRA – de incentivo ao desmatamento do lote para garantir assim a escritura definitiva ao proprietário; a abertura e pavimentação de estradas – principalmente as vicinais; a criação de assentamentos em áreas de solos pobres e ecossistemas frágeis; e a invasão em áreas indígenas e outras áreas protegidas por especuladores sancionados por políticos e por agentes governamentais influenciados por empresas de mineração, madeireiras e pecuaristas.

O autor ainda ressalta a complexidade da atuação do INCRA em não reconhecer o zoneamento através do Decreto 3782/1988. No estado tinham sido instalados vinte núcleos, entre eles, Nova Colina (apresentava o solo de maior produtividade), Nova Riachuelo, Vale do Paraíso e Nova União pertencentes ao PIC Ouro Preto, que no final da década de 1990 foram elevados a categoria de município.<sup>22</sup> A estrutura fundiária destes núcleos foi constituída, em média, com lotes de 100

19 BECKER, B. Fronteira Amazônica, 1990, p. 68-70.

20 MILLIKAN, Brent, (1993, p. 93). In: DIEGUES, A. C. (Coord.) - analisa o processo de ocupação de Rondônia, os efeitos do desmatamento e a atuação do POLONOROESTE.

21 MILLIKAN, (op. cit.) afirma que um estudo financiado pelo Banco Mundial, em 1986, para analisar o desmatamento em Rondônia, demonstra que de 2,2 milhões de hectares em Rondônia, revelou que 46% da terra desmatada, representando mais ou menos 30% da área pesquisada, era usada em terra de pastos, e 30% da terra desmatada se considerava usada em safras anuais enquanto outros 16% se classificava como abandonada ou “capoeira” e 8,5% haviam sido usadas em culturas perenes.

22 Relatório do Governo do Estado de Rondônia (POLONOROESTE). Levantamento de Subsídios para Viabilizar a Malha Viária Alimentadora. SEPLAN/CEPA/DER/RO. (1983-84).

hectares, em que a cultura era baseada na “lavoura branca” arroz, milho e feijão e na lavoura perene, sobressaindo o café e, em alguns núcleos, também o cacau. Conforme o relatório da CEPA, a pastagem foi adotada quase em todos os núcleos, devido ao solo ser de pouca fertilidade.

## 2 - PLANAFLORO

Na lógica desenvolvimentista do POLONOROESTE, foi articulado o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), no início da década de 1990, pelo governo do Estado de Rondônia e com recursos do Banco Mundial que visava promover o desenvolvimento sustentável do estado por meio de ações voltadas para o ordenamento territorial. (MILLIKAN, 1993, op. cit.).

O objetivo central do PLANAFLORO consistia em apresentar uma estratégia de “Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia”, partindo do pressuposto de que as atividades agrícolas e florestais se adaptassem aos limites dos recursos naturais ao nível local e objetivava também a implementação da agricultura em áreas desmatadas, mas abandonadas; controlar a expansão pecuária; preservar as reservas naturais e ameríndias; redefinir a política para a ocupação da terra e a utilização dos recursos naturais e iniciar a implementação da sustentabilidade como conceito, método e ações (id. ib.).

## 3. A INFLUÊNCIA DO MIGRANTE NA CONSTRUÇÃO DE RONDÔNIA

O estado interferiu politicamente na implementação dos projetos de desenvolvimento de Rondônia e se utilizou de estratégias que influenciaram no imaginário e no cotidiano da sociedade civil, nos seus diversos segmentos, que residentes nas diversas cidades do interior do estado sentiam-se impulsionados em “*construir Rondônia*”.

“*Eu vou construir Rondônia!*” É o que se ouvia e se percebia no entusiasmo dos agricultores. Embora, passando por todas as privações e necessidades, andando a pé mais de 40km para chegar no seu lote e lá ficar durante 8 a 15 dias ou até meses, enfrentava os atalhos na mata e os perigos naturais, como ser atacado pela onça ou cobras venenosas. Enfrentava as picadas de insetos, corria o risco de contrair a malária – muito comum na época – além de tantas outras privações e sofrimentos,

como a falta de alimentação adequada, contudo, ainda acreditava e confiava no Estado.

Esse mesmo entusiasmo era característico na cidade, nas escolas, no funcionalismo público, pequenos comerciantes e trabalhadores nas mais diversas áreas.

Mediante a necessidade e a urgência em adquirir um pedaço de terra, mesmo em lugares sem as mínimas condições de estradas ou condições para abrir um roçado e construir uma moradia para sua família, o produtor via o governo como a única saída e a certeza de seu futuro. Mesmo enfrentando todos os problemas referentes à falta de assistência à saúde e escola, ou ainda, muitos casos em que os filhos menores ficavam sozinhos na cidade para estudar, os desafios eram enfrentados com otimismo e o agricultor ainda manifestava gratidão ao Estado.

Essa atitude do produtor em relação ao governo, expressa a força que o poder hegemônico da sociedade política desempenhou sobre a sociedade civil. Recorrendo a Gramsci, “não há hegemonia sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil, enquanto esfera do ser social”:

[...] a sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam, não de maneira homogênea, mas como expressão de projetos e práticas diferenciados, cenário de luta das classes sociais e espaço de disputa na construção da hegemonia por meio de suas diferentes instituições (SIMIONATTO, 1998, p. 54-55).

A partir dessa compreensão se entende que para a “construção do progresso em Rondônia” faziam-se necessárias relações estabelecidas entre a sociedade política e a sociedade civil, não de forma homogênea, mas nas suas diferenças, válidas, para que o progresso tivesse condições de ser construído na área urbana e também na área rural.

Em meados dos anos de 1980, já no final da ditadura militar, o papel do Estado foi priorizar cada vez mais a fração da sociedade que lhe dava retorno social, político e econômico, agindo com suas forças coercitivas sobre as classes subalternas da sociedade civil.

Nessa mesma década, se intensificaram as lutas sociais no campo com o aumento das associações de produtores e foi criada a FETAGRI (COSTA, 1995, p. 97). Iniciaram-se também os movimentos ambientalistas, nos níveis nacional e internacional, e aumentaram as Organizações não Governamentais, conhecidas como ONGs.

Nesse mesmo período, em Rondônia o processo migratório se intensificou massivamente através de inúmeras famílias, impulsionadas pelo processo de migração instituído pela atuação do capitalismo autoritário nas diversas regiões do país.

Segundo Millikan (1993, p. 100-106), o censo no ano 1970 apresentava 116.620 mil habitantes no estado. Em 1976, a Secretaria de Planejamento do Território estimava sua população em torno de 450 mil habitantes, ou seja, em apenas seis anos ocorreu um incremento populacional de 400%. No ano de 1973, chegavam em média de 100 famílias por mês.

O Centro de Estudos e de Pastoral do Migrante (CEPAMI)<sup>23</sup>, nas conclusões de um simpósio, avalia a década de 1980. Afirma que houve uma aceleração da inflação no país, provocando um grande fluxo migratório para o estado de Rondônia e que, em consequência, o governo estadual recorreu aos empréstimos de recursos internacionais.

Nesse período o governo do Estado distribuiu máquinas de beneficiamento de arroz e trilhadeiras para as associações de produtores rurais. Criou também um Programa de Apoio à Reforma Agrária (PROCERA), com o objetivo de financiar a infraestrutura para a pecuária e cafeicultura. Esta foi a década em que a pecuária começou a ter sua maior expansão e que se tornou o alvo tanto para o estado como para as empresas agropecuárias, bem como pequenos produtores que se investiram e iniciaram timidamente a pecuária com algumas cabeças de gado.

A pecuária foi uma das alternativas econômicas encontradas, também pelo pequeno produtor, visto a existência de um mito: além de necessitar de investimento em proporções menores, o retorno econômico se efetuará com maior rapidez e seria mais compensatório.

---

23 CEPAMI - O Centro de Estudos e de Pastoral do Migrante, ligado a Diocese de Ji-Paraná-RO, em 1998 realizou um simpósio, cujo título: Migração em Rondônia, que traz uma breve reflexão sobre o processo migratório em Rondônia e suas confluências.

Na questão dos créditos de investimentos, no período de 1971 a 1983, o relatório do INCRA (1988, p. 39), descreve que o total desses, atingiu o valor de Cr\$1.499.636.000,00, dos quais 50,7% foram destinados ao plantio do cacau; 27,8% ao de seringueira e os 21,5% restantes foram divididos entre o café, pecuária e financiamentos de casas. Os créditos de custeio alcançaram o valor de Cr\$1.171.489.000,00, cujo percentual maior, 74,4%, coube ao café; 18,5% ao arroz e 7,1%, ao milho, feijão e arame para construção de cercas.

Na produção da agricultura até o ano de 1982, os projetos de colonização produziram um volume de 1.964.904 toneladas de culturas temporárias e 48.547 toneladas de culturas permanentes, sendo que o PIC Ouro Preto atingiu o montante de 539.997 toneladas de culturas temporárias e 107.604 toneladas de culturas permanentes, equivalentes a 27,49% e 23,35% do total da produção (INCRA, 1988, p. 33).

O mesmo relatório cita a produção de outras culturas como o arroz, milho, banana e mandioca nos projetos de colonização que também eram abundantes, bem como o extrativismo da seringa, do caucho e cernambi e castanha foi de 2.108.429kg e de madeira 1.146.517m<sup>3</sup>.

O otimismo dos órgãos governamentais em relação a produção era claro. Tanto que no relatório, entre um dado e outro, o relator conclui com as seguintes palavras: “Acredita-se que, a curto prazo, Rondônia se tornará uma das primeiras fontes geradoras de produtos primários do País” (id. ib., 1988, p. 40).

No entanto, nos anos de 1987 a 1992, assistiu-se a uma grande crise do café no estado, devido à queda dos preços do produto, que se prolongou em alguns municípios do estado de Rondônia, até no final de década de 1990 e início de 2000. Neste cenário, os pequenos produtores estocaram o café colhido do seu estabelecimento à espera de um preço melhor. Como não houve aumento do preço do café conforme o esperado, alguns produtores queimaram a roça do café e investiram na pecuária.

Além do café, tanto nas culturas temporárias como nas culturas permanentes é gerada uma crise que se inicia com essa fase de desânimo entre os produtores.

## CONSIDERAÇÕES

A presente discussão construída é referente a partes da tese de doutorado intitulada: “Formação de Capital Social e o Ideário

do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense: a organização dos sistemas alternativos de produção dos produtores do PIC Ouro Preto d'Oeste – RO” cujo objetivo principal, no processo de colonização e de migração no final de década de 1970, foi tecer uma panorâmica sócio ambiental e produtiva nos princípios do Desenvolvimento Sustentável (SACHS, 2002) das famílias associadas e não associadas.

A pesquisa consistiu em consulta a documentos, documentários e aplicação de um questionário na média de 100 produtores rurais migrantes que adquiriram seu lote de terra no Pic Ouro Preto d'Oeste – RO para analisar o processo da produção no aspecto quantitativo e assim avaliar o aspecto qualitativo e equitativo da vida dos pequenos produtores, entre associados cuja produção seguia a forma ecológica e os não associados que usavam insumos químicos na sua produção.

Dessa pesquisa foram produzidas tabelas e gráficos a fim de realizar este estudo comparativo entre esses produtores rurais, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco de Assis Costa, professor do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA – Universidade Federal do Pará – UFPA, ao qual sou muito grata.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Anna Luiza de. **Colonização Dirigida na Amazônia**. Rio de Janeiro, IPEA,135, 1992.

BECKER, Bertha K. **Fronteira Amazônica**. Brasília. Ed. UNB, 1990.

BUENO, Eni P. **Terra à Vista. Discurso de confronto: Velho e Novo Mundo**. São Paulo: Cortez, 1994.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia**. Série Estudos SEPEQ-1/NAEA/UFPA, Belém,PA, Ed. da UFPA, 1992.

COSTA, Francisco de Assis. **Diversidade Estrutural e Desenvolvimento Sustentável: novos supostos de política e planejamento agrícola para a Amazônia**. Papers do NAEA. Belém, n. 44. 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos. (coord.). **A Dinâmica Social do Desmatamento na Amazônia: Populações e Modos de Vida em Rondônia e Sudeste do Pará**. United Nations Research Institute for Social Development – UNRISD, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB, SP, 1993.



IANNI, Octávio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**, Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1979.

MAHAR, Dennis. **Desenvolvimento Econômico na Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro, RJ, IPEA/INPES, 1978.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**, São Paulo, SP, Livr. Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

MOSER, Lilian Maria. **Formação de Capital Social e o Ideário do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense**: A Organização dos Sistemas Alternativos de Produção Dos Produtores De Ouro Preto D'Oeste – RO. Belém – PA. NAEA/UFPA. Tese de Doutorado, 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**, 2ªed., Rio de Janeiro, RJ, Ed. Garamond, 2002.

SANTOS, R.A. de O. **História Econômica da Amazônia:1800-1920**. São Paulo, T.A. Queiroz. 1980.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**, Rio de Janeiro, RJ, Zahar Ed., 1982.

SIMIONATTO, Ivete, O Social e o Político no pensamento de Gramsci, *in*, AGGIO, Alberto (org.), **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**, São Paulo, SP, Ed. UNESP,1998.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**, 2ªed.São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL.

# A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA: DE TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ A ESTADO DE RONDÔNIA<sup>1</sup>

*Marta Valéria de lima<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Ao longo da sua trajetória histórica Rondônia teve dois modelos de organização político administrativa: o primeiro, o de Território Federal (1943) e o segundo, o de Estado (1981). Durante o período de transição de um para outro Rondônia contou com apenas dois municípios, Guajará Mirim e Porto Velho. A elite política de Rondônia tinha sua base de apoio e de sustentação em Porto Velho, a capital administrativa do Território. Porém, a partir do final dos anos 1970 o centro do poder político se deslocou para o interior de onde emergiu uma nova elite política oriunda dos municípios situados no eixo da BR-364 ou em suas proximidades.

Neste artigo faremos uma breve discussão sobre o processo de transição político administrativa de Rondônia de Território a Estado e sobre mudanças no perfil das suas elites políticas. Ressalvo que a abordagem do tema é fragmentária, haja vista os limites de espaço deste artigo.

---

1 Este texto foi originalmente escrito para a minha tese de doutorado. Foi revisto e teve algumas correções.

2 Doutora em História da América Latina pela Universidade Pablo de Olavide. É professora aposentada do Departamento de História da Universidade de Federal de Rondônia.

## RONDÔNIA: TRANSIÇÃO DE TERRITÓRIO A ESTADO

Na década de 1970 Rondônia foi contemplado com um grande número de projetos do Governo Federal. Esses projetos visavam o aprofundamento da incorporação da fronteira amazônica ao núcleo do sistema econômico capitalista brasileiro<sup>3</sup>. De 1970 até junho de 1973, foram instalados os projetos de colonização Ouro Preto, Sidney Girão e Ji-Paraná. Os demais territórios não contaram com qualquer novo projeto durante esse período. De acordo com Jorge Coimbra de Oliveira (2003, p. 87-123), essa posição diferenciada de Rondônia em relação aos demais territórios decorreu tanto de fatores de ordem política como de ordem econômica. Segundo ele, o Território de Rondônia foi entregue à administração do Exército desde a instalação do Regime Militar (1964) havendo, por isso, uma maior identidade entre os administradores do território e o Governo Central, também sob o comando do Exército. Ele destacou que a burocracia elitizada de Rondônia era composta por egressos dos quadros do Exército, o que explica o fato desse território ter recebido mais projetos governamentais do que os demais.

A condição administrativa de território admitia a interferência do Governo Central nas determinações das políticas e projetos locais. Como território inexistia em Rondônia uma assembleia legislativa estadual e o governador, que legislava por decretos, era nomeado ou exonerado de acordo com as conveniências do governo federal. Administrativamente os governadores estavam vinculados ao extinto Ministério do Interior (Art. 39 do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967). Isto significa que o fato do governo de Rondônia ser subordinado a esse ministério dava mais agilidade no encaminhamento de programas de desenvolvimento e que ele não enfrentava oposição local, pois não havia canais de representação política, já que nos territórios federais inexistiam os poderes legislativo e judiciário. Por isso, havia uma grande concentração de poder nas mãos dos governadores dos territórios, embora eles fossem vinculados ao Ministério do Interior<sup>4</sup>. A maior parte dos governadores,

---

3 Além da abertura da rodovia BR-364, a partir de 1970 foram implantados cinco Projetos Integrados de Colonização (PICs) em Rondônia: Ouro Preto, Sidney Girão, Ji-Paraná, Paulo Assis Ribeiro e Padre Adolfo Rohl (PERDIGÃO e BASSEGIO, 1992, p. 170-171).

4 O sistema de gestão do território funcionava da seguinte maneira: “[...] a administração do Território envolvia um Governador e seus auxiliares. O governador era nomeado pelo Presidente da República por indicação do Ministro do Interior após aprovação no Senado. A administração

por serem egressos das Forças Armadas, possuíam maior autonomia frente aos demais órgãos federais.

De acordo com Oliveira (2003, p. 178-179):

Essa peculiaridade do Território conferia a elite burocrática um papel político específico, pois a região administrativa era o *locus* privilegiado de representação de interesses. A relação entre a esfera política e o domínio econômico era marcada pela predominância da primeira que impunha um programa de modernização. Pois, a existência de um atraso relativo das relações de produção capitalista em Rondônia fez com que o Estado chamasse para si o processo de modernização dessa região, porém numa situação em que eram praticamente inexistentes tais grupos sociais. Isso dava ao aparelho de Estado um elevado grau de autonomia frente às forças políticas locais. Neste contexto o INCRA e o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM foram algumas das instituições que desempenharam tal papel.

Embora Rondônia já despontasse como um importantíssimo lugar de exploração agrícola e de minérios e gozasse de grande espaço na máquina administrativa da União, não possuía capacidade institucional para responder às demandas da sua população, justamente por se tratar de um território. Nessa condição, os governadores não podiam contar com os auxílios e subvenções que o governo federal oferecia a determinados setores públicos para atender às demandas. Como disse Oliveira (2003, p. 179): “O que estava em jogo era a própria governabilidade do Território. [...]. O próprio governo do território não tinha a mesma capacidade de mobilização de recurso do que o INCRA, a sua capacidade de intervenção era diminuta frente a tal órgão”.

Estudiosos das políticas de colonização e dos planos de desenvolvimento socioeconômico de Rondônia afirmam que as carências econômicas e burocráticas começaram a serem solucionadas à proporção que essa unidade territorial foi entrando na contabilidade da política nacional (OTT, 2002; SOUZA, 2002; OLIVEIRA, 2003; e outros). Neste aspecto, algumas dificuldades foram contornadas,

---

do Território dispunha de um Conselho Territorial que tinha todos os seus membros nomeados pelo Ministro do Interior da seguinte forma: dois de livre escolha do Ministro, um por indicação do órgão de desenvolvimento regional atuante na área, um por indicação do governador do Território. O propósito do Conselho era integrar as diversas instituições que atuavam na região. O governador também dispunha de um órgão de assistência direta, ou seja: uma assessoria de planejamento e coordenação, conforme art. 25 desse mesmo decreto-lei.” (OLIVEIRA, 2003, p. 88)

como por exemplo: fortalecer a sua capacidade institucional através da criação de órgãos como a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia (CODARON) e também levar Rondônia a constituir-se numa nova unidade estadual da federação, pois com isso ela proporcionaria sustentação político-eleitoral ao regime militar (OTT, 2002; OLIVEIRA, 2003).

Jorge Coimbra de Oliveira esclareceu que as instâncias administrativas do aparelho de Estado eram foco de disputas políticas. De acordo com ele, essas disputas eram mais aguerridas nos órgãos públicos que detinham maior poder, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Isso ocorria por causa da dependência dos colonos a este instituto já que dele necessitavam para obter a legalização e a titulação das áreas ocupadas. Sem os títulos a liberação de crédito agrícola ficava prejudicada. “Assim, até 1977, somente uma pequena parte dos colonos recebeu títulos definitivos. O que praticamente deixava uma grande margem de colonos sem possibilidade de acesso ao crédito para investimento em culturas perenes” (OLIVEIRA, 2003, p. 149-150). Além dos problemas que afetavam os colonos Oliveira (2003) esclarece:

Essa perspectiva não era exclusiva, pois existia também um conjunto heterogêneo de distintos grupos sociais, tais como: pequenos comerciantes, o grande capital mineral e sua respectiva burocracia, funcionários públicos que foram atraídos com a expansão da máquina administrativa do Estado. Esses novos atores surgiram do dramático processo migratório que compôs um novo quadro de tensões sociais em Rondônia. Do ponto de vista político, no entanto, todos os atores não dispunham de canais tradicionais de representação apesar de alguns deles possuir suas organizações, sindicatos e outras formas de associativismo, mas mesmo assim, tais formas coletivas de representação tinham pouca capacidade de mobilização. Existia um Conselho Territorial, porém tal conselho não incorporava as forças sociais locais. [...] Todos os seus integrantes eram biônicos (Freitas, 1991:53). Diante da ausência de uma arena política tradicional, a via do *locus* administrativo era a única via possível para os diversos grupos sociais articular seus interesses. O governo do Território tinha uma enorme autonomia frente aos grupos sociais locais, pois seu poder não derivava da composição de frações desses grupos e sim de uma coalizão política a nível nacional. O que existia era proeminência quase que absoluta do poder político nacional, que era exercido localmente por intermédio do governador do Território a despeito dos grupos locais. Do ponto de vista econômico não existia forças produtivas em Rondônia que constituísse grupos sociais que, por sua vez, conseguisse intervir politicamente nos rumos da administração do Território.

No final do Governo Médici o regime militar começou a perder votos junto ao eleitorado. Oliveira (2003, p. 76) menciona que nas eleições de 1974 o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo, recebeu 4 milhões de votos a mais do que a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nas vagas para o Senado. Segundo ele, essa primeira grande vitória do MDB foi resultado do acesso desse partido aos meios de comunicação, como a televisão e o rádio. Além disso, nas regiões mais desenvolvidas e nos estados do Sul e do Centro-Sul, confirmou-se o quadro de maior força do MDB nas eleições seguintes (1978), enquanto a ARENA preservou sua forte influência nos estados menores do Norte e Nordeste, onde caciques e burocratas locais podiam desenvolver um sistema de clientelismo político.

É neste contexto, de perda de fôlego eleitoral do partido do governo, que tomou corpo a perspectiva de transformar o antigo Território Federal de Rondônia em um novo estado da federação.

Em 1975, com a nomeação do coronel Humberto da Silva Guedes para o cargo de governador do Território Federal de Rondônia, o projeto adquiriu consistência. A indicação desse militar pelo presidente da República, Ernesto Geisel, teve como finalidade preparar politicamente o território para transformá-lo em estado ainda em sua gestão.

Ao analisar as políticas de Estado para Rondônia durante esse período, Oliveira (2003) alerta que o projeto de elevar Rondônia a estado, apesar de ter uma motivação derivada da contabilidade de apoios políticos para a base de sustentação do regime militar, também encontrou terreno fértil do ponto de vista do dinamismo econômico na região. Ele ressaltou que, enquanto o resto do país caminhava para uma estagnação econômica, Rondônia se constituía numa alternativa de mobilidade social graças à abertura efetiva da rodovia BR-364, à adoção da agricultura como modelo econômico e aos projetos de assentamentos e de colonização executados pelo INCRA<sup>5</sup>. Essas circunstâncias facilitaram as correntes migratórias e o povoamento do espaço de Rondônia por não índios. Tudo isso representava um saldo

---

5 O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi responsável por dois distintos projetos de colonização para a região: o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) e o Projeto Integrado de Colonização (PIC). Tais projetos tiveram efeitos extremamente impactantes na região. Os assentamentos ocuparam 2.559.107 hectares, representando 10,5% do território de Rondônia e a população foi multiplicada por cinco (RABELLO, 2004).

positivo do ponto de vista da propaganda política do Governo Federal no país. Por outro lado, a partir do momento em que se desenvolveu um agressivo processo migratório para Rondônia<sup>6</sup> ocorreu também um enorme incremento de demandas por regulamentação fundiária, saúde, energia, moradia, educação, segurança, saneamento básico, transportes, entre outras. Nessas condições, a tradicional máquina administrativa do território não tinha como dar conta das necessidades (SANTANA, 1979).

Nesse contexto, surgiu a percepção de que era preciso aperfeiçoar os mecanismos institucionais de intervenção governamental no território. Inicialmente foi promovida uma reforma administrativa que ampliou as secretarias de Estado. Desse modo, houve uma reestruturação interna da Secretaria da Agricultura e a ampliação de seus quadros técnicos com aproveitamento dos que já moravam na região. Porém, essa reforma foi insuficiente já que as demandas dos colonos continuavam a transcender em muito a capacidade do aparelho de Estado (OLIVEIRA, 2003, p. 192).

Para sanar os problemas provocados pela incessante migração a elite dirigente avaliou que tais problemas só poderiam ser enfrentados mediante uma ampla ação governamental que procedesse uma intervenção planejada, organizasse a ocupação do território e promovesse o seu desenvolvimento. Assim, conforme esclareceu Ari Miguel Teixeira Ott (2002, p. 112): “O POLONOROESTE foi o grande projeto governamental para dar solução ao problema, o qual seria implementado com recursos tomados de empréstimo ao BIRD.” Porém, de acordo com Oliveira, a máquina governamental em Rondônia não tinha um desempenho institucional satisfatório em função da transitoriedade de seus quadros, e, sobretudo, da debilidade de sua capacidade técnica. Isso fazia com que o vazio que existia na coordenação do programa não fosse preenchido por um corpo técnico burocrático com conhecimento da máquina administrativa, simplesmente porque inexistia tal quadro. Em vistas disto, “[...] inicialmente tomou a frente dessa coordenação,

---

6 Na década de 1970 a população de Rondônia era de 111.064 habitantes, ela saltou para 491.025 habitantes em 1980 e em 1990 havia chegado a 1.132.692 habitantes, de acordo com os anuários estatísticos do IBGE. Segundo os especialistas, a razão desse extraordinário crescimento demográfico se deve à execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) na região, através do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) (PERDIGÃO, 1992; OTT, 2002; OLIVEIRA, 2003, RABELLO, 2004).

alguns elementos de uma reduzida elite burocrática agregados em torno da CODARON.”

Portanto, essa solução era insatisfatória. E também se mostrou ineficiente.

Num relatório de avaliação dos programas de desenvolvimento para a região constou que a coordenação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) “não tinha força política suficiente para exercer a função” e que era a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia (CODARON) que estava desempenhando tal atribuição. Um dos problemas apontados no relatório para esse desvio, de acordo com Oliveira, foram os entraves administrativos, especialmente no tocante a execução das ações. Como exemplo menciona-se que em quatro anos a Coordenação Estadual do POLONOROESTE teve quatro coordenadores. Sobre o assunto foi dito que

O aparelho de Estado em Rondônia vivia um processo de formação, estavam sendo criadas várias instituições que simultaneamente tinham que implantar tal programa. Ou melhor, a criação de algumas dessas instituições caminhou paralelamente ao lado da própria execução do programa. O POLONOROESTE previa o fortalecimento institucional dessas instituições, no entanto, não existiam funcionários capacitados para inclusive processar administrativamente treinamentos específicos para os quadros dessas instituições. O que comprometeu mais ainda a capacidade institucional de operacionalização do programa. Questões, como pouco conhecimento do pessoal envolvido com trabalhos de execução orçamentário e financeiro, inexistência de fluxo de informações a nível satisfatório entre os órgãos executores e a Coordenação do POLONOROESTE, e, sobretudo, alta rotatividade dos funcionários acarretou consequências negativas e incalculáveis para o programa (DIAGNÓSTICO ADMINISTRATIVO, 1985, p.9 apud OLIVEIRA, 2003, p. 209).

É importante ressaltar que o POLONOROESTE empregou dezenas de milhares de trabalhadores em obras de infraestrutura. Porém, o desenvolvimento socioeconômico trouxe novos desafios e novas políticas intervencionistas. Deste modo, em abril de 1979 o coronel de reserva Jorge Teixeira foi nomeado governador do Território por indicação do coronel Mário Andrezza.

Mário Andrezza era o Ministro do Interior, a quem estava subordinada a administração dos territórios. Jorge Teixeira foi indicado por ele com a missão explícita de criar o Estado de Rondônia e conduzir a



execução do POLONOROESTE. Outra missão do coronel Jorge Teixeira, de caráter implícito, era de âmbito político-partidário: assegurar os votos dos deputados e senadores eleitos em novembro de 1982 para a candidatura do Ministro à Presidência da República no colégio eleitoral que indicaria o substituto do Presidente João Figueiredo (OLIVEIRA, 2003, p. 209).

É interessante observar que as políticas *desenvolvimentistas* do governo federal deslocaram para Rondônia não somente migrantes em busca de terras, mas também segmentos da chamada *nova classe média*. Esta última veio para compor os quadros administrativos do aparelho burocrático do antigo Território Federal em rápido processo de expansão, conforme já descrevemos, e quando as alterações no sistema de correlações de forças partidárias no cenário político levaram a mudanças na orientação da sua estrutura político-administrativa.

Oliveira (2003, p. 78) fez a seguinte apreciação sobre o papel das elites rondonienses durante o processo de transição:

As elites locais mesmo estando à margem das outras esferas do sistema de alianças conseguiram alguns ganhos no interior do aparelho de Estado. Essas alianças encontraram um terreno fértil particularmente quando da implantação do POLONOROESTE no antigo território Federal de Rondônia. Isso porque, existiu uma conjuntura política eleitoral nacional favorável à incorporação dos interesses dessas elites – via cooptação. Os territórios tinham aqui um papel de destaque na contabilidade eleitoral do regime, particularmente Rondônia que era lugar cativo para administradores do exército nacional, pois ao tornar-se Estado Rondônia iria agregar mais três senadores e a maioria dos deputados federais a bancada governista do regime militar. O POLONOROESTE foi foco de um sistema de alianças em que setores da máquina governamental incorporavam interesses das elites locais, e, as elites locais fortaleciam posições desses na medida em que estes buscavam apoios políticos para ser lançados na arena política nacional. É neste contexto que as estruturas administrativas do aparelho de Estado perderam parte de sua racionalidade instrumental em virtude da presença de um outro tipo de *racionalidade*, ou seja, a *política*.

As pressões políticas e as dificuldades internas para gerenciar os problemas provocados pela execução dos planos econômicos davam pouca margem de resolução dos problemas políticos e administrativos. Assim, o passo seguinte foi modificar o modelo de administração territorial fazendo uma reforma completa no sistema, o que levou à

aprovação do projeto de transformação da condição de Rondônia a estado.

No dia 17 de agosto de 1981, o governo federal enviou ao Congresso Nacional mensagem dispondo sobre a criação do Estado de Rondônia. Na Câmara Federal, a mensagem do Executivo transformou-se no Projeto de Lei Complementar nº 221-A/81. A votação desse projeto foi difícil em razão do PMDB posicionar-se contrário à forma como o governo pretendia transformar o Território Federal de Rondônia em estado. Representado por apenas dois deputados federais, Jerônimo Santana, do PMDB, e Odacir Soares, suplente do PDS que havia assumido a vaga de Isaac Newton, o Território não dispunha de força política suficiente para definir a votação. Mas o projeto contava com o apoio do Poder Executivo, que mobilizou toda a bancada governista em sua defesa.

Assim, em 16 de dezembro de 1981, em sessão tumultuada, o projeto de lei complementar nº 221-A/81, foi aprovado na Câmara Federal por 216 votos, sendo 213 do Partido Democrático Social, PDS, dois do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, do Paraná e um do Partido Popular, PP, do Rio de Janeiro. A bancada do PMDB, contrária ao projeto, retirou-se do plenário, exceto o representante de Rondônia, que se absteve de votar” (MATIAS, 1998, p.140 apud OLIVEIRA, 2003, p. 221).

O representante de Rondônia acima referido era o Deputado Federal Jerônimo de Garcia Santana. Ele se absteve de votar porque ao longo dos anos 1970 ele tinha apresentado outros projetos de transformação de Rondônia de território em estado, sendo que todos foram vetados. Na ocasião da votação da Lei Complementar Nº 221-A/81 o PMDB se fechou contra o projeto governamental e o deputado, por uma questão de coerência com as suas posições do passado, não votou. Oliveira assim descreveu este momento de transição política:

A instalação do Estado de Rondônia ocorreu no dia 04 de janeiro de 1982, data em que o coronel Jorge Teixeira de Oliveira assumiu oficialmente o cargo de governador. A solenidade, realizada no Palácio Getúlio Vargas, em Porto Velho, contou com a presença de diversas autoridades da República, como os ministros Mario David Andreazza, do Interior, um dos mais importantes incentivadores do projeto de transformação do Território em Estado, e Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça, que representou o presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo. [...] De acordo com o disposto na lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, o coronel Jorge Teixeira deveria governar

o Estado de Rondônia até 14 de março de 1987. Nesta condição, ele deu prosseguimento às obras de infra-estrutura previstas em seu cronograma de governo. Rondônia viveu então um elevado índice de crescimento econômico e demográfico, com a intensificação do processo migratório que ocupava grande parte dos espaços vazios do Estado e fazia surgir novos núcleos populacionais, rapidamente transformados em cidades. Por outro lado, diversas empresas instalavam-se no Estado que despontava como verdadeira potência econômica regional, com vocação mineral e, sobretudo, agrícola. [...] Com a estruturação do Poder executivo, através das Secretarias de Estado, de companhias de economia mista, do agente financeiro estadual, e do Poder Judiciário, Jorge Teixeira voltou-se para a organização do seu partido político, o PDS, conquistando a adesão de importantes lideranças políticas regionais, inclusive de notórios opositores ao regime militar. [...] Alertado pelos próceres do PDS a respeito da forte tendência do eleitorado da região de votar no PMDB, e ciente de que somente poderia reverter o quadro com uma firme tomada de posição, o governador assumiu pessoalmente o comando político do Estado e jogou todo seu prestígio na luta para formação do terceiro Poder, principalmente com vista à formação da bancada federal de Rondônia. Com essa preocupação, implementou obras de infra-estrutura em todo Estado [...]. (OLIVEIRA, 2003, p. 275).

Ao discorrer sobre o processo de negociação política que conduziu Rondônia a estado Ott (2002) também menciona o papel destacado do coronel Jorge Teixeira ao dizer:

Ele cumpriu as missões designadas com disciplina e fervor militares. Nas eleições de 1982, confirmou o seu prestígio fazendo eleger pelo Partido Democrático Social – PDS a maioria dos deputados estaduais, os oito deputados federais e os três senadores a que o Estado tinha direito. (OTT, 2002, p. 116-117).

Vale destacar que nessas eleições, “vários funcionários do INCRA foram eleitos aos cargos legislativos. O seu ex-coordenador Galvão Modesto foi eleito senador pelo Partido Democrático Social, apoiado pelos militares” (SOUZA, 2011, p. 26).

A política hegemônica que foi sustentada pela base política local do regime militar voltava-se para os grandes proprietários. Tal fato se dava em razão da conjuntura em que ela surgiu. Ou seja, dentro do contexto de enfraquecimento do regime militar e de elevação de Rondônia a estado com o objetivo de fortalecer o partido que apoiava o governo.

Apesar de todas as importantes reformas políticas e administrativas mencionadas, o povo de Rondônia, aquele que se encontrava na região

desde anos anteriores a todas essas transformações, passou ao largo. Seja por sua falta de preparo técnico<sup>7</sup>, seja por razões políticas, eles foram preteridos em favor de funcionários vindos de fora para ocupar os cargos públicos e exercerem as funções de prestígio disponíveis nos órgãos burocráticos do Estado. Os técnicos eram importados, assim como os diretores e gerentes dos órgãos do governo de Rondônia e dos programas e projetos implantados na região pelo governo federal. Esse fato gerou uma grande rotatividade de pessoas oriundas de outras partes do país nos cargos, pois eles vinham e iam ao sabor das oportunidades. Os nascidos na terra foram soterrados pela avalanche de projetos governamentais, gentes, empresas, órgãos governamentais e não governamentais que se estabeleciam trazendo o *progresso* e o *desenvolvimento*.

Considerando os acontecimentos, é evidente que Rondônia passou por “um processo forçado de integração à sociedade brasileira” assim como de assimilação dos valores da sociedade nacional (RABELLO, 2003).

Até a década de 1960 não havia grandes diferenças sociais entre os indivíduos que compunham as classes média e alta em Rondônia. A classe alta era formada pelos políticos, pelos gerentes de bancos e pelos comerciantes e seringalistas. A classe média era formada pelos funcionários de bancos, pelos funcionários públicos e pequenos comerciantes, além de outros.

A chegada em massa de migrantes modificou significativamente a composição dos quadros sociais. Neste sentido, parece-nos inequívoco que um dos efeitos das políticas desenvolvimentistas e de integração nacional foi a modificação dos hábitos da população local e a perda de suas identidades sociais e culturais em decorrência das imposições de novos comportamentos, valores e estilos de vida. Em consequência, os conflitos não tardaram a surgir. Houve disputas pela posse da terra, dos homens e das mulheres, disputas pelo poder e pelo saber, disputas pelos cargos.

O relato abaixo, obtido pela pesquisadora Carmem Velanga Moreira, ilustra a percepção de uma “filha da terra” a respeito da ocupação

---

7 Segundo os dados do IBGE, na década de 1970 pouco mais da metade da população de Rondônia era alfabetizada, sendo que o setor primário absorvia 69,9% da mão de obra não alfabetizada. Da mão de obra empregada no setor industrial, 39,3% não possuía qualquer grau de escolaridade (LIMA, 2013, p. 82).

do aparelho administrativo do estado pelos novos migrantes e evidencia as tensões no campo das relações sociais e de disputas de poder.

[...] a gente nunca teve nada contra esse pessoal de fora, não. Só que eles vinham era prá tomar o lugar dos nossos filhos. [...] Os cargos da cidade deveriam ficar pros filhos da terra. [...] Esses forasteiros que se arranjam em outro lugar. Se eles são tão bons assim, porque é que deixaram o seu Estado e vieram parar aqui? Prá quê? (MOREIRA, 2003, p. 99 apud, SOUZA, 2011, p. 37).

Ao se referir aos conflitos de interesses dos diferentes grupos sociais em disputa, Valdir Aparecido de Souza (2011, p. 152) esclarece que um dos efeitos do processo de alteração no controle dos órgãos públicos e nas relações de poder político entre os diferentes grupos sociais em disputa foi a substituição das “elites de seringalistas” pelas “elites migrantes”. Ele explica que as *elites seringalistas* eram “compostas de comerciantes e altos burocratas situados no Eixo dos Rios Madeira-Guaporé” e as *Elites migrantes* eram “compostas de comerciantes, fazendeiros e outros empresários rurais que vieram junto com a grande migração dos anos de 70 e 80 e que se estabeleceram no Eixo da BR-364, no interior do Estado, e que detiveram o poder político e econômico de Rondônia”.

Na avaliação de João Paulo Viana (2019) o desenvolvimento econômico e o aumento exponencial do eleitorado do Eixo da BR-364 teriam sido os principais fatores que contribuíram diretamente para a consolidação dessa nova elite, a qual passou a disputar os principais cargos do Poder Legislativo e Executivo do novo estado e, muito rapidamente, a ocupá-los majoritariamente. Como reação a essa situação, alguns grupos locais se mobilizaram e criaram o movimento dos *minhocas*, ou seja, dos *nascidos na terra*, com o objetivo de disputarem os espaços de poder na estrutura política e burocrática do Estado com os *de fora*. Fruto dos choques de interesses e de culturas esse movimento ganhou corpo. Isso ocorreu porque ele expressava sentimentos de exclusão e de pertencimento dos *filhos da terra*<sup>8</sup>. Portanto, tinha um forte apelo emocional. Ao chegar à arena política esse sentimento foi expresso no

---

8 Neste texto o uso do termo não tem conotação étnica, mas apenas conotação identitária associada à ideia de alguém pertencente ao seu local de nascimento e identificado com os valores culturais do lugar.

modo de um conjunto de ideias que expressavam a defesa das tradições (no sentido costumes) local.

Em 1990 Rondônia elegeu o seu primeiro governador *nascido na terra*, Osvaldo Piana, cujo governo foi marcado por uma série de escândalos envolvendo-o. Durante a sua administração ocorreu denúncias de que parlamentares de Rondônia estavam envolvidos com o narcotráfico, o que ficou comprovado. Ao final, os acontecimentos políticos pareciam corroborar um conjunto de visões preconceituosas sobre as populações locais que as associavam à violência, incompetência, deslealdade e desonestidade. Essas percepções guardavam correlações com as representações sociais da região como terra *selvagem e incivilizada* que fundamentaram os projetos do governo federal de ocupação do território ao longo de toda a sua história.

As disputas de poder entre *os da terra* e *os de fora*, citados nos parágrafos anteriores, referem-se a pessoas que tinham capacidade de rivalizar na arena política e econômica local porque detinham capital econômico e simbólico para fazer denúncias e reivindicar direitos. Além disso, os *minhocas* se organizaram durante um momento histórico, o de retorno ao Estado político de direito e à democracia, que era favorável a discussões consubstanciadas na ideia de rechaço ao alijamento e exclusão social, mesmo porque estes estavam associados às práticas antidemocráticas que caracterizaram a vida política do país e, sintomaticamente, da região nas duas décadas anteriores. Portanto, essas discussões se ancoraram na violência dos processos de exclusão que tinham como pano de fundo os movimentos de colonização e a identidade regional.

No caso de Rondônia, essas discussões se ancoraram na violência dos processos de exclusão que tinham como pano de fundo os movimentos de colonização e a identidade regional. Deste modo, a reivindicação do direito à posse dos cargos de direção, e de controle político da região pelos nascidos na terra, formava um discurso legitimador das aspirações de ascensão das pessoas envolvidas nas disputas políticas e sociais e que se encontravam em condições de utilizá-lo para ocupar os espaços de poder que elas desejavam. Vale ressaltar que tal discurso estava apoiado no sentimento de um grande número de cidadãos que não apenas se sentiram excluídos do processo de transformação social, e de acesso aos lugares de maior prestígio na pirâmide social, mas que o foram de fato.

Sem nos aprofundarmos na análise destes episódios, é importante registrar que consideramos as reivindicações do movimento político dos *minhocas* extremamente importantes, do ponto de vista do capital simbólico, para os grupos sociais que se identificavam como *rondonienses*. Fazia parte destes grupos famílias cujos membros eram naturais de Rondônia e indivíduos nascidos no lugar. É importante destacar que esse movimento contava, também, com a simpatia de parcela da população que se identificava com os valores e cultura mais antigos<sup>9</sup> dessa sociedade. Um exemplo ilustrativo do modo como se dava a atuação do movimento dos minhocas ocorreu nas eleições municipais de 1996 quando a *Associação dos Filhos da Terra*, de Guajará Mirim, usou entre os seus *slogans* de campanha estes: “Vote nos filhos da terra” “Guajaramirense vota em guajaramirense!” (MOREIRA, 2003, p. 101 apud SOUZA, 2011, p. 38).

Ao final, predominou a correlação de forças econômicas. Estas determinaram a formação dos blocos de poder e de disputas dos órgãos que compunham a administração pública. Não se sustentou as proposições dos grupos que se fundamentavam na ideologia dos minhocas porque elas não se basearam na conjugação dos princípios de *anterioridade* na região com os efeitos da *competência*, da *lisura* e da *ética* em suas práticas sociais e políticas quando eles tiveram a oportunidade de exercer cargos de poder e ocupar postos de prestígio no comando dos órgãos do aparelho burocrático de Estado na fase formativa do Estado de Rondônia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MATIAS, F. **Pioneiros**: ocupação humana e trajetória política de Rondônia. Porto Velho: Maia, 1998.

MOREIRA, C. T. V. **Currículo e realidade multicultural na fronteira**: a Universidade Federal de Rondônia – Possibilidades e enfrentamentos. Tese Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. São Paulo, 2003.

---

9 Reconhecemos que usar o termo antigo para nos referirmos às populações rondonienses é extremamente complexo do ponto de vista da história haja vista que, quase sempre, quando tal expressão é utilizada na produção escrita regional a mesma não se refere às populações indígenas, mas sim, aos migrantes com mais tempo de fixação na região ou aos seus descendentes.

OLIVEIRA, Jorge Coimbra de. **A burocracia elitizada e o Polonoroeste em Rondônia.** São Paulo: Programa de Pós-graduação em Sociologia. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2003.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos:** o PLANAFLORO em Rondônia. Tese (Doutorado em Ciências Humanas / Sociedade e Meio Ambiente) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2002.

PERDIGÃO, Francinete; BASEGIO, Sérgio. **Migrantes Amazônicos. Rondônia: a trajetória da ilusão.** São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

RABELLO, Antônio Cláudio Barbosa. **Inventando o outro:** Representações do desenvolvimento e da fronteira amazônica. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, 2004.

SANTANA, Jerônimo de Garcia. **Rondônia e a Nova República:** retrospectiva e avaliação. Porto Velho: [s.l.], 1979.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **(Des)ordem na Fronteira:** ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40). Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis-SP, 2002.

LIMA, Marta Valéria de Lima. **Dos tambores de Averequete aos tambores de Oxalá.** História de uma relação complexa: as religiões afro-brasileiras e a sociedade de Rondônia (1911-2011). Tese (Doutorado em História) – Departamento de Geografia e Filosofia, Programa Oficial de Pós-Graduação em História da América Latina, Universidade Pablo de Olavide. Sevilha-ES, 2013.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão. **Sistema partidário subnacional e competição eleitoral:** o caso de Rondônia (1982-2014). Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas-SP, 2019.



# RIBEIRINHOS E COLONOS: A REPRESENTAÇÃO DE UMA IDENTIDADE PREFERENCIAL NO HINO DE RONDÔNIA<sup>1</sup>

*Sandro Adalberto Colferai<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX as migrações, no Brasil, fizeram surgir rapidamente novas organizações sociais no interior do país. Cidades foram fundadas em meio à floresta Amazônica, formadas principalmente por imigrantes do Sul e do Sudeste. Estas pessoas encontraram moradores mais antigos, remanescentes de outras levas migratórias, principalmente nordestinos. Tais encontros, intensificados ao longo das quatro últimas décadas, colocaram em contato culturas e fizeram surgir disputas no campo simbólico em busca de legitimação cultural. Por tratar-se de práticas culturais distintas, também diferem as formas de representação apropriadas por cada um desses grupos. As disputas, assim, ocorrem através das representações, em busca da afirmação de práticas simbólicas que possam ser tomadas como legítimas no espaço ocupado pelos imigrantes.

Neste capítulo as atenções se voltam para este movimento no estado de Rondônia e toma-se um corpus específico: o hino oficial do estado. A opção por tomar Rondônia como objeto se justifica por ser

---

1 Este capítulo, foi publicado inicialmente na revista Raído, Dourados, MS, v. 4, n. 7, p. 333-346, jan./jun. 2010.

2 Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia; professor no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia, UNIR.

nele que de forma mais intensa houve este encontro de culturas. Assim, Rondônia é um dos mais importantes pontos do que se convencionou chamar de fronteira de colonização amazônica e, agora, de fronteira agrícola, que corresponde, na sua maior parte, a um arco de ocupação ao sul da Amazônia desde o Maranhão até o Acre.

A opção pelo hino oficial de Rondônia para análise assume este formato de texto como uma tentativa de identificação da sociedade a partir de uma determinada representação, como voltará a ser tratado adiante. A busca é pela maneira como a sociedade rondoniense é representada nesta canção, uma vez que esta pode ser tomada, por um lado, como forma de identificar a maneira como um grupo enxerga a si mesmo e, por outro, da aceitação/imposição institucional da representação ali presente.

## CULTURA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO

Da perspectiva dos Estudos Culturais contemporâneos a cultura é tomada como ponto central na discussão e estudo dos fenômenos sociais, e determinante na alteração dos modos de viver, causando impacto sobre os sentidos dados à vida. Esta centralidade da cultura é definida por Stuart Hall (1997) em função das significações dadas pelos sujeitos às práticas realizadas em sociedade, ou por grupos na sociedade. As ações distintas daquelas determinadas por programação genética, biológica ou instintiva são “ações sociais”, que requerem e são relevantes para as significações. Os seres humanos são tomados como seres interpretativos, instituidores de sentido, capazes de criar códigos que dão sentido às ações. É o conjunto formado pelas ações e pelos códigos que permite interpretar significativamente as ações alheias, é isso que, no conjunto, constitui o “cultural”. Assim todas as ações sociais são culturais, uma vez que “expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p. 16).

Trata-se de um posicionamento epistemológico específico, pois deixa de tomar a cultura como variável dependente para tê-la como condição constitutiva da vida social. Aqui, é fundamental o relacionamento com a linguagem, que assume posição privilegiada na construção e circulação de significado.

Até os mais céticos têm se obrigado a reconhecer que os significados são subjetivamente válidos e, ao mesmo tempo, estão objetivamente

presentes no mundo contemporâneo – em nossas ações, instituições, rituais e práticas. A ênfase na linguagem e no significado tem tido o efeito de tornar distinta, senão de dissolver, a fronteira entre as duas esferas, do social e do psíquico. (HALL, 1997, p. 24).

Esta ênfase na linguagem e no significado só é possível uma vez que a linguagem funciona como um sistema de representação, uma vez que utilizamos sinais e símbolos (sons, palavras escritas, imagens, notas musicais e até objetos) que significam ou representam para outras pessoas. As pessoas, membros de determinada cultura, devem ser capazes de reconhecer o que é colocado em circulação entre si, ou seja, devem partilhar os mesmos códigos culturais, podendo compreender conceitos, ideias e sentimentos. Devem ser capazes de fazer isso de forma mais ou menos parecida, uma vez que o significado, colocado em circulação através da linguagem, é um diálogo.

E o funcionamento da linguagem só é possível, como já referido, através da representação. Elementos específicos, como sons, palavras, gestos, expressões, roupas, fazem parte do mundo natural e material, mas sua importância é reconhecida não pelo que são, mas pelo que fazem, pela sua função. Ao deixarem de serem reconhecidos por si mesmos ganham importância simbólica e, por isso, deixam de referir a si mesmos para representar outras coisas. É esta a dinâmica que forma a linguagem e seus significados, a relação que se estabelece entre significado, linguagem e representação.

Os sinais significam ou representam nossos conceitos, ideias e sentimentos de forma que possibilitem que outros “leiam”, decodifiquem ou interpretem seu significado mais ou menos do mesmo jeito que nós o fazemos. (HALL, 1997b).

Este jogo entre receptor e emissor faz com que a linguagem não pertença nem a um, nem a outro. Para Hall (1997b), ela “é um ‘espaço’ cultural partilhado em que se dá a produção de significados”. Esta é sua definição para representação, aquilo que é construído na interseção entre as apreensões das leituras que emissor e receptor têm de determinados significados colocados em circulação através da linguagem. E esta ênfase na abordagem discursiva da representação é calcada na especificidade histórica de determinadas formas e regimes de representação, “não na ‘linguagem’ como preocupação geral, mas em linguagens ou significados específicos, e como são dispostos num tempo e espaço determinados”

(HALL, 1997b). Com isso, se assinala uma especificidade histórica maior, a forma como as práticas de representação funcionam em situações históricas concretas, na prática real.

Isso sugere que a construção da identidade não se dá a partir de um centro interior, mas no “diálogo” entre “os conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados” (HALL, 1997, p. 26). Identidade, então, é compreendida como o pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. Estes pertencimentos são problematizados sobre o pano de fundo de um processo amplo de mudança “que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2003, p. 7).

Significa dizer que deslocamentos são impostos e levam à possibilidade de se reconhecer, e ser reconhecido, de diferentes formas. O pertencimento deixa de ser essencialista e imutável, e o indivíduo pode se reconhecer como parte de vários grupos, auto identificados pelas mais diferentes características, o que torna possível o múltiplo pertencimento. E as posições diferentes às quais o indivíduo pode se apegar são legitimadas nos discursos e estes, por sua vez, estão ancorados em práticas culturais reconhecidas pelos diferentes grupos sociais (HALL, 2003). Desta forma é possível dizer que as identificações se dão dentro das representações, através da cultura.

## O TEXTO COMO PONTO DE PARTIDA

Esta articulação entre as esferas interior e exterior do discurso torna possível aos Estudos Culturais assumir como ponto preferencial de abordagem das práticas culturais os textos colocados em circulação num dado contexto, postos em primeiro plano os elementos simbólicos deles advindos. Desde os primeiros textos teóricos ligados a esta corrente<sup>3</sup> é rejeitada a ideia de se tratar de textos legitimados por um cânone e por isso inscritos sob a premissa dos que “vale a pena estudar”. Assim, por texto, como faz Nick Couldry (2000), é compreendido todo o “[...] complexo de significados interrelacionados que seus leitores tendem a

3 *Culture and Society* (1958) Raymond Williams; *The Uses of Literacy* (1957), Richard Hoggart; *The making of the English working class* (1963) E.P. Thompson.

interpretar como um todo distinto e unificado”<sup>4</sup> (COULDRY, 2000, p. 70-71). É desta forma que o texto deixa de ser encarado como um objeto fechado sobre si mesmo, e passa a ser compreendido como toda a gama de significações postas em movimento a partir de leituras determinadas, ou preferenciais, que podem ser acionadas tanto pelo conhecimento prévio do “leitor”, como pelas ligações feitas com outros “textos”. O conceito de texto, desta maneira, se solta das amarras que o mantiveram como um objeto linguístico restrito, para ser compreendido a partir das mais diferentes formas. Um grafite num muro, um seriado, os modos de se vestir, um conjunto de músicas executado em um evento, podem ser tomados como textos, assim como quaisquer outras manifestações significativas.

O conceito de textualidade está diretamente ligado ao de texto. Para Couldry esta noção é fundamental, uma vez que não é o objeto “texto” que deve ser tomado como ponto de partida para a investigação, mas os significados por ele acionados. Como textualidade, então, compreende-se a maneira como os diferentes textos são encarados pelas audiências, seja na forma de recebê-los ou mesmo nas relações feitas a partir deles. É o que ocorre, por exemplo, com os textos colocados em circulação sob a forma de filmes ou revistas. Enquanto no primeiro admite-se que o expectador ficará nele concentrado até o final, na segunda reconhece-se que pode haver atenção fragmentada. De qualquer forma, o que interessa saber, em ambos os casos, é sob quais convenções esses textos são lidos, e por quem? Ao conceito de textualidade liga-se o de intertextualidade: os leitores acionam todo um repertório prévio sob o qual têm conhecimento sempre que são colocados em contato com um novo texto. Dar conta das questões que envolvem textualidade e intertextualidade requer ir além de questões subjetivas, e estar atento às “operações reais do campo textual contemporâneo”<sup>5</sup> (COULDRY, 2000, p. 72).

Couldry ainda aponta para uma questão que nos parece fundamental diante do objeto que se tem em vista aqui: como fazer análise textual diante de uma enorme proliferação de textos? Ele deixa uma pista para a resposta, pois destaca que o objeto de estudo não deve ser um conjunto determinado de textos, mas todo o ambiente textual, como

4 No original: “[...] a complex of interrelated meanings which its readers tend to interpret as a discrete, unified whole” (tradução minha).

5 No original: “[...] actual operations of the contemporary textual field” (tradução minha).

funciona e como ocorrem as negociações diante dele. O descentramento da noção tradicional de texto é fundamental para a leitura proposta por Couldry, e tal posicionamento leva a outro descentramento: “Ao invés do texto ser fonte de certeza, tornou-se o lugar de um enigma, ou pelo menos de cuidadosa exploração” <sup>6</sup>(COULDRY, 2000, p. 87).

## MATRIZES E PRÁTICAS CULTURAIS

O ponto de partida aqui será o contexto sócio-histórico em que se insere o estado de Rondônia. Este cenário tem na aportagem de imigrantes seu principal elemento. Durante os dois ciclos da borracha, o primeiro no final do século XIX e meados do século XX, e o segundo durante a década de 1940 – este motivado pela II Guerra Mundial – a região que viria a se tornar Rondônia teve os seus primeiros grandes fluxos imigratórios. De acordo com Samuel Benchimol (1977), é possível avaliar que nesses períodos tenha havido a imigração de até 1,5 milhão de pessoas para a região amazônica, quase na totalidade nordestinos – com destaque para emigrantes do Ceará.

Após os períodos de opulência da seringa estas pessoas acabaram por se fixar, seja por opção ou por abandono, este último o caso da maioria. Somaram-se à pequena população já existente e tornaram-se ribeirinhos ou pequenos proprietários. A fixação se fez com o passar do tempo, e suas práticas culturais foram reelaboradas, levando à circulação de novas representações. “Estes migrantes estão integrados à região, e alguns confessam que se saírem desse local se sentirão, como dizem, ‘um peixe fora d’água’” (SILVA, 2000, p. 101).

A partir da década de 1960 o estado brasileiro organizou o deslocamento de grandes levas populacionais do Sul e Sudeste para o Centro-Oeste e Norte do país, regiões consideradas um “grande vazio demográfico”, como forma de reduzir as tensões entre proprietários de terras e trabalhadores rurais. Para a região Norte, nas décadas de 1970 e 1980, migraram 7,5 milhões de pessoas, o que significou um crescimento populacional, em duas décadas, de 200% (SOUZA, 2001, pp. 52 e 59). Em Rondônia, no mesmo período, o crescimento populacional próximo a 1.000%. Em 1970 a população do estado era de 111 mil habitantes, e chegou a 1,13 milhão em 1991 (PERDIGÃO & BASSEGIO, 1992, p. 178).

---

6 No original: “Instead of the text being the source of certainty, it has become the site of an enigma, or at least cautions exploration” (tradução minha).

Ao travarem contato os imigrantes colocaram em disputa as práticas que trouxeram ou criaram no novo ambiente. Este contato é reduzido por Thiéblot (1977) a dois grandes grupos: a cultura amazonense – está já constituída a partir de bases nordestinas – e cultura do migrante do sul. Absolutamente distintas entre si, as trocas que se estabelecem entre os seus representantes são tomadas como as bases para a constituição de uma cultura própria de Rondônia.

No entanto, não é um movimento de integração que se percebe no percurso sócio-histórico de Rondônia, mas, ao invés disso, a subjugação e a consequente substituição de um complexo cultural, e de seu sistema de representação, por outro. As populações tradicionais – ou a cultura amazonense, como prefere Thiéblot – têm o seu modo de vida e as formas de conhecer e de se fazerem conhecer, invadido e desqualificado frente ao modo de vida trazido pelos novos imigrantes. Para isso corroboram ações oficiais, principalmente através da ação do Incra<sup>7</sup>, que garantiam apoio técnico aos colonos<sup>8</sup>, enquanto as atividades tradicionais eram praticamente ignoradas.

A relação do homem com a natureza é fundamental na compreensão de como se dá a fixação de um sistema de representação cultural, enquanto outro é relegado a um segundo plano e, posteriormente, desqualificado. De acordo com Cemin (1992), a relação social do homem com a natureza passou, a partir da colonização agrícola de Rondônia, a ser condicionada à presença de colonos oriundos de regiões de agricultura mecanizada, que passam a agir numa área de floresta tropical. Com isso estabelecendo-se relações de estranhamento, expressas em inúmeras perdas materiais e simbólicas.

Embora a política desenvolvimentista dos militares para a Amazônia tivesse por lema a ocupação dos vazios demográficos, a

---

7 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O órgão foi responsável pela colonização de Rondônia e pela criação de projetos de assentamentos, além de ter fomentado a criação de núcleos urbanos. Nos primeiros anos da colonização era na maior parte de Rondônia a única presença do Estado, o que acaba por ampliar, de maneira informal suas atribuições, o que significava, inclusive, assumir funções de polícia, por exemplo.

8 Aqui o termo “colonos” é usado para todos os indivíduos voltados para atividade agrícola e que, na sua maioria, chegaram a Rondônia a partir da década de 1970, de uma forma ou de outra em função das políticas oficiais do governo federal. Cemin (1992) diferencia “colonos” e “capitalistas agrários”: os primeiros seriam os trabalhadores do campo e pequenos proprietários, enquanto os outros são latifundiários. Tal distinção não é assumida neste artigo.

colonização apropriou-se, na verdade, de terras tribais, ou de terras cujos habitantes encontravam-se inseridos em sistemas econômicos baseados no extrativismo vegetal; tratava-se de populações sustentadas, portanto, pela manutenção das condições da “primeira natureza”. O processo de colonização estabelece uma ruptura nesta relação, instalando um consumo predatório das forças produtivas humanas e naturais. (CEMIN, 1992, p. 266-267).

Esta ruptura não ocorre sem ambiguidades, pois o meio, em específico a floresta, torna-se um espaço de junção entre as diferentes representações, de um lado aquela da cultura já tradicional, e do outro os colonos imigrantes. É neste espaço comum, saturado de ambiguidades, que podem ser identificadas relações de estranhamento dos homens entre si e com a natureza. Esse estranhamento tem o seu ponto crítico nos processos de perda, de ambos os grupos, e nas relações que viabilizam as condições de reprodução social por parte dos colonos, uma vez que uma nova estrutura social é organizada para lhe dar apoio e manutenção. A floresta, então, torna-se espaço de articulação entre sistemas excludentes.

No interior da oposição binária, entre a racionalidade desenvolvimentista, de um lado, e os grupos sociais ditos ‘primitivos’, de outro, identificamos uma diversidade de oposições, através das quais indicamos uma aproximação com o processo contraditório de produção da natureza a partir da colonização em Rondônia. (CEMIN, 1992, p. 272).

Por um lado, há a implantação de um projeto desenvolvimentista, e por outro a articulação com a natureza, que não chega a ser realizada. Isso gera tensões e ambiguidades entre os diferentes agentes sociais envolvidos no processo, mas em diferentes condições socioeconômicas. A posição desenvolvimentista representa os colonos imigrantes, ao mesmo tempo em que se contrapõe à lógica das populações tradicionais. Uma estratégia pode ser percebida aí, tornada possível por uma ideologia da modernização (CEMIN, 1992, p. 273), para garantir o controle sobre os homens, a partir da figura do colono, e do espaço, neste caso a floresta amazônica.

É neste contexto de contradições e embates em busca de espaço para firmar suas próprias representações de mundo que se deram, pouco a pouco, os surgimentos de instituições em Rondônia, principalmente



a partir da década de 1980<sup>9</sup> e a apropriação de práticas próprias tanto da população tradicional como da imigrante como referência para suas atuações. Se por um lado as bases para a implantação destas instituições oficiais foi a administração do antigo território, este assentado sobre as bases deixadas pelo complexo seringalista e/ou minerador, por outro se deparava com a importância crescente da agricultura, pecuária e da indústria madeireira, advindas do processo de colonização. Atender às demandas desses dois grandes grupos – uma que o Estado é tomado como mediador – neste momento inicial, parece-nos ter sido o grande desafio do Estado de Rondônia nos seus primórdios.

## HINO OFICIAL E LEGITIMAÇÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS

O objeto de análise deste capítulo, o hino oficial “Céus de Rondônia”, será abordado tendo como pano de fundo as contradições advindas da colonização de Rondônia. Trata-se de um objeto institucionalizada e se buscará recuperar a maneira como foi apropriado em momentos particulares da história do Estado.

Um hino oficial pode ser tomado como uma peça de legitimação e identificação de dada sociedade, por ser reconhecido por esta sociedade como uma representação da forma como ela própria se reconhece. Esta justificativa, que pode ela mesma ser tomada como a razão pela qual o hino de Rondônia é aqui objeto de análise. Galinari (2007, p. 198) aponta os hinos nacionais e/ou canções patrióticas como forma discursivas mais ou menos estáveis, recorrentes e reconhecíveis por suas comunidades de origem. De acordo com Sadie & Tyrrell (*apud* GALINARI, 2007, p. 200-201), a origem dos hinos com caráter de louvor remonta à Grécia clássica. A característica de homenagem por meio de canções de louvor foi mantida, principalmente como canções patrióticas, até hoje, passando pela sua adoção sistemática, no contexto cristão ocidental, a partir do final do século XVIII com o surgimento dos nacionalismos. Neste percurso uma característica é marcante: os hinos são elementos discursivo-musicais ligados a algum tipo de cerimônia.

Para Sadie & Tyrrell (*apud* GALINARI, 2007, p. 198), os hinos têm “o ‘fervor patriótico’ como peça chave, ao revelar os traços de uma

---

9 A implantação do Estado de Rondônia aconteceu em 4 de janeiro de 1982. A elevação do território federal à categoria de unidade da federação significou a acelerada implantação, no âmbito dos três poderes, de todo o aparato burocrático necessário para o seu funcionamento.

nação”. Tanto que é possível afirmar que pelas suas características e pela valorização de determinadas diretrizes morais, políticas e econômicas, os hinos nacionais possuem discurso acima de tudo político. A intenção política se instaura através de elementos a princípio estranhos ao debate político, caracterizado pelos confrontos públicos, pois ao se falar de hinos, refere-se a comemorações, confraternização, identidades e valores comuns, e não a posições políticas antagônicas.

O cerimonial, então, “pacífico”, favoreceria a instauração de uma instância de recepção politicamente despercebida, ou melhor, com a “guarda abaixada” para a investida simbólica que recairá sobre as suas mentes, mas que corre ao mesmo tempo o risco de ser coenunciada sem que o indivíduo se desse conta da violência. E a chave de todo esse efeito estaria na cenografia característica dos hinos nacionais, das canções de cunho patriótico, quase “festeira”. (GALINARI, 2007, p. 202).

Desta forma, os hinos, que aparentemente estão isentos de posicionamentos político-ideológicos, possuiriam grande poder de persuasão, mas que surgem de maneira amortecida pelo conteúdo simbólico que os envolve. No campo discursivo e pelas representações que apresenta, o hino autorizaria o indivíduo a se comportar de uma determinada maneira, e não de outra, propiciando a legitimação de uma prática cultural, em detrimento de outras.

Na origem, a letra do hino “Céus de Rondônia” era um poema, intitulado “Céus do Guaporé”, de autoria de Joaquim de Araújo Lima, que teria sido escrito ainda na década de 1950. Na mesma década o poema foi musicado por José de Melo Silva, e passou a ser executado em cerimônias oficiais no então território federal do Guaporé. Quando houve a implantação do estado de Rondônia, em 1981, a canção, já como nome “Céus de Rondônia” foi oficializada, pela constituição estadual, como hino da nova unidade da federação.

Dadas estas premissas, é importante retomar que, quando da composição da letra e, posteriormente, da música que viriam a se tornar o hino de Rondônia, o contexto histórico era absolutamente distinto daquele encontrado no início da década de 1980, quando foi adotado oficialmente. Em 1950 Rondônia tinha apenas dois municípios<sup>10</sup> e a

---

10 A capital, Porto Velho, e Guajará-Mirim, às margens dos rios Madeira e Mamoré, respectivamente. Estas duas cidades eram os pontos extremos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

população se concentrava às margens dos rios Madeira e Mamoré, tendo como principais atividades a coleta de látex, a pesca e a mineração nos leitos destes rios. Três décadas depois a população era pelo menos cinco vezes maior e as atividades base do estado eram outras. Com a colonização agrícola, em função da distribuição de terras, a agricultura passou a ser a atividade principal. Assim, a relação com o meio alterou-se completamente, passando de atividades basicamente extrativistas para a intervenção direta no ambiente.

Ainda assim, a letra de um poema composto sob outras representações foi mantida como hino oficial. Isso pode ter ocorrido em função das novas leituras possíveis de serem feitas a partir do mesmo texto. Mudou-se o contexto e as textualidades em torno dele, e com isso o sentido do próprio texto. A partir do movimento migratório, novas representações foram instituídas, e encontraram ressonância numa nova leitura do “Céus do Guaporé”. Antes de realizar a nossa análise, convém apresentar a letra de “Céus de Rondônia”:

Quando nosso céu se faz moldura  
 Para engalanar a natureza  
 Nós, os bandeirantes de Rondônia,  
 Nos orgulharmos de tanta beleza.

Como sentinelas avançadas,  
 Somos destemidos pioneiros  
 Que nestas paragens do poente  
 Gritam com força: somos brasileiros!

Nestas fronteiras, de nossa pátria,  
 Rondônia trabalha febrilmente  
 Nas oficinas e nas escolas  
 A orquestração empolga toda gente;  
 Braços e mentes forjam cantando  
 A apoteose deste rincão  
 Que com orgulho exaltaremos,  
 Enquanto nos palpita o coração

Azul, nosso céu é sempre azul -  
 Que Deus o mantenha sem rival,  
 Cristalino sempre puro E o conserve sempre assim.

Aqui toda vida se engalana  
 De belezas tropicais,  
 Nossos lagos, nossos rios  
 Nossas matas, tudo enfim...

A letra do hino de Rondônia é construída sobre dois eixos distintos, o que significa dizer que há dois temas que se cruzam ao longo das seis estrofes que o compõem. Por um lado, há o que se pode considerar uma exaltação à natureza, enquanto por outro lado existe também uma exaltação, mas esta voltada ao trabalho, ao desenvolvimento eminente e desejável. O contexto preferencial em que esta leitura deve ser feita parece ser o surgido a partir da imigração de colonos, pois é nele que a canção é transformada em hino oficial.

Este primeiro olhar sobre o texto leva à noção de que há a tentativa de representar posições antagônicas como convivendo de forma próxima e amistosa. O que parece surgir é a conjugação de que trata Thieblót: o aparecimento de uma cultura que é o produto do encontro entre as práticas da população tradicional e do colono imigrante. Mas, a partir do panorama traçado por Cemin (1992), o que há é a expressão de uma contradição. A representação de Rondônia como a soma de duas visões diferentes de mundo, principalmente diante da floresta, não encontraria então base nas práticas. A presença destes dois eixos pode ser verificada já na primeira estrofe:

Quando nosso céu se faz moldura  
 Para engalantar a natureza  
 Nós, os bandeirantes de Rondônia,  
 Nos orgulharmos de tanta beleza.

Há a apresentação de um sujeito do texto, aqui o “bandeirante”, termo claramente relacionado à figura do bandeirante paulista, desbravador do interior brasileiro, figura reconhecida historicamente como sendo a do conquistador de terras bravias. A relação que surge é com o imigrante, num primeiro momento o nordestino que se deslocou para o seringal, e depois o colono do centro-sul brasileiro. Se nas migrações dos ciclos da borracha ainda havia uma relação de reciprocidade com a natureza, agora trata-se de reconhecer o sujeito que subverte a natureza. A tomada desta letra como hino de Rondônia a partir da década de 1980 – já na fase de colonização agrícola – leva a uma leitura própria, mais próxima

da figura do bandeirante histórico. A representação então é do sujeito que submete o meio, e a natureza a ele serve com recursos ou mesmo como um espaço a ser transformado.

Na estrofe seguinte a ideia do desbravador destemido é retomada e reforçada:

Como sentinelas avançadas,  
Somos destemidos pioneiros  
Que nestas paragens do poente  
Gritam com força: somos brasileiros!

Neste trecho “sentinelas avançadas” e “destemidos pioneiros” estão no mesmo campo em que se encontra o termo “bandeirantes”. Existe a exaltação do espírito desbravador, aguerrido, das pessoas que buscam espaço para se colocar, abrindo caminho, noção valorizada ao longo da letra. Este sentido é reforçado e, ao mesmo tempo, relacionado, à expressão “somos brasileiros”.

Para ampliar este ponto de vista é preciso recuperar o contexto em que a letra veio à luz e, depois, o momento em que foi tornada hino oficial de Rondônia. No final da década de 1940, início da década de 1950, existia o território federal do Guaporé, unidade da federação criada pelo Governo Vargas como parte da estratégia de ocupação do oeste brasileiro<sup>11</sup>, o que justifica a afirmação “somos brasileiros”. A releitura no início da década de 1980, quando da oficialização da letra como hino do estado de Rondônia, se dá em outro contexto: agora ser brasileiro é assumir a posição desenvolvimentista, pela necessidade de alargar as fronteiras agrícolas, o que vai de encontro com a manutenção da natureza pintada no hino.

O mesmo movimento histórico-contextual pode ser visto nas representações que aparecem a seguir, principalmente nas estrofes que seguem:

Nestas fronteiras, de nossa pátria,  
Rondônia trabalha febrilmente  
Nas oficinas e nas escolas  
A orquestração empolga toda gente;

---

11 Em 1943 o governo de Getúlio Vargas cria cinco territórios federais em áreas estratégicas de fronteira: Amapá, Rio Branco (atual estado de Roraima), Ponta Porá e Iguazu (estes extintos pela constituição de 1946), e Guaporé, depois elevado a estado já como Rondônia.

Braços e mentes forjam cantando  
A apoteose deste rincão  
Que com orgulho exaltaremos,  
Enquanto nos palpita o coração

Por seu turno, as representações da natureza na letra são ainda mais presentes. Não só tomam mais espaço como também são mais bem descritas. É assim nas duas últimas estrofes:

Azul, nosso céu é sempre azul -  
Que Deus o mantenha sem rival,  
Cristalino sempre puro  
E o conserve sempre assim.  
Aqui toda vida se engalana  
De belezas tropicais,  
Nossos lagos, nossos rios  
Nossas matas, tudo enfim...

Este trecho é tomado por descrições da natureza, apontada como divina e tomando-a como inigualável no pedido de mantê-la “sem rival”. O desejo de conservá-la “sempre assim” é mais um exemplo de contradição: tal desejo surge na penúltima estrofe, depois de já terem sido exaltadas a presença e o valor dos desbravadores. O encerramento da letra mantém a exaltação à natureza, de forma contundente, tratando de belezas tropicais, lagos, rios e matas. Esse movimento revela duas realidades contrapostas, uma vez que o trabalho remete à colonização, enquanto a ideia de natureza é mais próxima às populações tradicionais.

As representações presentes na letra remetem à convivência sem conflitos entre dois grupos, sem apresentar elementos que remetam à resistência à penetração de novas práticas. Trata-se de uma posição utópica, tomada como expressão de uma realidade, e base da constituição de uma sociedade. Sem resistência, com o desbravador como sujeito com ascendência sobre o meio, portador da capacidade de trabalho que “empolga toda gente”, há a indicação de uma clara motivação para a tomada desta canção como hino oficial de Rondônia, o que se reforça por isso ter efetivamente acontecido em meio ao auge da colonização agrícola de Rondônia.

O que haveria é a tentativa de representar a colonização como legítima e – em boa medida – natural, uma vez que os desbravadores,

representantes da força de trabalho reconhecida por “Deus” e pela “pátria”, como sugerem os fragmentos “Nestas fronteiras, de nossa pátria, /Rondônia trabalha febrilmente” e “Que Deus o mantenha sem rival”, são conjugados junto com as belezas naturais em Rondônia. Sem antagonismos, sem resistências, uma representação específica é colocada em circulação, tornada oficial, institucionalizada e, por isso, possível de ser tomada como legítima imagem do que é Rondônia e do que é ser rondoniense: desenvolvimentista e apegada à natureza, ignorando a contradição que esta articulação comporta. Uma clara indicação da identidade preferencial assumida pelas instituições e pelos grupos hegemônicos do estado.

## CONCLUSÃO

Na análise apresentada procurou-se indicar um posicionamento preferencial quando da tomada da letra de “Céus de Rondônia” como a do hino oficial do estado de Rondônia. Trata-se aí de um posicionamento ideológico que se torna aparente frente ao olhar crítico sobre sua letra e para as suas ligações com o contexto que a canção pretende representar. Os significados colocados em circulação pelo hino, tal como apontado por Galinari (2007), se pretendem não conflitantes, já que não assumem um papel político direto, mas escamoteado. Seria um recurso semelhante ao identificado por Hall (2006, p. 178):

Termos positivamente marcados “significam” por causa de sua posição em relação àquilo que está ausente, não marcado, não dito, ou quase é impronunciável. O significado é relacional dentro de um sistema ideológico de presenças e ausências.

A ausência, como foi demonstrado na análise, é a da ruptura, do conflito resultante do contato entre uma cultura tradicional e outra, exógena, muitas vezes apontada como invasora (TEIXEIRA, 1996). A representação que se faz no hino é livre de contradições, mas nela mesma surgem os conflitos. Como destaca Stuart Hall (2006, p. 170), “[...] as ideologias são sistemas de representação materializados em práticas”, mas não se deixa cair na compreensão que não há nada além da ideologia. O que existe – e no caso de Rondônia a tentativa de fixação de um posicionamento através de leituras específicas do seu hino oficial

isso pode ser verificado – é a articulação entre diversos níveis, através da linguagem. As ideologias fazem com que se fixem determinados sistemas de representação, estes ancorados em práticas culturais particulares, e que, por seu turno, legitimam e são legitimadas pelas posições assumidas.

Hall prefere, em função desta interdependência, apontar para circuitos onde todos os momentos têm a mesma importância e precisam uns dos outros para apresentar uma visão não limitada das conformações sociais, e da maneira que se dá a circulação e fixação de significados num determinado contexto. Com isso se encaminha para afirmar que os sujeitos não são posicionados em relação ao campo das ideologias “exclusivamente”, mas também por formações discursivas de formações sociais específicas. Isso, claro, se dá sem a clara consciência dos sujeitos de que estejam operando dentro de determinada ideologia. Mas, como as normas da linguagem se apresentam abertas à inspeção racional, é possível proceder a análise e a desconstrução de discursos ao ponto de se chegar até os fundamentos que permitam observar as categorias que os geraram (HALL, 2006).

É isso que se procurou fazer aqui: uma busca pelos fundamentos do discurso presente no hino oficial do estado de Rondônia, a fim de compreender as representações colocadas em circulação a partir dele. Estas representações são apresentadas como ligadas à identificação que a população de Rondônia tem com relação a si, e como se apresenta frente a outros grupos. No entanto, trata-se de um complexo de significados e práticas que se entrecruzam, de forma muito mais articulada do que pretende a representação presente no hino. Diferentes percursos histórico-sociais são colocados diante uns dos outros, e buscam a legitimação de suas próprias práticas culturais, e das representações e significados daí advindos.

É assim que podemos tomar o hino de Rondônia como uma tentativa de legitimação de uma dada visão de mundo, mas que não se impõe como reflexo transparente do mundo da linguagem (HALL, 2006, p. 177). Isso ocorre por que surgem diferenças entre termos e categorias, sistemas de referências antagônicos – e por isso contraditórios – que classificam o mundo e fazem com que ele seja apropriado de maneiras diferentes, pelo pensamento social e pelo senso comum.



## REFERÊNCIAS

- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: um pouco-antes e além-depois. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.
- CEMIN, Arneide Bandeira. **Colonização e natureza**: análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola de Rondônia. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 1992.
- COULDRY, Nick. **Inside Culture** – Re-imagining the method of cultural studies. London: Sage, 2000.
- GALINARI, Melliandro Mendes. **A Era Vargas no pentagrama**: dimensões político-discursivas do canto orfeônico de Villa-Lobos. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- \_\_\_\_\_. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.). **Representation**. Cultural representations and signifying practices. London/Thousand/New Delhi: Sage/Open University, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- \_\_\_\_\_. Significação, representação, ideologia – Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora, identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes amazônicos** – Rondônia: trajetória da ilusão. São Paulo: Loyola, 1992.
- SILVA, Maria das Graças. **O espaço ribeirinho**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.
- SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Seringueiros e colonos**: encontro de culturas e utopias de liberdade em Rondônia. 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Campinas, 1996.

# ENCERRANDO A TRANSIÇÃO INSTITUCIONAL DE TERRITÓRIO A ESTADO: A PRIMEIRA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE RONDÔNIA (1983)<sup>1</sup>

*Vinicius Rodrigues Dias<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Neste capítulo será realizada uma discussão sobre os acontecimentos ocorridos na fase inicial de implantação do Legislativo em Rondônia, ou seja, o período de elaboração da primeira Constituição Estadual, que foi redigida por parlamentares eleitos na data de 15 de novembro de 1982, estes estavam divididos em duas bancadas, no campo da oposição os deputados pertenciam ao PMDB e, no campo governista tinham filiação no PDS. O documento em tela foi de grande importância para o encerramento da transição de Território Federal ao status de Estado. E como tantos eventos de transformações sociais, a imprensa esteve envolvida no curso dos fatos, embora se apresentasse como imparcial,

---

1 O presente capítulo é parte do segundo capítulo da dissertação de mestrado - **O Conceito de político na redemocratização pelas páginas do Alto Madeira e O Guaporé em 1983**: notícias sobre a ALE/RO – defendida no PPGH-UFPEL. E, também do artigo - **A Primeira Assembleia Constituinte de Rondônia (1983)** – publicado na revista **Labirinto (UNIR)**, ano XX, Vol.32 (Jan-Jun), n.1, 2020, p.392-414.

2 Doutorando em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em História pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

emitia opiniões ou apoiava determinadas causas, por isso os matutinos Alto Madeira e O Guaporé foram selecionados como fontes principais da discussão.

A implantação do parlamento estadual de Rondônia é tema pouco discutido na literatura acadêmica, ou quando mencionado, recebe um tratamento secundário nas análises. O processo de instalação da ALE-RO (Assembleia Legislativa de Rondônia) por meio da promulgação da Constituição de 1983 foi fundamental na transição de Território Federal ao status de unidade federada. Também, na primeira legislatura surgiram grupos políticos que constituiriam as elites dirigentes nas décadas seguintes.

No ano de 1981 através da Lei Complementar nº41, aprovada no Congresso Nacional e depois sancionada por João Figueiredo na data de 22 de dezembro de 1981, Rondônia tornou-se estado. A dedicação do trio João Figueiredo, Mário Andreazza e Jorge Teixeira, na criação da nova unidade federada, tinha conexão com a eleição de 1982, pois esperavam impulsionar o crescimento do PDS (Partido Democrático Social) no parlamento federal (MATIAS, 1998, p.141; SOUZA, 2011, p.27).

Os militares do governo conseguiram uma vitória parcial no pleito de 1982 no novo estado, o PDS elegeu três senadores, cinco deputados federais e quinze deputados estaduais. O PMDB principal força de oposição, elegeu três deputados federais e nove deputados estaduais<sup>3</sup>.

Pode-se classificar de parcial o resultado do pleito para o PDS, por duas razões. A primeira devido aos arranjos internos do partido, Paola Foroni (2014) afirma que os pedessistas e Jorge Teixeira optaram por selar uma união na eleição de 1982 com intuito de derrotarem os adversários nas urnas (FORONI, 2014, p.30). Ou seja, a dobradinha dos grupos internos do partido governista visava apenas conquistar aos cargos em disputa, por outro lado, a governabilidade não estava garantida. A segunda argumentação baseia-se no fato de ter emergido uma oposição peemedebista coesa gestada naquele pleito e, sozinha poderia abrir CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) no futuro Legislativo, assunto que preocupava o governo e seus secretários.

Mas, o objetivo deste capítulo será de reconstituir o processo de elaboração da primeira Constituição rondoniense, por meio de consulta

---

3 Dados obtidos no TRE-RO.

e análise dos periódicos *Alto Madeira* e *O Guaporé*, estes firmaram relações de proximidades com os constituintes. Apesar de os matutinos terem preferências por determinados grupos políticos do Legislativo.

O periódico *Alto Madeira*, circulava desde 1917 na cidade de Porto Velho, no ano de 1983, os irmãos Euro e Luiz Tourinho administravam o jornal, o impresso tinha relação amistosa com o governo de Jorge Teixeira e os políticos do PDS (FORONI, 2012, p.85; DIAS, 2020).

E, *O Guaporé*, do empresário e deputado federal do PMDB, Múcio Athayde, desde 1981, situava-se no campo da oposição, sua circulação se estendia por todo o estado, sobretudo nas cidades da BR-364. As capas do jornal mudavam de acordo as cidades polos, O Guaporé Norte – Porto Velho, O Guaporé Centro – Ji-Paraná e O Guaporé Sul – Vilhena. Em 1983 na terceira inclui-se a coluna *O Dia Na Assembleia*, tratava das sessões da constituinte e salientava as falas dos deputados peemedebistas (FORONI, 2014, p.91-92; DIAS, 2020, p.38).

Feita a breve contextualização dos impressos pesquisados, aporta-se a discussão do artigo na corrente historiográfica, que entende a imprensa como uma empresa privada que influencia no espaço público, portanto vende aos consumidores “produtos políticos”. Desta forma, as narrativas dos jornais são dotadas de parcialidades e intenções, escritas ao sabor dos fabricantes das notícias (CAPELATO, 2015, p.122; SCHWARCZ, 2017, p.20).

Juntamente com os periódicos conta-se com os depoimentos orais, de Lúcio Albuquerque (ex-editor do *Alto Madeira* e assessor de comunicação da ALE-RO), Carlos Sperança (ex-editor do *O Guaporé* e assessor de comunicação da ALE-RO) e do constituinte Tomás Correia.

Para Eclésia Bosi (2013, p.16-17): “Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época! ”. Nesta pesquisa, o diálogo com testemunhas oculares, contribuiu com a obtenção de informações acerca da estrutura interna dos matutinos, da implantação burocrática do Poder Legislativo estadual e das regras de funcionamento de uma constituinte.

A elaboração da Constituição de 1983, foi um acontecimento ímpar na idealização do novo estado, cada artigo resultou de intensa negociação e embates, às vezes incorporando sugestões da sociedade civil. Os constituintes esforçaram-se por apresentar originalidade e uma

carta magna com fundamentos democráticos, embora frisa-se os limites legais daquela Assembleia Constituinte estadual, pois o país estava sendo governado por uma Ditadura Militar.

Ao longo da constituinte, os deputados do PMDB acusavam os pedessistas de tentarem estender ao máximo de tempo a redação do texto, assim o governador manteria o poder de editar decreto-lei e governar sem fiscalização. Mas, a hipótese defendida aqui é o contrário, as fontes permitem entender que ambas as bancadas parlamentares empenhavam-se na aceleração e conclusão da constituição, os impasses ocorridos foram resultados de atritos internos, o Executivo esteve distante e tinha relação conflituosa com seus correligionários.

## OS CONSTITUINTES

Os deputados estaduais da primeira legislatura estadual rondoniense tomaram posse no dia 31 de janeiro de 1983, numa solenidade conduzida pelo presidente do TRE-RO, Darci Ferreira, e nesta mesma cerimônia inaugurou-se a Assembleia Constituinte (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p.1).

Integravam a bancada do PMDB os seguintes deputados: Amir Lando (advogado), Ângelo Angelim (professor), Augusto Sérgio Carminatto (agricultor), Cloter Mota (Técnico em Contabilidade), Jerzy Badocha (professor), João Dias (agricultor), José Ronaldo Aragão (médico) e Tomás Correia (advogado e procurador do MPF)<sup>4</sup>.

No PDS, formavam a bancada os deputados: Amizael Silva (professor), Analdo Martins (militar da reserva), Heitor Costa (odontólogo), Francisco Nogueira (comerciante), Genivaldo Souza (técnico agrícola), Jacob Atallah (médico), José Bianco (advogado), José Zuca Marcolino, José do Prado (agricultor), Jô Yutaka Sato (farmacêutico), Manoel Messias (engenheiro agrônomo), Marvel Falcão (engenheiro agrônomo), Oswaldo Pianna (médico), Silvernani Santos (engenheiro agrônomo) e Walderedo Paiva (delegado da Polícia Civil-RO)<sup>5</sup>.

Após a eleição da mesa diretora, composta por situacionista e oposicionista, José Bianco, tonou-se o presidente da Assembleia

4 Dados obtidos no CPODOC-FVG e no Alto Madeira.

5 Dados obtidos no CPODOC-FVG e no Alto Madeira.

Constituinte (ALTO MADEIRA, 03/02/1983, p.1). E, logo procurou estreitar laços com a imprensa, ao lado das lideranças dos partidos, Tomás Correia (PMDB) e Jacob Atallah, estiveram nos meios de comunicação para uma visita (ALTO MADEIRA, 08/02/1983, p.1; O GUAPORÉ, 08/02/1983, p.3).

Durante as leituras do *Alto Madeira* e *O Guaporé*, constata-se que críticas dirigidas a José Bianco são praticamente escassas, porém o parlamentar é apresentado como político simpático e hábil na conciliação. Já Tomás Correia, era mencionado por Josias Macêdo do *Alto Madeira* de *carcará da oposição*, se bem que o periódico se achegou com os oposicionistas naquele período.

## A ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

A estreia da Assembleia Constituinte contou com dificuldades logísticas, a começar pelas acomodações físicas, nos gabinetes dos constituintes faltavam móveis, como cadeiras, e a Assembleia não tinha um corpo burocrático, dependente da remoção de funcionários do governo estadual para assessorar a instituição provisoriamente (ALTO MADEIRA, 03/02/1983, p.3).

Ainda, tivera que lidar com um orçamento de 995 milhões de cruzeiros disponibilizado pelo Executivo estadual, para cobrir as despesas de pessoal e manutenção, gerando críticas de deputados que alegaram serem irrisórios frente às despesas. A precariedade ficou notória logo no início dos trabalhos (na eleição da mesa diretora) teria faltado de tudo, até mesmo água, revertida quando um assessor do deputado Walderedo Paiva, solicitou ajuda de um vizinho do prédio ao pedir 3 litros de água, copos e bandeja. Em seguida, a sujeira deixada no plenário de cinzas de cigarros que ficaram nos carpetes e embalagens de cigarros sobre as mesas, devido à ausência de um cinzeiro (ALTO MADEIRA, 04/02/1983, p.3).

Por causa do status de Assembleia Constituinte, a instituição indispunha de condições legais para conduzir o processo licitatório, por isto recorreu-se a Polícia Militar de Rondônia para conduzir a operação de licitação de mobília, restando ao Legislativo o acompanhamento licitatório com a supervisão dos deputados Clóter Mota e Arnaldo Martins (O GUAPORÉ, 30/03/1983, p.3).

Devido as dificuldades estruturais os trabalhos constituintes chegaram a serem suspensos, definindo uma previsão de retorno no dia 21 de fevereiro, neste recesso aguardava-se melhorias nas dependências do prédio (ALTO MADEIRA, 04/02/1983, p.5). Todavia na sessão de 21 de fevereiro não tivera taquígrafos, portanto os discursos não foram registrados (ALTO MADEIRA, 22/02/1983, p.5).

Aos poucos a instituição organizava o quadro burocrático, dentre os primeiros departamentos estava o de assessoria de imprensa, composto de profissionais locais como: Carlos Sperança<sup>6</sup>, Elveste Lyman Jhonson, Ivalda Marrocos, Lúcio Albuquerque e, como fotógrafos, Fábio Grutzmcher e o Marcos Grutzmcher (ALBURQUEQUE, 18/10/2019)<sup>7</sup>. Posteriormente, a equipe de comunicação criou o Boletim Informativo, contendo os assuntos tratados diariamente, o documento era disponibilizado a todos os órgãos de comunicação: desde jornais, emissoras de rádios e televisão (SPERANÇA, 18/10/2019)<sup>8</sup>. Em algumas edições, o Alto Madeira reproduz o boletim, no Museu da Memória Rondoniense existem alguns exemplares do documento.

Cada deputado estadual foi contemplado com dois assessores, veículos oficiais e auxílio aluguel. Os valores destas despesas não eram detalhados à imprensa, foi anunciado que os parlamentares perceberiam proventos no valor de 1,200 milhão de cruzeiros (4,364 reais, nos valores atuais), definidos pela Comissão de Subsídios da casa (ALTO MADEIRA, 26/02/1983, p.4; 10/02/1983, p.12; 05/02/1983, p.5).

Paulatinamente as dificuldades foram sanadas e a Assembleia Constituinte definiu seu organograma, destacando, como tarefa inicial, a elaboração de uma carta magna espelhada nos valores sociais defendidos pelos constituintes. O documento explicitaria trajetórias políticas que, transpostas num conjunto de parágrafos, idealizaram a Rondônia do futuro, segundos as crenças dos legisladores.

Em janeiro de 1983, os deputados estaduais eleitos, foram “agraciados” pelo Governo do Estado com um curso de legislação, ministrado pelo jurista Joaquim Castro Aguiar do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal). Por seu turno, os futuros

---

6 Ciro Pinheiro – anunciou na sua coluna social que Carlos Sperança Neto, então presidente da associação dos jornalistas, havia sido nomeado no cargo (ALTO MADEIRA, 20.02/1983, p.5)

7 Entrevista de Lúcio Albuquerque realizada em 18 de outubro de 2019.

8 Entrevista realizada com Carlos Sperança na data de 18 de outubro de 2019

constituintes demonstraram pouco interesse pelo curso, segundo cálculos do *Alto Madeira* menos de 45% dos deputados participaram da atividade (ALTO MADEIRA, 29/01/1983, p.2; 23-24/01/1983, p.5; 27/01/1983, p.3).

O líder do PMDB, que afirmou ter participado de todo o curso, denunciou aquilo que seria uma tentativa por parte do governo de influir nas ações da Assembleia visando facilitar a elaboração de uma constituição que atendesse aos seus interesses (CORREIA, 07/11/2019<sup>9</sup>). Tal perspectiva não era compartilhada pelo governista José do Prado que afirmou ter obtido conhecimentos sobre temas até então desconhecidos: “este curso constitui-se um dos eventos de maior importância antes da instalação do Legislativo, porque nem todos nós tínhamos conhecimento do funcionamento de uma assembleia” (ALTO MADEIRA, 19/01/1983, p.3).

A desconfiança em relação à generosidade do coronel Jorge Teixeira, afinal, diz o dito popular; “quando a esmola é demais o santo desconfia”, parece confirma-se no fato do professor Joaquim Aguiar ser, desde longa data, próximo ao staff político dirigente, inclusive tendo prestado assessoria sobre a “questão fundiária” durante a gestão Humberto Guedes. Certamente que o exame do material utilizado no curso ou, na falta dele, uma breve análise da produção do eminente jurista, poderá contribuir na elucidação da intencionalidade do Executivo ao, recorrendo a outro dito popular, tentar “ensinar o padre a rezar a missa”. Encerrado ainda em janeiro, o curso de legislação, ao que parece, não teve o resultado esperado, ou seja, falhou em instruir os constituintes sobre a redação de uma constituição e os deputados, como era de se esperar, buscaram outros suportes.

Para facilitar a feitura dos artigos do anteprojeto, os constituintes foram alocados nas comissões temáticas, os titulares e suplentes das respectivas comissões eram nomeados pelos líderes dos partidos e, a quota de vagas baseava-se na quantidade de deputados dos partidos, ou seja, o PDS detinha mais vagas.

As lideranças dos partidos firmaram compromisso sobre os cargos nas comissões, na qual estabelecia que a presidência e a relatoria de uma comissão constitucional não poderiam ficar com o mesmo partido. Assim, esperava-se que Amir Lando fosse o relator final do anteprojeto

---

9 Entrevista de Tomás Correia realizada no dia 07 de novembro de 2019 na sede do MDB-RO.



(ALTO MADEIRA, 25/02/1983, p.3). Abaixo a composição inicial de cada comissão:

- Responsável por discutir a organização do Estado, disposições Preliminares, competência do estado, municípios e Competência Tributária – Arnaldo Martins, Francisco Nogueira e Manoel Messias (PDS), - PMDB – Ronaldo Aragão e Sérgio Carminato;
- Acerca da organização do Estado, Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Poder Executivo – PDS: Amizael Silva, José Prado e Zuca Marcolino, PMDB: Cloter Mota e Sadraque Muniz;
- C: Direitos e da Ordem Econômica e Social, PDS: Márvel Falcão e Genivaldo Souza e Amir Lando (PMDB),
- D: Família, da Educação e da Cultura: PDS – Heitor Júnior e Genivaldo Souza e Amir Lando (PMDB).
- E: Das disposições Gerais e das Disposições Transitórias: Silvernani Souza e Jô Sato (PDS) e João Dias (PMDB) (ALTO MADEIRA, 25/02/1983, p.3).

Respeitando o pacto das lideranças, a comissão B, teve o pedessista Amizael Silva (presidente), e o peemedebista Sadraque Muniz (relator), esta comissão deu a largada inicial das atividades. Amizael Silva manifestou-se por aguardar propostas vindas da sociedade, e a comissão B teria como referência para os trabalhos a dinâmica adotada na elaboração da Constituição Federal, sem deixar de lado o texto elaborado pelo professor Joaquim Aguiar (ALTO MADEIRA, 26/02/1983, p.4). Posteriormente, as comissões A, C, D e E também passaram a funcionar.

Dentre as primeiras propostas divulgadas, no âmbito da comissão constitucional A, repartição das competências, presidida por Arnaldo Martins, foi aventada a isenção de impostos para o setor industrial na Carta Magna, previa-se que o estado conseguiria obter outros impostos com esta estratégia, a notícia agradou empresários da área. O secretário de indústria e Comércio, Silvio Persivo, considerou boa a ideia, porém entendeu que inserir na constituição fugiria das finalidades da constituinte (ALTO MADEIRA, 18-19/03/1983, p.3-4).

Diversos convites eram distribuídos para entidades ou secretários estaduais palestrarem na constituinte. O presidente do TJ/RO, Fouad Zacarias, fez conferência no dia 8 de março no plenário da Assembleia, atendendo convite da Comissão Constituinte “B”, abordou sobre o Poder Judiciário, defendeu o aumento de 9 para 11 de desembargadores

devido ao crescimento da população e, ainda salários compatíveis aos juízes e desembargadores. No uso da palavra, Tomás Correia ponderou que os colegas estavam enfrentando dificuldades em relação ao Direito Constitucional faltando leituras e experiência na matéria jurídica (O GUAPORÉ, 09/03/1983, p.3).

Em seguida, foi a vez do presidente da OAB/RO, Miguel Roumiê, palestrar no dia 10 de março, enfatizando a importância do documento jurídico, citou o jurista português Marcello Caetano, para quem a carta magna estadual deveria sofrer as adaptações que atende-se a carta federal nas áreas relativas à saúde, assistência social, educação, cultura, ordem econômica e social e a família, terminando a conferência com o pedido para que os constituintes incluíssem vagas destinadas ao TJ por indicação da OAB, conforme a Constituição Federal determinava (O GUAPORÉ, 11/03/1983, p.3).

Em 15 de março, Edson Jorge Badra, procurador-geral da Justiça palestrou na Assembleia, tratando do papel do Ministério Público (MP) e da diferença entre o MP e o Poder Judiciário. O Chefe do MP/RO pediu que a garantia da autonomia do órgão fosse incluída na constituição. Na letra da lei, a nomeação do procurador-geral deveria sair de uma lista tríplice, eleita pelos pares com mandato previsto para 2 anos, somente após este procedimento o nome do procurador-geral deveria ser submetido à apreciação do governador, quanto a estrutura financeira, solicitou a fixação de receita na lei maior (O GUAPORÉ, 16/03/1983, p.3).

A tranquilidade das audiências rompeu-se no dia 17, o secretário do Interior e Justiça, Arquelau de Paula, ao mencionar a Lei complementar de nº41, teria atribuído ao Executivo a transformação de Território em Estado, principalmente a Jorge Teixeira, porém Tomás Correia contestou, mencionando o projeto de lei de Jerônimo Santana em 1974 que teve parecer favorável da Câmara dos Deputados, porém ficou engavetado. Tomás Correia ainda discordou da defesa de excessivos poderes ao Executivo e, voltava a discordar da criação do TCE-RO por decreto-lei, Amir Lando reafirmou a posição do líder a este item, dizendo entender ser assunto da Constituinte, porém na sua defesa o convidado afirmou ser um adepto dos princípios liberais (O GUAPORÉ, 18/03/1983, p.3). O jornal oposicionista recortou somente este ponto, numa clara estratégia de mostrar uma oposição combatente, com bagagem jurídica para contestar um dos principais secretários do governador.

No dia 18, coube a José Adelino titular da Secretaria de Saúde à exposição aos constituintes e, esteve marcada por momentos de atritos, pois Oswaldo Piana questionou a condução da presidência ao permitir falas fora do tema, Oswaldo Piana e Heitor Costa deixaram a sessão depois de desavença com Tomás Correia que elogiou o secretário por responder as duas bancadas com igualdade. O jornal não deu muitos detalhes da fala do convidado, somente frisou que o titular da saúde defendera mais investimentos no setor (O GUAPOORÉ, 19/03/1983, p.3).

Prosseguiu-se as conferências, na data de 24 de março, a cultura esteve na pauta da sessão, Vitor Hugo da Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Turismo (SECET), proferiu palestra na Constituinte, abordando as dificuldades de conduzir a área, defendeu uma estreita ligação com a cultura, salientou não ter ainda em Rondônia um turismo comercial (sua pasta também atendia pelo turismo), e lembrou dos encontros culturais no estado, citando o chimarrão consumido pelos migrantes e o tacacá, prato típico da Amazônia (O GUAPORÉ, 25/03/1983, p.3; ALTO MADEIRA, 25/03/1983, p.3). Os dois periódicos estiveram sintonizados na cobertura desta palestra, o tema ganhou um tratamento respeitoso, a manchete do *Alto 399 Madeira* foi “**SECET quer criar uma cultura Rondoniense**” e, *O Guaporé* completou citando a fala do titular da cultura:

Cabe a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo integrar as diferenças culturais dos migrantes de Rondônia, criando condições propícias a formação de uma identidade cultural legitimamente nossa, o que sem dúvida – disse ele- é fator essencial para a fixação à terra adotiva (O GUAPORÉ, 25/03/1983, p.3).

A mensagem de Vitor Hugo aos constituintes foi de disposição da pasta na integralização dos antigos e novos moradores, percebendo como positivo a presença de múltiplas manifestações culturais existentes na região, possibilitando naquele momento a construção da identidade de Rondônia.

Mas, a palestra do secretário de planejamento José Renato Uchôa, teve repercussão longa, na manhã de 25 de março disse aos deputados que o governo esperava uma classe política bastante ativa, ainda defendeu a agricultura (pequena propriedade), pois segundo o mesmo esta seria a

vocação do estado, falou da crise econômica do mercado internacional e o impacto no país (ALTO MADEIRA, 26/03/2018, p.3).

Nos corredores os políticos afirmaram que a SEPLAN era a principal pasta do governo, então o secretário seria “o cérebro do Executivo”, devido a isto os opositoristas não pouparam perguntas. A conferência focou na política agrícola, o secretário fez referência a criação do Mato Grosso do Sul, onde a questão agrícola teria sido fundamental. Questionado pelo líder da oposição sobre a situação das estradas, Renato Uchôa respondeu que a trafegabilidade estava garantida no verão, mas que, devido às condições amazônicas, por outro lado era recuperada a cada ano. Já Ronaldo Aragão, indagou sobre o custo das despesas com publicidade e se o estado tinha participação em alguma empresa do setor, com resposta negativa quanto a segunda e sobre a primeira não tinha como fornecer dados na ocasião, a indagação de Ronaldo Aragão foi justificada com o intuito de sugerir a inclusão na carta de um teto de publicidade a ser usado (O GUAPORÉ, 26/03/1983, p.3).

Na avaliação de Josias de Macêdo a conferência do secretário de planejamento, ocorreu positivamente, pelo motivo de responder com êxito as indagações, porém falhou ao responder à pergunta do líder do PMDB sobre as elevadas despesas com as rodovias e estradas (ALTO MADEIRA, 27/03/1983, p.2), ou seja, perdeu a oportunidade de pôr fim às denúncias do “carcará da oposição”.

Todavia, nos bastidores o governo estava sendo confrontado pelos próprios pedessistas que exigiam mais espaço dentro do Executivo e, uma melhora no atendimento dos parlamentares por parte dos secretários do governador. O titular da SEPLAN era visto como aquele que tinha relação mais próxima com Jorge Teixeira, ao mesmo tempo era considerado o mais distante da bancada governista, por isso sua fala foi 400 interpretada como um aceno do governador aos situacionistas (ALTO MADEIRA, 27/03/1983, p.2).

As reclamações sobre a ausência de diálogo por parte do governador com a bancada pedessista iniciaram logo, no começo da constituinte, ao mesmo tempo, tais questionamentos alimentavam a retórica da oposição de luta pelo término de um “governo autoritário”.

E, para coroar a empreitada da oposição, o governador Jorge Teixeira, durante atividades de agenda em Ouro Preto do Oeste, declarou aos prefeitos presentes o seguinte: “*Eu poderia mandar para a*

*Assembleia uma Constituição para eles aprovarem ou não*”. Parlamentares da base aliada demonstraram perplexidade e disseram ao *Alto Madeira* que aguardariam esclarecimento da fala (ALTO MADEIRA, 05/03/1983, p.1).

Mais adiante este episódio e os atritos do Executivo com os situacionistas serão tocados na discussão, *a priori* pode-se afirmar que a conferência de Renato Uchôa aos constituintes foi aquela que levou mais recados políticos e almejou silenciar a oposição, embora o titular da SEPLAN, com auxílio da imprensa, apresentava-se como um quadro estritamente técnico.

Ademais, um dos temas que preocupou os constituintes tangeu a questão fundiária, Ângelo Angelim, afirmou que o tema deveria ser prioritário nos debates da constituinte, com ênfase nas grandes áreas de terras, ao que correspondesse o espaço urbano competia as Câmaras Municipais realizar as regulamentações (O GUAPORÉ, 26/02/1983, p.3), em um pronunciamento Jacob Atallah chegou a tratar especificamente deste assunto (ALTO MADEIRA, 24/03/1983, p.3).

Convidado de Amir Lando, o procurador geral do INCRA em Brasília Almir Morais, na tarde de 10 de abril, esteve na constituinte, com a comunicação “Terras públicas da união e dos Estados” abordando sobre os conflitos entre INCRA e FUNAI, devido ao órgão antes de realizar a entrega de terras aos colonos esperava da FUNAI a negativa de área doada não estar em terras indígenas, exemplificando como o setor 10 da gleba Corumbiara (ALTO MADEIRA, 19/04/1983, p.1; O GUAPORÉ, 20/04/1983, p.3). Porém o assunto parecia ser de competência estritamente do governo federal, até hoje a divisão das terras aos respectivos entes federativos é alvo de consultas dos órgãos competentes, o problema das terras públicas permanece.

Mas nesta última conferência, a presidência e alguns deputados passaram por constrangimento, a Assembleia Constituinte negou o uso da tribuna por 40 minutos aos docentes estaduais da ARP (Associação Rondoniense dos Professores), que discorreriam da luta pela redução da carga horária de trabalho de 8 horas diárias e a elaboração de um Estatuto do Magistério. José Bianco jogou a responsabilidade a Amir Lando, que em condição de presidente da Comissão C, não achava elegante fazer o conferencista do dia 401 esperar, acrescentando a justificativa José Bianco dissera que se tivesse tempo disponível, duas pautas seriam vistas,

o caso dos professores e o Centenário de Vargas (ALTO MADEIRA, 20/04/1983, p.3; O GUAPORÉ, 20/04/1983, p.3). O *Alto Madeira* amenizou o episódio na terceira página com o título “**Bianco não proibi os professores**”, salientando que seria dado 20 minutos no plenário, mas a falta de acordo entre o PMDB, impossibilitou a cessão de fala (ALTO MADEIRA, 20/04/1983, p.3), no *O Guaporé* ninguém fora poupado com “**Professorado não consegue ser ouvido no Plenário da Assembléia**”, ao término da matéria:

Após encerrada a conferência de Almir Morais, alguns deputados, imprensa e demais presentes comentavam nos corredores da Assembléia Constituinte que o fato ocorrido ontem tornou-se histórico, já que foi o primeiro pedido de apoio feito por uma categoria profissional aos parlamentares do futuro legislativo rondoniano (O GUAPORÉ, 20/04/1983, p.3).

Embora as reivindicações dos professores de acordo o jornal competiria a apreciação dos deputados na fase legislativa, a recusa de escuta das pautas na tribuna pelos constituintes, gerou perplexidade nos jornalistas presentes, além do mal-estar sentido por parlamentares frente a opinião pública, pois se a entidade representativa da educação foi cerceada, o que esperar do cidadão comum ao se dirigir a instituição do povo?

Na oposição havia dois professores, Ângelo Angelim e Jerzy Badocha, o último declarou ser o Estatuto do Magistério, ponto de cobrança da ARP, umas das prioridades do mandato (O GUAPORÉ, 09/02/1983, p.3); e Amizael Silva na campanha de 1982 adotou o slogan “ei de vencer mesmo sendo professor”, com uma carta distribuída aos colegas de profissão e reproduzida no *Alto Madeira*, num trecho dizia:

O que estou tentando dizer-lhe é que sou o elemento indicado para representá-lo (a) na constituinte, porque VIVÊNCIO o magistério seja como professor, secretário ou diretor de estabelecimento de ensino.

Ainda mais: sou de uma família de professores -eu, esposa, sogra, cunhados, filhos e sobrinhos pertencemos à classe. Portanto, escolha o que é melhor para você: um colega de profissão, a seu serviço, na Assembleia Constituinte deste Estado que você ajudou a fazer (ALTO MADEIRA, 07/08/1982, p.4).

Para conquistar os votos e apoio dos colegas, o então candidato descreveu-se como o mais apto da categoria para representá-los na constituinte, até recorrendo ao parentesco. No episódio em tela a priori a situação teria invertido e colocando o deputado numa situação delicada.

A solução do impasse veio com a formação de uma comissão de deputados nomeados por José Bianco, para acompanhar a entidade nas negociações com o governo estadual, com Amizael Silva, Jacob Atallah, Ângelo Angelim e Jerzy Badocha e, agendou para uma terça-feira às 15 horas uma sessão exclusiva para tratarem do assunto (ALTO MADEIRA, 20/04/1983, p.3).

Porém, importante destacar que educação foi tema constante dos deputados, principalmente dos legisladores professores, o próprio Amizael Silva muitas vezes desagradava a pasta da educação pelas cobranças que fazia. Após o episódio dos professores silenciados no parlamento, por meio de discurso escrito, lido pelo colega José do Prado devido a problemas na voz, defendeu, sem obter êxito, a convocação de entidades da educação, como ARP, nos debates da Constituinte, solicitou mais escolas voltadas para o pré-escolar, principalmente para as pessoas mais pobres, e uma regulamentação na carta magna estadual do ensino religioso, pois embora a Constituição Federal afirmasse ser opcional, os alunos estavam sendo obrigados a assistir tais cursos (ALTO MADEIRA, 27/04/1983, p.3).

Enquanto isso, Jorge Teixeira apressou-se na instalação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), o órgão tinha sido concebido desde 31 de janeiro de 1983, por meio do decreto-lei nº47<sup>10</sup>. Os deputados do PMDB contestaram a competência do governador de instaurar o órgão e, anunciaram que reverteriam a medida no anteprojeto constitucional, seguidamente Tomás Correia fazia declarações ácidas do assunto, pois para o líder do PMDB:

---

10 O governador indicou na data de 12 de abril, os seguintes conselheiros: Bader Massud Jorge (prefeito de GuajaráMirim), A B C D E F G H I J, Hélio Máximo Pereira (secretário de Segurança Pública), José Batista de Lima (diretor econômico-financeiro da CERON), José Melo (secretário da Casa Civil), José Renato Uchôa (secretário estadual de Planejamento), Miguel Roumié (presidente da OAB/RO), Zizomar Procópio de Oliveira (secretário da Fazenda) e Kazunari Nakashima na função de procurador do TCE-RO.

Todos tomaram posse numa cerimônia ocorrida no Palácio Getúlio Vargas em 22 de abril (ALTO MADEIRA, 13/04/1983, p.3; 23/04/1983, p.4).

Você pode questionar a autorização da lei complementar que concedia ao governador legislar por decreto-lei, e o TCE foi criado por decreto-lei, mas discordo neste item, por entender existir uma restrição, pois tal competência de matéria constitucional seria da Assembleia Constituinte, ainda mais que estava em funcionamento a Assembleia Constituinte, e o caso do TCE foi mencionado na carta. Deste modo, se eu fosse a favor da forma como foi criado o TCE, também poderia aceitar uma constituição através de decreto-lei pelo executivo, e o PDS fez silêncio e defendeu a posição do governo (CORREIA, 07/11/2019).

Seguindo este raciocínio, percebe-se plausibilidade nos argumentos, além de que o órgão é uma extensão do Poder Legislativo, atuando de maneira a auxiliar na fiscalização do Executivo, por este motivo causa estranheza a pressa do governador em compor o colegiado e, indicado sem consultar os legisladores.

Os deputados do PDS minimizaram a atitude do governador, somente em anonimato alguns disseram ao *Alto Madeira* discordarem da estruturação do órgão sendo realizada pelo Executivo (ALTO MADEIRA, 13/04/1983, p.2).

Outra frente foi na esfera judicial, com uma ação popular impetrada no TJ-RO, o desembargador Cesar Montenegro, relator da ação contra a criação do TCE-RO, remeteu o processo a vara da Fazenda, entregue ao juiz João Batista Vendramini Fleury, negando o prosseguimento (ALTO MADEIRA, 10/06/1983, p.4; 23/06/1983, p.4). A oposição ainda apresentou recursos nas instâncias superiores e, restava a própria constituinte fazer alterações, porém a oposição não teve sucesso.

Após dias e dias de conferências, as comissões temáticas trabalharam para apresentarem os respectivos relatórios finais, a rotina acontecia normalmente, mas no caminho surgiu um empecilho cuja resolução levou certo tempo, quem seria o relator da constituição?

No mês de março chegou a ser cogitado a troca do deputado Amir Lando no papel de relator geral, conforme o título do *Alto Madeira* datando em 23, “*PMDB Não Aceita Mudança: Relator Da Constituição*”, e na edição de 24, Josias de Macêdo comentou de um possível rompimento do acordo com a mudança afetando a boa relação dos dois partidos (ALTO MADEIRA, 24/03/1983, p.2); de acordo com as afirmações do PDS, subscritas pela imprensa, tratar-se-ia de mais umas das “denúncias” isolada e sem fundamentação do PMDB que, como outras, portanto ficando de escanteio.



Todavia, quando os trâmites finais seriam da Comissão de Revisão Final, presidida por José Bianco, o embate da relatoria tomou a pauta e paralisou parcialmente a constituinte, José Bianco e o líder do PDS Jacob Atallah negaram qualquer acordo que teriam definido Amir Lando como relator do documento, o impasse chegou a tal ponto que o PMDB instituiu uma comissão paralela para redigir a versão final da carta magna (ALTO MADEIRA, 06/05/1983, p.3-5).

Segundo a resolução nº4, votada em 21 de fevereiro no plenário, havia estipulado a data de 22 de abril para os constituintes entregarem seus estudos, mas o relatório da Comissão Constitucional B, sob responsabilidade de Cloter Mota sofreu atrasos propositalmente, justificando que não iria participar do marketing do PDS e, por não dispor de condições adequadas de trabalho no seu gabinete, embora estivesse uma placa na entrada de sua sala na qual constava “trabalhando” (ALTO MADEIRA, 07/05/1983, p.3).

A situação perdurou por vários dias, com trocas de farpas entre as bancadas do PDS e do PMDB, a reunião de 6 maio foi suspensa por causa da falta de quórum, os pedessistas não compareceram ao encontro, numa reposta a uma nota veiculada na imprensa pela oposição, no *Alto Madeira* contém trechos da mesma, no *O Guaporé* a reprodução está completa, num quadrado do lado direito da terceira página. Abaixo partes da nota:

Queremos, portanto, deixar patenteado ao povo de Rondônia, que a propalada abertura democrática estabelecida pelo Presidente da República, ainda não se incorporou à Bancada do PDS deste Estado, cujo Líder, faltando à palavra, comprometeu-se seriamente com os princípios da ética e da moral Parlamentar. Ao ensejo informamos que a Bancada do PMDB já instituiu uma comissão Constitucional composta pelos seus integrantes, cujo Presidente e relator-geral já foram designados.

O PMDB não fará o papel de mero assessor da Bancada do PDS.

Usurparam o direito do PMDB de participar como legítimo representante de uma ponderada parcela do povo de Rondônia na elaboração da Constituição, obrigando o partido a apresentar projeto próprio, o que não era do seu desejo, pois a Constituição não deveria ser documento de um partido como deseja o PDS (O GUAPORÉ, 06/05/1983, p.3).

Os opositoristas reiteraram a existência de um acordo firmado entre os líderes, outra vez, tomaram para si, em caráter exclusivo, o

qualificativo de “democráticos”, com ironia lançaram dúvidas do real alinhamento dos pedessistas locais a abertura política apregoada por João Figueiredo, ao mesmo tempo, afirmavam que aquela distensão política estava longe da realidade. Também se ocuparam em demonstrar que continuavam trabalhando numa comissão extra, com isto jogando toda a responsabilidade de atrasos no colo dos governistas.

Durante a maior parte da constituinte, o PMDB sempre dizia que o governo estadual fazia interferências no Legislativo, almejando retardar ao máximo de tempo a promulgação da constituição e, desta forma, o governador manteria o controle da agenda legislativa, ou seja, expedindo decreto-lei, a batalha pela relatoria, foi um prato cheio para a oposição exemplificar esta fala.

Porém, o argumento do PMDB esbarrava no distanciamento do Executivo com a bancada pedessista. Naquela circunstância, os deputados do PDS tinham interesse na celeridade da constituinte, porque após a promulgação do documento, os parlamentares exerceriam as funções de fiscalizadores do Executivo. E, depois numa declaração, Tomás Correia sugeriu a entrega da presidência da Comissão de Revisão Final ao PMDB, como opção de aceitação pela oposição da relatoria ficar com o PDS<sup>11</sup>, esta nova guinada de discurso, leva a questionar se realmente houve o acordo ou se era teste de força para barganhar posto estratégico?

Diante da repercussão da nota da oposição, na manhã de 6 de maio na sala do vice-presidente, Zuca Marcolino, a bancada situacionista reuniu-se para defender-se através de uma manifestação à imprensa e, redigiram uma resposta, denominada de “*Ao Público*”, a qual, segundo Jacob Atallah, foi uma resposta a “agressão do PMDB”:

Se alguém está tramando o adiamento da promulgação de nossa carta Constitucional, são os deputados oposicionistas que, insatisfeitos por não terem o Relator Geral escolhido dentre seus membros, não entregam seus trabalhos, retiram-se das comissões e alegam, infantilmente: “já instituiu uma Comissão Constitucional composta pelos seus integrantes, cujo Presidente e relator geral já foram designados”, atitude que demonstra a imaturidade política daqueles deputados, já que deveriam saber ser isto inviável por ferir frontalmente a Resolução nº 04/83 da Assembleia Constituinte. A ética e a moral parlamentar foram realmente feridas, mas pela bancada do PMDB, ao publicarem uma nota baseada em pressupostos falsos (ALTO MADEIRA, 07/05/1983, p.3).

---

11 ALTO MADEIRA. Tomás: **solução é nossa proposta**. 07/05/1983, p.3.

A declaração da bancada do PDS transferiu todo o transtorno em volta da relatoria para os peemedebistas, os quais teriam rompido os princípios básicos da dinâmica parlamentar. Conforme Amizael Silva (1984), a manifestação oficial dos pedessistas teve veiculação nos jornais Alto Madeira, A Tribuna e Estadão do Norte. Informação que se constata, pois, a nota do PDS foi preterida no jornal *O Guaporé*.

Enquanto as bancadas não se entediavam alguns parlamentares isoladamente tentaram selar um novo acordo ou mesmo atrair dois votos do PMDB para a aprovação do projeto final, José Bianco sugeriu as duas alas parlamentares a indicação de dois relatores de ambos os partidos, porém os deputados do PDS não queriam Amir Lando, alegaram terem sido alvos de ataques do opositor. No campo da oposição Cloter Mota, Jerzy Badocha, Ângelo Angelim e Tomás Correia, empenhados para apresentarem o texto da constituição até o dia 15 de junho, lembravam os pedessistas que eles precisavam de dois votos para aprovar a matéria, acrescentando que o partido fecharia questão do assunto registrada no TRE-RO, por isso a desobediência ao posicionamento do líder do partido levaria a perda do mandato. O escolhido para relatar o projeto final foi Amizael Silva, o qual reconheceu não ter formação acadêmica na área de ciências jurídicas (ALTO MADEIRA, 08/05/1983, p.1-4).

Após o impasse, o PMDB e o PDS retornaram aos encontros em 12 de maio<sup>12</sup>. Apesar da trégua com o PDS, a oposição continuava elaborando o texto paralelo e pretendia levar ao plenário na metade de junho, antes seria enviado a OAB, MP, TJ e sindicatos para debaterem as propostas (ALTO MADEIRA, 17/05/1983, p.7).

Na data de 19 de maio, os constituintes tiveram acesso ao primeiro exemplar do anteprojeto constitucional, contendo 234 artigos. Em seguida, a sugestão de José Bianco de paralisar debates no plenário, com retorno somente na votação do anteprojeto, foi aprovada e, gerou novo embate com o PMDB. O líder da oposição aconselhou aos correligionários a ausentar-se da Comissão de Revisão Final (ALTO MADEIRA, 20/05/1983, p.1-3).

José Bianco explicou a proposição alegando que a oposição só queria tumultuar, quanto ao projeto deles que fosse levado a Comissão de Revisão Final, quanto a questão dos dois terços dissera que sua bancada estaria sempre nas convocações de reunião constitucional e

---

12 ALTO MADEIRA, 13/05/1983, p.1.

esperaria bom senso dos opositores. Para Cloter Mota aquilo seria um AI5<sup>13</sup> na casa (ALTO MADEIRA, 20/05/1983, p.3). Seguiu-se trocas de acusações, Tomás Correia enviou uma carta ao presidente da UPI (União Parlamentar Interestadual), o deputado catarinense Moacy Bertolli, acusando o fechamento do parlamento:

Com essa manobra evidencia-se o desejo do PDS de retardar ainda mais a promulgação da Constituição do Estado, favorecendo o coronel governador nomeado que continuará legislando por decreto-lei, tornando-se assim um autêntico senhor feudal (ALTO MADEIRA, 21/05/1983, p.3).

Novamente a oposição seguia o enredo de interferências externas na constituinte, e agora com medidas autoritárias para barrar as vozes discordantes. Com isto o partido construía com outros argumentos a memória de autênticos democráticos cujos direitos foram vilipendiados.

Por meio dos jornais, os presidentes regionais dos partidos entraram na cena, Jerônimo Santana do PMDB publicou uma nota. O *Guaporé* divulgou somente a versão da oposição e o *Alto Madeira* não informou a autoria, o cacique peemedebista comparou o caso a fase de fechamento do Congresso Nacional:

A medida relembra os macabros tempos dos atos institucionais, quando as casas parlamentares foram fechadas a baionetas de fuzis e metralhadoras. Com objetivos escusos, contando com o apoio da bancada do PDS, o presidente da Assembléia Constituinte fechou aquela casa em tal desrespeito ao povo de Rondônia e aos princípios democráticos.

O PMDB condena veemente o autoritarismo e a ditadura implantada na Assembléia Constituinte pelo PDS, onde seus parlamentares, maioria, funcionam apenas para aplaudirem o coronel governador, em detrimento dos princípios e dos anseios do povo rondoniense traíndo os seus compromissos assumidos na última campanha eleitoral (O GUAPORÉ, 27/05/1983, p.3).

Reforçando a narrativa de Tomás Correia, o presidente do PMDB, o ex-deputado federal Jerônimo Santana, que exerceu o mandato de parlamentar em 1977 quando o parlamento nacional foi fechado pelo

---

13 Referência ao Ato Institucional de número 5, baixado por Costa e Silva na data de 13 de dezembro de 1968, que fechou o Congresso Nacional, e aumentou a repressão sobre diversos segmentos da sociedade. De acordo com o historiador Carlos Fico (2015, p.67): “ [...] O AI-5 tornou o regime uma indiscutível ditadura, reabriu a temporada de punições e serviu de base para a montagem dos aparatos que constituíram a repressão política”.

presidente Ernesto Geisel, avaliava que a situação era gravíssima, pois as manobras do partido governista desrespeitaram os princípios democráticos para satisfazer o governador.

Mas, os peemedebistas entregaram o projeto alternativo de constituição, construído em meio a disputa, na ocasião o presidente da Assembleia Constituinte pediu para que os oposicionistas retornassem a Comissão de Revisão Final (O GUAPORÉ, 26/05/1983, p.3), o ato possibilitou a oposição responder os questionamentos da autenticidade do material reiterando críticas a postura autoritária dos pedessistas.

Ademais, os deputados da oposição não gostaram das palavras de José Bianco sobre o projeto constitucional do PMDB, o qual denominou de “sugestões”, Amir Lando dissera que o projeto de constituição entregue, não fosse debatido entre os pares, a oposição recorreria à Justiça com mandato de segurança contra a presidência da Assembleia Constituinte. Assim como o PDS tinha o seu projeto de constituição, a oposição havia elaborado a sua constituição e, como os situacionistas, também possuía o direito de discutir o projeto no parlamento (ALTO MADEIRA, 26/05/1983, p.3).

O senador Claudionor Roriz, presidente regional do PDS, manifestou apoio a atitude da bancada pedessista e a seu líder José Bianco refutando a tese de que a Assembleia foi fechada, tratar-se-ia de apenas de uma suspensão das atividades necessária para que a carta magna fosse acelerada. Acusou o PMDB de retardar a promulgação da Constituição para reforçar o discurso de que o povo de Rondônia estaria sendo governado por decreto-lei, e, arrematou acusando de autoritária e ditatorial a presidência do PMDB / RO (ALTO MADEIRA, 27/05/1983, p.3). O contraditório do senador esteve na terceira página por “coincidência”.

A trégua aconteceu parcialmente com o anúncio feito por Cloter Mota, o qual a bancada do PMDB confirmava presença nas sessões de debates do anteprojeto e, o relator da carta magna, Amizael Silva, elogiava publicamente o material de autoria da oposição, porém algumas divergências permaneceram, o PMDB não aceitava a forma de instauração do TCE-RO, o que poderia haver destaque no documento final (ALTO MADEIRA, 28/05/1983, p.4; 31/05/1983, p.3).

Depois, Arnaldo Martins confirmou que muitos itens do projeto oposicionista tinham sido debatidos na Comissão de Revisão e seriam

acolhidos, dentre eles, o tempo de ausência do governador fora do Estado, sem a necessidade de 407 transmissão do cargo definido em 10 dias, antes era de 15 dias (proposta da Comissão de Revisão). Outra pauta inserida discorreria da autorização dada ao governador para intervir nos municípios somente com aval do Legislativo, sendo necessário 2/3 dos votos dos deputados, a mesma porcentagem a ser aplicada para a cassação de um parlamentar, além disso, ficaria proibida a nomeação de parentes de até 2º grau do Governador, Vice-governador, presidentes da Assembleia e do TJ ou secretários, sem a realização de concurso (ALTO MADEIRA, 31/05/1983, p.3).

Treze propostas da oposição foram inseridas no anteprojeto, entre eles um item de Cloter Mota, prevendo o destino dos recursos auferidos com as multas do DETRAN e outras arrecadações, revertidos as cidades de origem, e também de um artigo específico aos servidores públicos, contemplados com uma bonificação, semelhante a remuneração-base do contrato (mas em gratificação), paga no mês de dezembro de cada ano (ALTO MADEIRA, 02/06/1983, p.3).

Jacob Atallah e outros parlamentares expressaram divergência de algumas propostas do PMDB, dentre estas, os tópicos referentes ao Ministério Público estadual, que estabelecia os salários dos promotores semelhantes aos dos juízes de direito. E no outro artigo, estabelecia a proibição de remoção compulsória dos membros da instituição sem a devida manifestação espontânea do promotor ou de parecer do Procurador Geral de Justiça.

As insatisfações relacionadas ao Ministério Público, fundamentava-se segundo o PDS, de as propostas poderem estarem em desacordo com a Constituição Federal, como ocorreu com a Constituição de Minas Gerais. Somando-se a reclamação da bancada governista, no PMDB, os correligionários acreditavam que Tomás Correia, atuava de modo corporativista e desfrutaria dos benefícios.

Todavia, é preciso fazer alguns esclarecimentos, quanto a ligação corporativista do líder do PMDB, a hipótese se confirmava. Já de possíveis beneficiamento, a afirmação não tinha sustentação, uma vez que o parlamentar estava lotado no Ministério Público Federal. Esta explicação na época foi feita, e parece não ter convencido os pares, o assunto só ficou de lado, devido a insistência de Tomás Correia no tema, o qual não abria mão da questão.

Sobre o ensino religioso, manteve-se a obrigatoriedade nas instituições escolares, mas ficou opcional aos alunos se desejassem cursar a disciplina (ALTO MADEIRA, 24/05/1983, p.3). Tudo indica que este item, teve a inserção feita pelo próprio relator, Amizael Silva, o deputado e seus familiares eram evangélicos, e a obrigação da citada disciplina aos alunos, incomodava fiéis evangélicos.

A versão do anteprojeto constitucional, teve a assessoria de vários especialistas, como a de Murilo Cantu, este a serviço da UPI (União Parlamentar Interestadual), além de servidores de universidades federais, assessorando os deputados quanto as normas gramaticais, realizadas por seguintes docentes, Antônio Gonçalves, Luiz G. Medeiros e Vanessa Darwich (Núcleo da UFPA / RO), Gerson Magalhães (SEDUC) e Luci Michalski (UNIR) (ALTO MADEIRA, 24-27/05/1983, p.3).

Contudo, no dia 6 de junho, os deputados constituintes receberam do presidente José Bianco telegrama da comunicação da Sessão Plenária de leitura do anteprojeto, para 7 de junho, caberia ao rondoniense Oswaldo Piana, primeiro secretário da mesa diretora realizar a leitura, o parlamentar afirmou na véspera estar ansioso e frisou que seria o momento de relevância para os nascidos na terra e para aqueles que residiam no estado (ALTO MADEIRA, 07/06/1983, p.4).

Desta forma, no dia 7 de junho, os secretários da mesa fizeram a leitura do anteprojeto diante de uma pequena plateia composta de servidores do prédio e de membros do Ministério Público (ALTO MADEIRA, 08/06/1983, p.1-3). No Alto Madeira a capa estampou, "*Falta De Interesse Pela Leitura Da Constituição*", enquanto no *O Guaporé* a manchete trouxe, "*Sob Expectativa Do Povo de Rondônia: Assembléia Volta A Funcionar*".

A presença dos promotores Ministério Público causou repercussão, como a informação divulgada de possíveis vetos judiciais sobre tópicos da Carta Magna que versavam sobre o órgão. Rostrand Agra, presidente em exercício da Associação do Ministério Público de Rondônia, afirmou que somente os constituintes decidiriam a constitucionalidade das matérias, portanto deveriam trabalhar sem sofrerem pressões (ALTO MADEIRA, 08/06/1983, p.5), esta entidade foi a que registrou maior circulação na Assembleia Constituinte, uma das únicas detectadas na pesquisa, frequentemente pressionando, com sucesso, pela inclusão de suas propostas na constituinte.

Os passos seguintes deram-se nos debates de artigo por artigo, na oposição numa reunião deliberada pela bancada, cada deputado, afinado com suas áreas, tomariam a frente, assuntos do Judiciário ficaram com Amir Lando e da saúde com Ronaldo Aragão, na questão do TCE-RO, Tomás Correia recuou, e a oposição proporia em lei complementar o número de conselheiros (ALTO MADEIRA, 08/06/1983, p.3).

Enquanto as sessões de debates aconteciam, alguns parlamentares contatavam juristas para dar suporte ao anteprojeto, o reitor da UNB, José Carlos de Azevedo, em portaria publicada, criou uma comissão de professores: presidente, Josafá Marinho, e como membros, José Francisco Paez Landim, Oziris Lopes de Azevedo Filho e Intuna Evangelista Weintr, para assessorem os deputados Cloter Mota e Amizael Silva nos últimos detalhes da carta magna (ALTO MADEIRA, 10/06/1983, p.4).

O docente da UFRJ, Alberto Cotrim<sup>14</sup>, atendendo convite de José Bianco reuniu-se com os deputados constituintes em 10 de junho na própria sede do Legislativo, elogiou o projeto da carta magna, a respeito do TCE-RO não viu inconstitucionalidade, no capítulo dos municípios estranhou o detalhamento (ALTO MADEIRA, 11/06/1983, p.1).

Internamente os parlamentares faziam as modificações a todo vapor, José do Prado se empenhava para a nomeação do Procurador Geral do Estado se dar através de uma lista tríplice feita pelos procuradores, citava como exemplo os casos do Paraná e São Paulo (ALTO MADEIRA, 17/06/1983, p.4); Oswaldo Piana teria incluído no anteprojeto da Constituição tópicos referentes ao combate à febre aftosa do rebanho bovino, este item atendeu a pedido de Nagato Nakashima, presidente da Associação de Medicina Veterinária de Rondônia (O GUAPORÉ, 05/06/1983, p.3).

Também, o relator acatou uma emenda do deputado Walderedo Paiva, assegurando estabilidade aos servidores estaduais, contratados até 31 de dezembro de 1982, sendo inserida no artigo 242 do anteprojeto de constituição (ALTO MADEIRA, 14/07/1983, p.3).

Tudo indicava o término daquele capítulo no Legislativo, o PMDB e o PDS tinham feito as pazes, mas o governador Jorge Teixeira impetrou uma ação na justiça contra o líder do PMDB acusando-o

---

<sup>14</sup> Ocupava a cadeira de Direito Público na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ (ALTO MADEIRA, 15/06/1983, p.3).



de calúnia e difamação<sup>15</sup>, após o parlamentar, numa entrevista à rádio Eldorado, no dia 27 de maio, afirmar que o partido do governo só venceu as eleições de 1982 com uso de verbas ilícitas da administração pública (ALTO MADEIRA, 15/06/1983, p.3).

Havia acordo entre os líderes de suspensão de sessões plenárias até a promulgação da carta magna, mas no dia anterior houve uma sessão e, Ronaldo Aragão foi o único a discursar, comentou o fato manifestando solidariedade ao líder do partido, convalidava a fala de Tomás Correia de que a vitória do PDS se deu por irregularidades (O GUAPORÉ, 16/06/1983, p.3).

Jacob Atallah, ausente na sessão, falou em rompimento de acordo pelo líder do PMDB com o discurso do colega, todavia em anonimato um deputado do PDS questionou a atitude do governador de processar o líder da oposição e, Heitor Costa foi mais enfático, disse que o chefe do Executivo deveria ter ouvido primeiro a bancada governista, queixou-se da desatenção dos secretários para com os deputados, prometendo falar sobre isso em reunião com o governador, e foi além: “[...] O governador corre o risco de ficar em minoria na Assembléia, justamente porque toma posições de caráter político sem qualquer participação nossa” (ALTO MADEIRA, 16/06/1983, p.4).

Na verdade, a situação piorava entre governistas e Executivo, apesar de alguns pedessistas terem optado por não comentar a declaração de Heitor Costa, tendo em vista garantir o avanço dos trabalhos de revisão do anteprojeto. Jacob Atallah pôs panos quentes na fala do colega, no secretário da Casa Civil, Eudes Lustosa mostrou-se surpreso com a declaração, alegando estar o governador exercendo o direito de defesa (ALTO MADEIRA, 17/06/1983, p.3).

Na tiragem de 30 de junho, o *Alto Madeira* publicou em anexo um suplemento especial do anteprojeto contendo 20 páginas, fazendo uma breve retrospectiva de episódios da elaboração do documento,

---

15 Segundo o *Alto Madeira*, o parlamentar se fosse condenado cumpriria pena de prisão calculada em 30 meses, acrescida de multa em torno de 6 mil cruzeiros (ALTO MADEIRA, 17/06/1983, p.1). O opositor recebeu telegramas de solidariedade de manifestação de apoio sobre o processo, os autores das mensagens era Ulisses Guimarães (presidente nacional do PMDB) e do senador Humberto Lucena, este disse que um telex de Tomás Correia foi lido no plenário do Senado pelo senador Mário Mota (O GUAPORÉ, 28/06/1983, p.3). Os processos movidos por Jorge Teixeira contra o líder do PMDB foram prescritos (CORREIA, 07/11/2019).

abarcando os conflitos pela relatoria e os convites para os constituintes ouvirem as entidades e palestrantes.

Reservou-se um espaço especial para o comentário do relator, Amziael Silva, a respeito dos trabalhos da Comissão D, responsável pela À Família, A Educação e À Cultura – composta por Sadraque Muniz (presidente), Genivaldo Souza e Heitor Costa (relator). Entre os vários temas abordados na comissão, incentivo ao esporte, turismo, preservação de sítios arqueológicos, as matérias referentes a educação e a elaboração, em lei complementar, do estatuto do magistério foram aqueles que receberam maior atenção por parte dos constituintes (ALTO MADEIRA, **Suplemento Especial**, p.11), por isso:

[...] Quis também a Comissão “D”, que a vocação agrícola de Rondônia fosse premiada com escolas de ensino técnico, naturalmente atendendo as peculiaridades de cada região do território rondoniano (ALTO MADEIRA, **Suplemento Especial**, p.11).

Ao defender a “vocação agrícola” do estado, inclusive privilegiando o ensino técnico voltado para os interesses da agropecuária, os deputados não faziam mais do que naturalizar o avanço das frentes de expansão agropecuárias em detrimento de outras experiências e projetos de sociedade. E, reproduzia-se, localmente, o que Marilena Chauí (2007) aponta como um dos elementos do mito fundante do Brasil, segundo o qual da terra, transformada em valor, viria o sustentáculo do país.

E, num estado com grande concentração de evangélicos<sup>16</sup>, a providência divina, através da figura do relator geral, não poderia deixar de ser acionada tendo em vista “proteção” dos constituintes que, embora eleitos pelo povo e seus representantes, também se colocavam na posição de fiéis que “acatavam” a vontade de Deus:

Como vimos, os senhores membros das Comissões, além de aceitamos a delegação auferida através do voto secreto e direto, eleitos portanto, ainda invocamos a proteção de Deus para confiarmos ou decretarmos a Lei, em evidente demonstração de acatamento à demonstração de fé religiosa (ALTO MADEIRA, 02/07/1983, p.3).

---

16 De acordo com Paul Freston (1993, p.35) na década de 1980, Rondônia já figurava como a unidade federada que concentrava mais adeptos no segmento evangélico, seria em tono de 20% da população.

Em outras palavras, a importância do sufrágio na delegação de poderes aos deputados foi crucial no processo, todavia nas considerações do relator os constituintes pediram resguardas divinas na segurança dos mesmos. Maria Lúcia Montes pondera que nas décadas de 1980/1990, o país presenciou muitas novidades na arena política e econômica, cada qual responderia aos desafios da nação que buscava reinventar-se, e o campo religioso acompanhou todas estas conjunturas, adaptando-se para integrar-se a nova ordem. Também se adaptando, a religião, diante de tudo isso, mantivera-se como força presente entre os brasileiros (as), impactando nas fronteiras do público e o privado (MONTES, 1998, p.170).

Com todos os ajustes prontos, os constituintes reuniram-se para aprovar, em dois turnos, o anteprojeto. Tomás Correia tentou adiantar a promulgação, mas Jacob Atallah discordou e José Bianco tomou para si a decisão final. No dia 15 de julho, em sessão extraordinária, realizada numa sexta-feira, os constituintes votaram o projeto da Constituição. O líder do PMDB encaminhou o voto da bancada com restrições aos seguintes itens do relatório: elogios à transição política de Figueiredo; adoção de um modelo tributário igual ao praticado pela União, visto como nocivo ao estado federado; a permanência de decreto-lei, vista como inconstitucional; o poder de nomear prefeitos, “ato contra o qual nos curvamos, mas não concordamos”; pouco poder de decisão dado ao Legislativo e “cerceamento das prerrogativas” (ALTO MADEIRA, 16/07/1983, p.3).

A sessão começou as 9h5 e terminou as 12h10. A votação durou 6 minutos, a bancada do PDS disse “sim” e os do PMDB “sim, com as restrições expostas pela liderança” (ALTO MADEIRA, p.3, 16/07/1983). Desta vez, segundo o *Alto Madeira*, a galeria da casa estava lotada (ALTO MADEIRA, 17/07/1983, p.1).

Ainda na sessão solene de 15 de julho, o líder do PMDB tinha proposto acelerar a promulgação da constituição para o dia 16 de julho, alegou a existência de um pacote do Executivo que esvaziaria o Poder Legislativo, dentre os decretos-leis estariam os Estatutos da Polícia Civil, Funcionários Públicos e Magistério, mas o líder do PDS discordou da proposição e José Bianco tomou para si a agenda da promulgação, e o governador Jorge Teixeira descartou enfaticamente expedir tais decretos-lei. A sessão de 16 de julho marcou a votação em segundo turno do texto

constitucional, mantidas as restrições por parte da oposição, a carta foi aprovada finalizando os trabalhos da constituinte (ALTO MADEIRA, 16-19/07/1983, p.3).

O passo seguinte aconteceria com a festa de promulgação, nas dependências do ginásio Claudio Coutinho que contaria com convidados ilustres, no dia 19 de julho, após reunião com os líderes, o presidente da casa marcou para 6 de agosto o grande dia (ALTO MADEIRA, 20/07/1983, p.3).

Não será possível explorar a festa de promulgação, mas salienta que foi um evento elitizado, a divulgação para a população falhou e, o resultado se percebeu com as arquibancadas vazias do ginásio Claudio Coutinho. No dia 6 de agosto a primeira Constituição do Estado de Rondônia foi promulgada (ALTO MADEIRA, 07/08/1983, p.8), inaugurando uma nova fase administrativa e política.

A fundação do Poder Legislativo rondoniense por meio da Constituição do Estado de Rondônia, alterou toda a rotina política regional, a imprensa e os deputados estaduais reafirmaram os laços, desde as aproximações e as vezes duelo de forças acerca da narrativa de acontecimentos. E, o neófito parlamento quando teve a oportunidade soube usar das suas prerrogativas legais para colocar freios sobre o Poder Executivo, numa clara demonstração da autonomia do parlamento.

Portanto, desde aquela noite de 6 de agosto de 1983, quando após o anúncio do presidente do Assembleia Constituinte que declarou promulgada a Constituição Estadual de Rondônia, houve uma alteração da ordem política, nasceu o Poder Legislativo rondoniense, que se apresentava autônomo e ciente do seu papel na vida de milhares de cidadãos, assim concluía-se a transição de Território Federal ao Estado de Rondônia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição foi o pacto social e político de consolidação de Rondônia, que, através dela o novo estado teria, entre outras coisas, a garantia da autonomia dos poderes. A redação da carta contou com inúmeras sugestões de setores organizados da sociedade civil, coletadas nas audiências públicas realizadas na sede da Assembleia Constituinte, ou mediante consultas realizadas por deputados junto as suas “bases”. Outrossim, embora vivendo sob uma ditadura militar, os parlamentares

recorreram aos juristas renomados tendo em vista a elaboração de uma constituição moderna e coerente com princípios democráticos. E, deste modo, os constituintes desejavam definitivamente, encerrar a mudança de Território Federal para Estado.

No período constituinte aconteceram intensas negociações entre oposição e situação, também foi uma fase de afirmação do Poder Legislativo, que duelou, constantemente, com o Executivo, ao mesmo tempo, a sociedade assistiu a verdadeiros “rachas” no partido do governo, com deputados da situação fazendo duras críticas ao governador, inclusive, chegando a questionar a sua capacidade administrativa. Também, foi quando a população soube de uma minoria oposicionista que, utilizando a tribuna, o fazia um enfretamento constante com o Executivo e que, nas votações, demonstrava coesão e respeito ao líder da bancada.

Acompanhando a mudança política, a imprensa logo se aproximou dos novos atores políticos, e estes buscaram estarem entrosados com os matutinos. Por isso, ao longo da discussão procurou-se deixar claro que os jornais tinham suas convicções e, produziram as narrativas de um lugar político.

## REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **O tempo do vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 3º ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. 7ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A Imprensa Como Fonte e Objeto De Estudo Para o Historiador. *In*: VILLAÇA, Mariana & PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Editora Humanitas, 2015. p. 114-136.

DIAS, Vinicius Rodrigues. **O Conceito de político na redemocratização pelas páginas do Alto Madeira e O Guaporé em 1983**: notícias sobre a ALE/RO. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

FORONI, Paola. **Jorge Teixeira, primeiro governador do Estado de Rondônia: Imprensa e Cordialidade (1979-1982)**. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

\_\_\_\_\_. Governador Jorge Teixeira e a recepção de seus atos e discursos pela imprensa – jornais Alto Madeira e O Guaporé de 1981. **Labirinto (UNIR)**, Porto Velho, n.17, p.79-92, dez. 2012.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MATIAS, Francisco. **Pioneiros: ocupação humana e trajetória política de Rondônia**. Porto Velho: Gráfica e Editora Maia Ltda., 1998.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea**, Vol. IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.63-171.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio 413 de Mesquita Filho, 2011.

# DO TERRITÓRIO AO ESTADO, DE PORTO VELHO À BR-364: A MUDANÇA NA ELITE POLÍTICA EM RONDÔNIA<sup>1</sup>

*João Paulo S. L. Viana<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

A região onde se situa o estado de Rondônia passou por diversos processos de colonização e povoamento durante o século XX (FONSECA, 2017; TEIXEIRA; FONSECA, 2003).<sup>3</sup> Na condição de unidade política, Rondônia vivenciou, a partir da década de 1940, sua formação como Território Federal. Fundado em 1943, sob a liderança varguista do Estado Novo, o Território Federal do Guaporé incorporou áreas geográficas que anteriormente pertenciam aos estados de Mato Grosso e do Amazonas.

---

1 Este texto foi originalmente publicado no vol. 07, nº2, ano 2019, da revista Olhares Amazônicos, periódico do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA), da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

2 Doutor em Ciência Política (UNICAMP). Professor do Departamento de Ciências Sociais (UNIR).

3 Na primeira metade do século XX, os processos de colonização da região do estado de Rondônia estavam diretamente associados à exploração da borracha e à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). Na década de 1950, a descoberta de diamantes e, posteriormente, minério de cassiterita seria responsável por inaugurar outro período de migração à região; mas foi entre os anos 1970 e 1980 que a migração para o então Território Federal de Rondônia ganha impulso, com taxas recordes nacionais, incentivada pela política do regime militar de ocupação dessa área da Amazônia. Milhares de pessoas, majoritariamente da região sul do país, chegavam ao antigo território em busca de terras para o desenvolvimento da agricultura. Esse período deu início a um novo processo institucional, acarretando importantes mudanças políticas, econômicas e sociais (CAVALCANTE, 2015; MACIEL, 2004; SOUZA, V., 2011; TEIXEIRA; FONSECA, 2003).

No ano de 1956, em homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o Território passou a se chamar Território Federal de Rondônia. De 1943 até 1982, quando o estado de Rondônia foi instalado no fim da ditadura militar, passaram-se quase quarenta anos.

O nascimento de Porto Velho, no início do século XX, como município pertencente ao estado do Amazonas, proporcionou a fundação de um núcleo estável de povoamento capaz de superar as crises econômicas que abalaram a Amazônia em períodos posteriores, por exemplo, a primeira crise da borracha. Não obstante, recorda Fonseca (2017), Porto Velho, ao nascer, fez desaparecer a vila de Santo Antônio, localizada sete quilômetros rio acima, já no estado de Mato Grosso, parada que por ali passavam. Por duas vezes no decorrer do século XIX, tentou-se construir, a partir de Santo Antônio, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). Na terceira tentativa, na primeira década do século XX, Porto Velho foi o lugar escolhido. Iniciada em 1907, a construção da EFMM foi concluída em 1912, dois anos antes da criação do município de Porto Velho.

Nesse contexto, a cidade de Porto Velho surgiu como consequência da instalação da Ferrovia Madeira-Mamoré, empreendimento construído como resultado do tratado de Petrópolis. O documento firmado em 1903 celebrou com a Bolívia o acordo sobre o qual o Brasil se comprometeria a construir uma ferrovia, com o objetivo primordial de escoar a produção da borracha boliviana. O trajeto da ferrovia fazia a ligação de Porto Velho a Guajará-Mirim, na divisa com o departamento boliviano do Beni. Pertencente ao estado de Mato Grosso, o município de Guajará-Mirim<sup>4</sup> foi instalado em 1929, assim como Porto Velho, também em decorrência da ferrovia Madeira-Mamoré. Desse modo, Guajará nasceu em torno da estação (TEIXEIRA; FONSECA, 2003). Durante mais de trinta anos, Porto Velho e Guajará-Mirim foram, até o momento de explosão demográfica nos anos 1970, as duas únicas cidades do antigo Território.

No presente artigo, abordaremos o processo de mudança no perfil da elite política rondoniana, que se acelera no momento inicial dos anos 1980, durante o ápice da transição do antigo Território Federal de Rondônia ao estado de Rondônia, e consolida-se na primeira metade

---

4 A lei de criação do município de Guajará-Mirim foi sancionada no dia 12 de julho de 1928, pelo governador do estado de Mato Grosso, Mário Correa da Costa (CHAMMA, 2012).



dos anos 1990, tornando-se a nova elite política interiorana hegemônica com a eleição de Valdir Raupp (PMDB) ao governo estadual em 1994. Naquele ano, pela primeira vez em todos os níveis de disputa, a maioria de candidatos eleitos possuía base eleitoral na região do eixo da BR-364.

Uma nova elite oriunda dessa parte desenvolvida do estado já era maioria na Assembleia Legislativa desde o pleito inaugural de 1982 e na Câmara dos Deputados desde 1990. No entanto, na eleição de 1994, líderes da BR-364 venceriam também as duas vagas ao Senado e, pela primeira vez, o governo estadual. De fato, a vitória de Raupp marca a hegemonia do interior sobre a capital na política rondoniense. Paralelamente a esse processo de mudança da elite política estadual, ocorre a abertura do mercado da competição político-eleitoral no início dos anos 1990. Assim, é no momento em que a disputa eleitoral torna-se mais aberta e competitiva que novos atores oriundos dessa área de desenvolvimento do estado, e novos partidos, consolidam-se no processo político regional.

Este artigo divide-se em três seções, além da introdução e as considerações finais. Na primeira seção, analisaremos o período inicial do antigo Território a partir das disputas políticas entre Cutubas e Pele Curtas.<sup>5</sup> No contexto de apenas uma vaga em disputa para a Câmara dos Deputados, no antigo Território Federal do Guaporé/Rondônia, vigorou um sistema eleitoral majoritário, distinto do modelo de representação proporcional instituído no país integralmente desde 1945. Esses fatores contribuíram, fundamentalmente, para a formação de um bipartidarismo e o domínio da política regional por uma elite política de forte influência burocrático-militar que se centrava no eixo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), mais especificamente na capital Porto Velho. Em suma, Porto Velho foi o centro político durante todo o período em que somente existiam os municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim.

Posteriormente, serão objeto da análise as transformações na elite política dirigente, a partir do processo de transição Território-Estado, que compreendemos ter início em 1977, ainda sob o governo do coronel Humberto Guedes, com a criação dos primeiros municípios no eixo

---

5 O grupo político dos Cutubas era identificado como dos indivíduos das classes mais altas da sociedade. Já o grupo dos Pele-Curtas, era formado majoritariamente pela população mais simples, ainda que não fosse necessariamente assim, tendo em vista encontrar membros de classes sociais distintas em ambos os agrupamentos políticos. Ressalta-se o caráter pejorativo das expressões Cutubas e Pele-Curtas, que inclusive, foram designações cunhadas pelos próprios grupos, com o intuito de atacar e menosprezar uns aos outros.

da Rodovia 364. Tal processo se estenderia pela década de 1980, com a primeira eleição direta para o governo estadual em 1986, consolidando-se com a promulgação da segunda Constituição Estadual em 1989, momento compreendido neste trabalho como o fim da transição ao estado. Pouco tempo depois, no início dos anos 1990, observa-se, na política estadual, a conquista da hegemonia da região interiorana da BR-364.

Na terceira seção, exibiremos os dados referentes ao número de mandatos eletivos, o PIB do estado, a população e o eleitorado, dividido pelas Mesorregiões Leste Rondoniense (BR-364) e Madeira-Guaporé (PVH-GM).<sup>4</sup> Por fim, apresentaremos as principais causas que acarretaram a transferência da elite política da capital, especificamente do eixo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, para o interior do estado, na região da BR-364, e levantaremos algumas questões de relevância para reflexão e uma possível agenda de pesquisa.

## DA VELHA ELITE POLÍTICA TERRITORIAL

No período inicial do antigo Território, a competição política estava centrada nos grupos liderados pelos coronéis militares Aluízio Pinheiro Ferreira<sup>6</sup> (PSD-PTB) e Joaquim Vicente Rondon<sup>7</sup> (PSP). Aluízio Ferreira e Vicente Rondon, adversários políticos, revezaram-se no poder desde o processo de transição do Estado Novo ao regime democrático de 1946

---

6 Nascido em 1897, no município de Bragança, no estado do Pará, o jovem oficial Aluízio Ferreira, membro revolucionário do movimento tenentista em 1924, exilou-se, posteriormente, nos seringais de Versailles, no lado boliviano do Rio Guaporé. Anistiado em 1929, foi convidado por Cândido Rondon para ingressar na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso-Amazons (PINTO, 1993). Em 1930, o tenente Aluízio Ferreira foi nomeado Delegado do estado do Amazonas pelo Governo Provisório Revolucionário, até ser designado no ano seguinte pelo presidente Vargas, como diretor da EFMM, após sua nacionalização. Posteriormente, com a fundação do Território Federal do Guaporé, Aluízio Ferreira consolidou-se como o maior líder político da primeira fase do período territorial, compreendida neste artigo como o período de 1943 a 1964.

7 Joaquim Vicente Rondon nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, em 1900. Estudou no Liceu Cuiabano e, mais tarde, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ao longo de sua carreira militar, fez os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola do Estado-Maior e da Escola Superior de Guerra. Em fevereiro de 1946, assumiu o governo do Território Federal do Guaporé, hoje estado de Rondônia, substituindo Aluízio Ferreira. Permaneceu no cargo até outubro de 1947 (ver CPDOC). Em 1954, foi eleito deputado federal pelo PSP. Nesse período, liderou na política regional o grupo dos Pele-Curtas. Antes de se filiar ao PSP, Vicente Rondon foi membro da UDN.

até a segunda metade da década de 1950. Era o período dos Cutubas e Pele-Curtas na política territorial. Durante a experiência democrática de 1946 a 1964, sob forte influência militar, a burocracia estatal que girava em torno da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) exerceu preponderante influência sobre a disputa de poder no antigo Território.

Da fundação do Território Federal do Guaporé, em 1943, até a eclosão do golpe militar em 31 de março de 1964, no contexto de uma competição eleitoral majoritária, com apenas uma vaga de deputado federal em disputa, vigorou uma dinâmica de nomeação do governador do Território a cargo do presidente da República – e sob a articulação do único parlamentar do momento. Ao todo, quatro dos quatorze governadores desse período foram ex-diretores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). Aluizio Ferreira foi o primeiro governador nomeado e também o primeiro deputado federal eleito. Posteriormente, até 1964, Araújo Lima, Ênio Pinheiro e Darwich Zacharias foram os outros ex-diretores da ferrovia nomeados governadores do Território.

Com o início da ditadura militar em 1964, e a cassação do único deputado federal do antigo Território, o Pele-Curta Renato Medeiros (PSP),<sup>8</sup> a dinâmica de nomeação dos governadores do Território Federal de Rondônia foi alterada.<sup>9</sup> Esvaziou-se a influência do parlamentar federal, e os governadores passaram a ser nomeados pela livre escolha do presidente da República. Após 1964, todos os chefes do Executivo territorial foram oficiais militares. Do ponto de vista eleitoral, ainda que o sistema proporcional vigorasse no país integralmente, desde a redemocratização em 1945, no antigo Território, prevaleceu uma disputa eleitoral majoritária. Isso acarretou diretamente uma competição eleitoral regional sob o bipartidarismo, em contraste com um incipiente

---

8 Renato Clímaco Borralho Medeiros nasceu em Belém em 30 de março de 1912. Formado em Medicina, foi prefeito indicado de Porto Velho e, posteriormente, deputado federal filiado ao PSP, cassado pelo golpe de 1964. Ao lado de Joaquim Vicente Rondon, dividiu a posição de maior líder do grupo dos Pele-Curtas. Filiado ao PSP, Renato Medeiros era membro de um grupo de esquerda, considerado comunista. Após sua cassação no golpe de 1964, abandonou a vida pública. É importante mencionar que, em um contexto de ilegalidade do PCB desde 1947, o PSP abrigou também, entre seus membros no antigo território, um grupo de simpatizantes comunistas. Agradeço aos jornalistas Zola Xavier da Silveira e Antônio Serpa do Amaral Filho por me alertarem sobre esse relevante fato.

9 Quando o deputado federal do Território não pertencia ao mesmo partido, ou coalizão, do Presidente da República, o parlamentar não detinha poder político e influência para indicar o governador ao presidente. Para mais detalhes, ver Fonseca (2019).

sistema multipartidário nacional, em seus formatos moderado e altamente fragmentado, que marca o período do primeiro experimento democrático brasileiro (LIMA JÚNIOR, 1983).

Na Tabela 1, apresentamos os dados referentes ao número de partidos efetivos nas eleições para a Câmara dos Deputados no período de 1945-1962. O relevante estudo desenvolvido por Nicolau (2004), sobre as eleições no período de 1945-1962, não apresenta os dados referentes à eleição suplementar de 1947 quando o Território Federal do Guaporé elegeu seu primeiro representante à Câmara dos Deputados, o ex-governador Aluizio Ferreira, então filiado ao PSD. A disputa naquele ano foi protagonizada por Aluizio Ferreira (PSD) e Paulo da Cruz Saldanha (UDN), ambos oficiais do Exército.

**Tabela 1 – Número efetivo de partidos: votos nas eleições para a Câmara dos Deputados (1945-1962)**

Estados	1945	1950	1954	1958	1962
Território do Guaporé/Rondônia	-	2,0	2,0	2,0	2,6
Acre	1,7	2,1	2,0	2,5	2,0
Amazonas	3,4	4,0	2,7	3,4	3,0
Território do Rio Branco/Roraima	-	2,1	2,2	1,9	2,3
Pará	2,5	2,7	3,4	3,0	3,3
Amapá	-	1,3	1,3	2,0	2,2
<b>NORTE</b>	<b>2,7</b>	<b>3,0</b>	<b>3,8</b>	<b>3,7</b>	<b>3,7</b>
Maranhão	1,8	2,7	1,8	2,1	1,8
Piauí	2,2	2,0	2,8	3,4	3,4
Ceará	3,1	2,5	3,6	3,3	3,3
Rio Grande do Norte	2,9	3,2	3,0	2,0	2,9
Paraíba	2,3	2,8	3,1	2,7	3,0
Pernambuco	3,8	3,2	3,6	2,8	3,6
Alagoas	2,8	2,9	2,7	4,5	3,1
Sergipe	2,4	4,2	3,2	2,7	2,9
Bahia	3,0	3,2	5,0	3,6	3,7
<b>NORDESTE</b>	<b>3,1</b>	<b>3,7</b>	<b>4,0</b>	<b>3,5</b>	<b>3,7</b>
Espírito Santo	2,2	3,3	3,5	3,0	4,7
Minas Gerais	3,3	3,7	3,3	3,3	2,9

Rio de Janeiro	3,1	3,7	3,9	3,6	4,0
São Paulo	5,0	5,3	5,7	7,8	8,2
Distrito Federal	4,3	4,5	4,4	3,6	2,7
<b>SUDESTE</b>	<b>4,2</b>	<b>5,4</b>	<b>5,2</b>	<b>5,7</b>	<b>5,8</b>
Paraná	3,3	3,3	4,4	3,7	3,6
Rio Grande do Sul	2,2	3,3	3,5	2,8	3,2
Santa Catarina	2,4	2,6	2,9	2,5	2,6
SUL	2,5	3,5	4,4	3,5	3,7
Goiás	2,3	2,8	3,0	2,5	2,7
Mato Grosso	2,3	2,9	2,8	2,5	2,6
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2,3</b>	<b>2,9</b>	<b>3,0</b>	<b>2,8</b>	<b>3,1</b>
<b>Total</b>	<b>3,7</b>	<b>4,7</b>	<b>4,9</b>	<b>4,8</b>	<b>4,7</b>

Fonte: Nicolau (2004, p. 97-98).

Conforme observado, o impacto do sistema majoritário pode ser explicado pela influência notória da Lei de Duverger<sup>10</sup> sobre as eleições em Rondônia no período democrático que se funda em 1946 e chega ao fim com o golpe de 1964. Assim, enquanto o País vivenciava a construção de um multipartidarismo em sua primeira experiência partidária moderna, no antigo Território, a fundação do primeiro sistema partidário veio acompanhada por um modelo de representação majoritária nas disputas para a única vaga de deputado federal, tendo como consequência o bipartidarismo.

O Quadro 1 apresenta os deputados federais eleitos em um contexto de competição eleitoral limitada, durante o período de 1947-1978, no antigo Território Federal do Guaporé/Rondônia.

**Quadro 1 – Deputados federais – Território Federal do Guaporé/Rondônia**

Ano	Candidato eleito	Partido	Território
1947	Aluizio Ferreira	PSD	Território Federal do Guaporé
1950	Aluizio Ferreira	PTB	Território Federal do Guaporé
1954	Joaquim Vicente Rondon	PSP	Território Federal do Guaporé
1958	Aluizio Ferreira	PTB	Território Federal de Rondônia

10 A Lei de Duverger é um princípio da Ciência Política formulado pelo cientista político francês Maurice Duverger, que considera, sobretudo, que enquanto sistemas majoritários levam

1962	Renato Medeiros	PSP	Território Federal de Rondônia
1966	Paulo Nunes Leal	Arena	Território Federal de Rondônia
1970	Jerônimo Santana	MDB	Território Federal de Rondônia
1974	Jerônimo Santana	MDB	Território Federal de Rondônia
1978	Jerônimo Santana	MDB	Território Federal de Rondônia
1978	Isaac Newton	Arena	Território Federal de Rondônia

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Em 1969, foram reabertas as Câmaras de Vereadores de Porto Velho e Guajará-Mirim, fechadas na ocasião da Revolução de 1930, quando ambas as cidades ainda pertenciam, respectivamente, aos estados do Amazonas e de Mato Grosso.

Para alguns historiadores locais, em um contexto de inexistência de Assembleia Legislativa no antigo Território, a Câmara Municipal de Porto Velho funcionava como uma espécie de parlamento estadual sem sê-lo. Foi na eleição de 1976 para a Câmara de Vereadores de Porto Velho que, pela primeira vez, alcançaram representação no Legislativo municipal políticos oriundos dos distritos situados na parte leste do estado, no eixo da recém-criada BR-364.

Em 1976, dos treze vereadores eleitos na disputa à Câmara Municipal de Porto Velho,<sup>11</sup> sete possuíam como base eleitoral a região da BR364. José Viana dos Santos (MDB), João Dias Vieira (MDB), Noé Inácio dos Santos (MDB) e Nuno Utsumi (Arena) tinham como reduto eleitoral a região onde hoje situa-se o município de Ji-Paraná, maior e mais desenvolvida cidade do interior do estado, instalada no ano seguinte, em 1977. Luiz Cabral de Souza (Arena) e Osmar de Oliveira Costa (Arena) possuíam base política na atual microrregião de Vilhena. E João Gonzaga (MDB), pertencente à atual região de Cacoal, outro importante município fundado também naquele momento. O quadro

---

ao bipartidarismo, sistemas proporcionais tendem ao pluripartidarismo (DUVERGER, 1980).

11 Foi o advogado e professor de Direito Constitucional Orestes Muniz (PMDB), um dos mais renomados juristas rondonienses, primeiro vice-governador do estado eleito pelo voto popular em 1986, ex-deputado federal da primeira bancada eleita em 1982, e ex-presidente da OAB Rondônia, quem me alertou para a emergência de políticos com base na região da BR-364 já na eleição de 1976 para a Câmara de Vereadores de Porto Velho. De fato, é nesse momento, com o acelerado processo de ocupação e desenvolvimento da região situada no corredor da rodovia, que uma nova elite política começa a florescer em Rondônia. A ele, meus agradecimentos.

2 apresenta a relação dos eleitos para a Câmara de Vereadores de Porto Velho, no ano de 1976.

**Quadro 2 – Vereadores eleitos para a Câmara de Porto Velho em 1976**

Colocação	Nome	Microrregião e mesorregião	Partido
1º	Cloter Mota	Porto Velho (PVH-GM)	MDB
2º	José Itamar Moreira Dantas	Porto Velho (PVH-GM)	MDB
3º	José Viana dos Santos	Atual Ji-Paraná (BR-364)	MDB
4º	João Dias Vieira	Atual Ji-Paraná (BR-364)	MDB
5º	João Gonzaga	Atual Cacoal (BR-364)	MDB
6º	Noé Inácio dos Santos	Atual Ji-Paraná (BR-364)	MDB
7º	Paulo Struthos Filho	Porto Velho (PVH-GM)	MDB
8º	Abelardo Castro Filho	Porto Velho (PVH-GM)	MDB
9º	Antônio Leite da Fonseca	Porto Velho (PVH-GM)	Arena
10º	Luiz Cabral de Souza	Atual Vilhena (BR-364)	Arena
11º	Marise Magalhães Castiel	Porto Velho (PVH-GM)	Arena
12º	Nunoi Utsumi	Atual Ji-Paraná (BR-364)	Arena
13º	Osmar de Oliveira Costa	Atual Vilhena (BR-364)	Arena

Fonte: Elaboração própria com base em Matias (1998, p. 134).

Assim, compreendemos que é no ano de 1977, com a criação dos primeiros municípios no eixo da BR-364, estenderia até a segunda metade da década de 1980. Como explicitado anteriormente, observamos o momento de realização da primeira eleição direta para o governo rondoniense em 1986, e o processo constituinte que promulgou a segunda constituição do estado de Rondônia no ano de 1989, os eventos conclusivos da transição Território-Estado em Rondônia.

O Quadro 3 apresenta os 52 municípios rondonienses com os respectivos anos de criação.

### Quadro 3 – Municípios criados ao longo da trajetória político-institucional em Rondônia

Ano	Municípios criados
Até 1977	Porto Velho e Guajará-Mirim
1977	Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena
1981	Colorado do Oeste, Espigão do Oeste, Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste, Jaru e Costa Marques
1983	Cerejeiras e Rolim de Moura
1986	Santa Luzia do Oeste, Alvorada do Oeste e Alta Floresta do Oeste
1987	Nova Brasilândia do Oeste
1988	Machadinho do Oeste, São Miguel do Guaporé, Cabixi e Nova Mamoré
1992	Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Castanheira, Vale do Paraíso, Urupá, Mirante da Serra, Seringueiras, Theobroma, Ministro Andreazza, Gov. Jorge Teixeira, Cacaulândia, Alto Paraíso, Rio Crespo, Corumbiara, Montenegro e Campo Novo de Rondônia
1994	Nova União, São Felipe do Oeste, Cujubim, Primavera de Rondônia, Alto Alegre dos Parecis, Teixeirópolis, Vale do Anari e Parecis
1995	Chupinguaia, São Francisco do Guaporé, Pimenteiras do Oeste e Buritis.

Fonte: Cavalcante (2015, p. 408).

Na eleição de 1978, com o antigo Território ainda sob a liderança do coronel Humberto Guedes, a grande novidade foi a inclusão de uma segunda vaga na disputa à Câmara dos Deputados, instituída pelo Pacote de abril em 1977. O deputado Jerônimo Santana foi reeleito pelo PMDB.<sup>12</sup> Com base eleitoral em Porto Velho, Jerônimo conquistava seu terceiro mandato para a Câmara dos Deputados. Em segundo lugar, foi eleito Isaac Newton (Arena), com base eleitoral em Guajará-Mirim, candidato apoiado pelo governador arenista Humberto Guedes.

Em 1979, o coronel Jorge Teixeira de Oliveira foi nomeado pelo presidente João Batista Figueiredo governador do Território Federal de Rondônia<sup>13</sup>. Diante de um intenso desenvolvimento econômico

12 O advogado Jerônimo Garcia de Santana (PMDB), deputado federal à época pelo MDB, foi o grande líder opositor ao regime militar desde o início da década de 1970. Nesse período, apresentou dois projetos de lei para a criação do estado, porém sem sucesso. Nas eleições de 1982, os dispositivos eleitorais da sublegenda e do voto vinculado contribuíram diretamente para a derrota de Jerônimo na disputa ao Senado. Em 1985, Jerônimo Santana seria eleito prefeito de Porto Velho, e o primeiro governante do estado eleito pelo voto popular em 1986.

13 O coronel Jorge Teixeira de Oliveira é evocado até os dias atuais como o maior político da História rondoniense. Ex-prefeito biônico de Manaus durante a ditadura militar, posteriormente



no corredor da BR-364, Teixeira liderou o processo de transição ao estado de Rondônia, iniciado, importante recordar, por seu antecessor, o coronel Humberto Guedes (MATIAS, 1998). Pouco depois, em 1981, como demonstra o Quadro 3, foram criados mais seis municípios, todos na parte leste do estado, no eixo da BR-364 ou em suas proximidades.

Nesse contexto de desenvolvimento econômico e intensa migração para o Território, Rondônia era considerado o novo eldorado brasileiro ou a nova estrela do oeste (RONDÔNIA..., 1982), atraindo milhares de pessoas, principalmente colonos do sul do país que se fixavam, na maioria, nos assentamentos agrícolas que fundaram as novas cidades no corredor da BR-364, incentivados pela política ditatorial de ocupação da Amazônia (CAVALCANTE, 2015; MACIEL, 2004; TEIXEIRA; FONSECA, 2003). Inclusive, importantes líderes da atual política rondoniense chegavam ao território nesse período.

Em 1979, foi promulgada a reforma partidária que pôs fim ao bipartidarismo instituído em 1966 e deu início a um multipartidarismo controlado (BRAGA, 2006; DULCI, 2003; MAINWARING, 2001; NICOLAU, 1996; SOUZA, A., 1992). Em meio ao processo de transição da ditadura à democracia, o regime militar brasileiro instituiu um novo sistema partidário formado por cinco partidos políticos que se organizaram para a disputa eleitoral de 1982. A Arena transformou-se em PDS. O MDB deu origem ao PMDB. O PT foi criado por setores da sociedade civil organizada ligados aos sindicatos do ABC Paulista, à Universidade e à Igreja Católica. O PDT foi fundado por Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e outros militantes petebistas históricos após a perda da sigla do PTB varguista, que ficou com Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio, apoiada pelo general Golbery do Couto e Silva. O grupo político ligado a Tancredo Neves criou o Partido Popular (PP), porém essa agremiação não chegou a participar da eleição de 1982, fundindo-se pouco tempo depois ao PMDB.

Ao analisar o período de transição do autoritarismo brasileiro à democracia em cinco fases distintas – especificamente a partir dos governos de Castelo Branco e Costa e Silva, entre os anos de 1964 e 1968, até a eleição de Fernando Collor de Melo (PRN), em 1989 –, Codato

---

foi nomeado governador do então Território Federal de Rondônia em 1979. Teixeira, como era popularmente conhecido, liderou o processo de construção do estado, comandando uma elite política civil incipiente.

(2005) compreende que, a partir de 1979, com a presidência de João Batista Figueiredo, inicia-se o momento de desagregação do regime militar brasileiro. É nesse contexto de um duplo processo envolvendo a crise do regime autoritário e a fundação do estado de Rondônia que se observa a tentativa do governo militar em perpetuar no poder uma incipiente elite civil, que emergia durante o processo de criação do novo estado da federação. Assim, a construção do novo estado coincide com a crise da ditadura militar brasileira, o que, de fato, foi importante e decisivo para a aceitação do regime autoritário em transformar o antigo Território numa nova unidade federada com status de estado.

Nesse contexto, a partir da euforia do governo Teixeira, diante de um crescimento populacional que batia todos os recordes nacionais (CAVALCANTE, 2015; TEIXEIRA; FONSECA, 2003), e o pujante desenvolvimento da região do eixo da BR364, fixaram-se as bases políticas e administrativas para a criação desse estado da federação, Rondônia. Em 22 de dezembro de 1981, o Congresso Nacional, de maioria do PDS, aprovou a criação do estado de Rondônia, que seria instalado em 4 de janeiro de 1982. Não obstante, em uma conjuntura marcada pela crise do regime autoritário (CODATO, 2005) e o franco declínio do governo militar, a fundação do estado de Rondônia foi objeto de muita polêmica, principalmente por se tratar de um projeto, conforme fortes denúncias da oposição peemedebista à época, que visava assegurar ao PDS, partido governista, a maioria das cadeiras no Senado e na Câmara dos Deputados na eleição de 1982.

## A TRANSIÇÃO DO TERRITÓRIO AO ESTADO E A MUDANÇA NA ELITE POLÍTICA

Instalado o novo estado da federação em 4 de janeiro de 1982. A partir daquele momento, haveria a necessidade de fundação das instituições. Nesse contexto, as eleições inaugurais de 1982 ocorreram sob fortes indícios de corrupção eleitoral e uso da máquina pública pelo partido governista. Em seus discursos na Câmara dos Deputados, naquele mesmo ano, Jerônimo Santana (PMDB), maior líder de oposição no decorrer da década de 1970 e durante o processo de transição ao estado, acusava o governador Teixeira e seus aliados de utilizarem a estrutura

governamental para perseguir adversários e garantir o sucesso eleitoral do PDS nas eleições daquele ano (SANTANA, 1982).

Em primoroso estudo sobre a institucionalização do estado de Rondônia, Cavalcante (2015) dividiu o estado em duas mesorregiões e oito microrregiões, com base em metodologia do IBGE. Emprego aqui o conceito por ele utilizado para classificar os redutos eleitorais dos deputados estaduais e deputados federais eleitos no período de 1982 a 2014, e também dos governadores eleitos de 1986 a 2014. A Região 1, Mesorregião Madeira-Guaporé, que engloba as microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim. Essa foi a região dominante durante antigo Território, situada no trecho da Ferrovia Madeira-Mamoré; e a Região 2, Mesorregião Leste Rondoniense, que tem seis microrregiões: Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada d'Oeste, Cacoal, Colorado d'Oeste e Vilhena. Como exposto anteriormente, no intuito de facilitar a compreensão do leitor, denominarei a Mesorregião Madeira-Guaporé de PVH-GM, e a Mesorregião Leste Rondoniense, de BR-364 pelo fato de os municípios mais importantes, na maioria, estarem situados no eixo da rodovia.

O Quadro 4 apresenta a divisão dos municípios de Rondônia em oito microrregiões e duas mesorregiões, conforme metodologia do IBGE utilizada por Cavalcante (2015).

**Quadro 4 – Municípios de Rondônia por micro e mesorregião**

Mesorregião	Microrregião	Municípios
Madeira-Guaporé	Porto Velho	Buritis, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Cujubim, Itapuã do Oeste, Nova Mamoré, Porto Velho
	Guajará-Mirim	Costa Marques, Guajará Mirim, São Francisco do Guaporé
Leste Rondoniense	Ariquemes	Alto Paraíso, Ariquemes, Cacaulândia, Machadinho do Oeste, Monte Negro, Rio Crespo, Vale do Anari.
	Ji-Paraná	Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá, Alto Paraíso
	Alvorada do Oeste	Alvorada do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras
	Cacoal	Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Cacoal, Castanheiras, Espigão do Oeste, Ministro Andreazza, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura, Santa Luzia do Oeste
	Colorado do Oeste	Cabixi, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste
	Vilhena	Chupinguaia, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe do Oeste, Vilhena.

Fonte: Cavalcante (2015, p. 392).

A partir da disputa inaugural de 1982, a força eleitoral de uma nova elite política que emergia no recém-criado estado, principalmente nas eleições para a Assembleia Legislativa e o Senado, com a maioria dos eleitos oriunda da Mesorregião Leste Rondoniense no corredor da BR-364. Evidencia-se naquele momento a emergência de uma nova elite política no recém-criado estado, principalmente nas eleições para

a Assembleia Legislativa e Senado, com a maioria dos eleitos oriunda da Mesorregião Leste Rondoniense no corredor da BR-364.

O Quadro 5 apresenta os parlamentares eleitos no estado de Rondônia na eleição fundadora de 1982 para a Assembleia Legislativa com a classificação dos redutos eleitorais.

**Quadro 5 – Eleição para a ALE-RO 1982: reduto eleitoral por município e mesorregião**

Colocação por votação	Deputado Estadual	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1.º	José Bianco	Ji-Paraná (BR-364)	PDS
2.º	Tomás Correia	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
3.º	Genivaldo Souza	Ji-Paraná (BR-364)	PDS
4.º	João Dias Vieira	Ji-Paraná (BR-364)	PMDB
5.º	Sadraque Muniz	Ji-Paraná (BR-364)	PMDB
6.º	Francisco Nogueira	Guajará-Mirim (PVH-GM)	PDS
7.º	Jacob Atallah	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
8.º	Oswaldo Piana	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
9.º	Jô Yutaka Sato	Colorado d'Oeste (BR-364)	PDS
10.º	Manoel Messias	Cacoal (BR-364)	PDS
11.º	Ronaldo Aragão	Cacoal (BR-364)	PMDB
12.º	Sérgio Carminato	Colorado d'Oeste (BR-364)	PMDB
13.º	Arnaldo Martins	Vilhena (BR-364)	PDS
14.º	José do Prado	Ariquemes (BR-364)	PDS
15.º	Silvernani Santos	Jaru (BR-364)	PDS
16.º	Zuca Marcolino	Cacoal (BR-364)	PDS
17.º	Marvel Falcão	Cacoal (BR-364)	PDS
18.º	Walderedo Paiva	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
19.º	Cloter Mota	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
20.º	Heitor Costa	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
21.º	Jerzy Badocha	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
22.º	Amizael Silva	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
23.º	Amir Lando	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
24.º	Ângelo Angelin	Vilhena (BR-364)	PMDB

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-RO.

A força do regime autoritário e do governo de Teixeira assegurou ao PDS uma vitória esmagadora nas urnas ao garantir as três vagas em disputa ao Senado e a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. Nesse momento, o interior, especificamente a nova região centro do desenvolvimento do novo estado, o eixo da BR-364, demonstrava todo seu poder eleitoral com a eleição de quatorze deputados estaduais, o que representou aproximadamente 60% das cadeiras na ALE-RO. Ainda que o processo de substituição de uma antiga elite dirigente, com base na capital, por uma nova elite política do eixo da BR-364, inicie-se timidamente, na eleição de 1976 à Câmara de Vereadores de Porto Velho, ele se intensifica a partir de 1982. É com a eleição inaugural do estado, como explicitado acima no resultado da disputa à Assembleia Legislativa, que a nova elite emergente evidencia seu poderio político eleitoral.

Não obstante, na primeira disputa para a Câmara dos Deputados, prevaleceu a força de líderes da capital. Cinco parlamentares eleitos possuíam como base eleitoral Porto Velho, enquanto três eleitos eram advindos do interior do estado. Na eleição ao Senado, Rondônia foi o único estado a eleger três senadores. Galvão Modesto (PDS) e Claudionor Roriz (PDS) possuíam reduto eleitoral na BR-364, mais precisamente nos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná respectivamente. Odacir Soares (PDS) possuía como base eleitoral a capital Porto Velho, tendo sido prefeito biônico da cidade por dois mandatos na década de 1970. O Quadro 6 apresenta a composição por reduto eleitoral da primeira bancada do estado de Rondônia na Câmara dos Deputados, eleita em 1982.

**Quadro 6 – Eleição para a Câmara dos Deputados 1982: reduto eleitoral por município e mesorregião.**

Classificação por votação	Deputado Federal	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1.º	Múcio Athayde	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
2.º	Francisco Chiquilito Erse	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
3.º	Olavo Gomes Pires Filho	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
4.º	Rita Furtado	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
5.º	Leônidas Rachid Jaudy	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
6.º	Francisco de Sales Duarte Azevedo	Ariquemes (BR-364)	PDS
7.º	Assis Canuto	Ji-Paraná (BR-364)	PDS
8.º	Orestes Muniz Filho	Ji-Paraná (BR-364)	PMDB

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-RO

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CRESCIMENTO POPULACIONAL: A EXPANSÃO DO ELEITORADO E A CONSOLIDAÇÃO DA NOVA ELITE POLÍTICA DA BR-364

Conforme assinalado anteriormente, a consolidação da nova elite dirigente ocorre paralelamente à abertura da competição eleitoral rondoniana no início da década de 1990. O marco desse processo de substituição das elites políticas em Rondônia é a eleição de Valdir Raupp (PMDB) ao governo estadual em 1994, quando também são eleitos dois senadores oriundos do eixo da rodovia, a maioria da ALE-RO e da bancada da Câmara dos Deputados. Até aquele momento, os dois únicos governadores eleitos pelo voto popular possuíam como base eleitoral a capital Porto Velho; mas é a década de 1980 o período de emergência e acomodação dessa nova elite política, ao passo que é também o momento em que se estende o processo de transição Território-Estado iniciado em 1977.

Como exposto na seção introdutória, a transição seria completa na segunda metade dos anos 1980, com a eleição do primeiro governador

eleito pelo voto popular em 1986 e a promulgação da segunda Constituição Estadual em 1989.

O Quadro 7 apresenta os governadores rondonienses eleitos de 1986 a 2014, no qual se demonstra nitidamente a hegemonia de políticos do interior do estado consolidada na primeira metade dos anos 1990.

**Quadro 7 – Governadores eleitos no estado de Rondônia por reduto eleitoral**

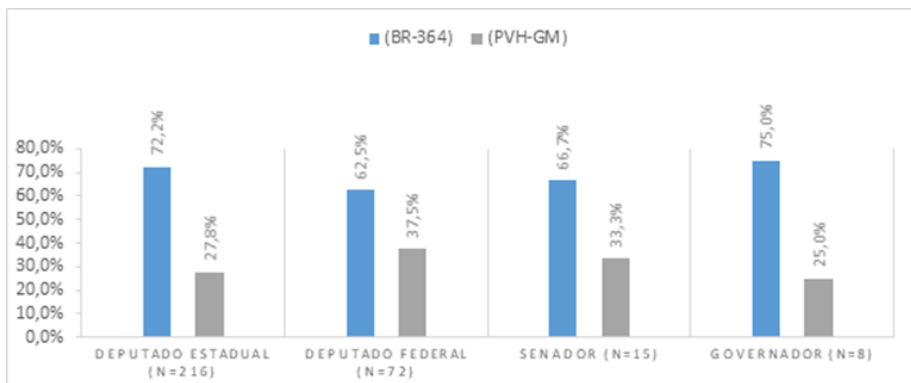
Governadores eleitos	Partido	Ano	Reduto eleitoral por município	Reduto eleitoral por mesorregião
Jerônimo Santana	PMDB	1986	Porto Velho	PVH-GM
Oswaldo Piana Filho	PTR	1990	Porto Velho	PVH-GM
Valdir Raupp	PMDB	1994	Rolim de Moura	BR-364
José Bianco	PFL	1998	Ji-Paraná	BR-364
Ivo Cassol	PSDB PPS	2002 2006	Rolim de Moura	BR-364
Confúcio Moura	PMDB	2010 2014	Ariquemes	BR-364

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-RO e de Cavalcante (2015).

De 1994 a 2014, os governadores eleitos possuíam como reduto eleitoral municípios situados na região da BR-364. Todos, sem exceção, foram prefeito na respectiva cidade antes de exercerem o cargo de governador. Fator de grande influência na consolidação da nova elite política interiorana da BR-364 foi a criação de um mercado efetivo da competição eleitoral após a criação do estado e abertura dessa competição no início dos anos 1990. Enquanto durante boa parte do período territorial a disputa da única cadeira para a Câmara dos Deputados ocorria sob um modelo de representação majoritária, no momento em que o mercado da competição eleitoral rondoniense tornou-se mais aberto, tiveram acesso à representação política mais partidos e novos atores oriundos dessa emergente região em franco desenvolvimento. O Gráfico 1 apresenta a proporção de mandatos políticos por mesorregiões em Rondônia no período de 1982 a 2014<sup>14</sup>.

14 Agradeço ao ex-deputado estadual e ex-secretário estadual de planejamento, William Curi; ao advogado, ex-presidente da OAB-RO, Odair Martini; ao ex-deputado estadual e federal, Eurípedes Miranda, ao ex-presidente do TCE-RO, conselheiro aposentado e advogado, Amadeu Machado; ao ex-deputado estadual e conselheiro do TCE-RO, Wilber Coimbra; ao advogado eleitoralista Demétrio Justo; ao jornalista Marcus Vinícius Danin; ao advogado, servidor aposentado da ALE-RO, Laércio Fernando Santos; e ao advogado e ex-chefe de gabinete da



**Gráfico 1 – Mandatos políticos em Rondônia por mesorregiões: eleições 1982-2014**

Fonte: Elaborado com base em classificação própria conforme dados do TRE-RO. No caso da eleição para governador, a série histórica inicia-se em 1986.

Assim, considero que o vertiginoso aumento populacional no decorrer das décadas de 1970 e 1980, e o desenvolvimento econômico em curso na recém-inaugurada BR-364, são os fatores preponderantes para explicar a substituição da elite política rondoniense durante o processo de transição do antigo Território Federal de Rondônia ao estado de Rondônia. Além de ser a região mais rica e economicamente desenvolvida do jovem Estado rondoniense, é também a mais povoada e onde se situa a maior parte do eleitorado. Atualmente, o estado de Rondônia possui a terceira maior economia da região Norte, atrás apenas do Amazonas e do Pará.

Como recorda Persivo Cunha (2011), durante o processo de colonização do Incra e o aumento do fluxo migratório, Rondônia vivenciou transformações no padrão de crescimento ao abandonar a produção extrativista e diversificar a produção agrícola, com base no cacau, café, arroz, feijão, milho e o aumento significativo das áreas de pastagem, sob o crescimento acelerado da pecuária. É importante ressaltar que nos dias atuais a soja também se caracteriza como um dos principais produtos de exportação rondoniense. Nesse contexto, desde a fundação do estado, a Mesorregião Leste Rondoniense se tem destacado como a área mais pujante e desenvolvida economicamente.

---

governadoria, Eduardo Mezzomo, a colaboração na classificação dos redutos eleitorais dos deputados estaduais e federais eleitos no período de 1982 a 2014. Ressalto, porém, que os eventuais equívocos são de minha inteira responsabilidade.

Na Tabela 2, é possível verificar a divisão do PIB do estado de Rondônia por mesorregião.

**Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB): Rondônia por mesorregião\***

Ano	PIB Mesorregião Leste Rondoniense (BR-364), em bi	PIB Mesorregião Madeira-Guaporé (PVH-GM), em bi
2002	4.563.987	2.903.643
2003	5.882.644	3.542.367
2004	6.676.371	4.328.271
2005	7.640.255	4.871.566
2006	7.844.527	5.210.186
2007	8.712.603	5.725.773
2008	10.449.416	6.836.126
2009	11.160.231	8.564.779
2010	12.730.337	11.177.549
2011	14.028.469	13.546.245
2012	15.814.167	14.298.554
2013	16.834.497	14.286.916
2014	18.419.077	15.611.905

Fonte: IBGE.

\* No site do IBGE, constam os dados do PIB de Rondônia apenas a partir de 2002.

Entre os anos 1970 e 1980, o antigo território Federal de Rondônia apresentaria crescimento populacional recorde no Brasil. O crescimento demográfico que se estende pela década de 1980 é acompanhado pelo aumento da população rural que, no início daquela década, tornou-se superior à população urbana (TEIXEIRA; FONSECA, 2003), porém, sendo superada pela população urbana nos anos seguintes. Nessa época, estavam no auge os programas governamentais para a região, com vista, sobretudo, à ocupação da fronteira, à integração territorial e ao desenvolvimento econômico regional.

Na Tabela 3, é possível verificar a intensidade do crescimento da população rondoniense a partir de 1970.

Tabela 3 – Evolução da população de Rondônia (1970-2010)

Ano	População – Rondônia
1970	111.064
1980	491.025
1991	1.132.692
2000	1.379.787
2010	1.562.409

Fonte: IBGE.

No auge do processo de colonização em Rondônia, como recorda Maciel (2004), paralelamente ao desenvolvimento dos projetos, ocorreu um intenso e exitoso trabalho de construção de uma infraestrutura rodoviária secundária que estava integrada à construção de uma rede urbana também secundária. O advento da BR-364, acompanhado pelo crescimento econômico da região, possibilitou a imigração de milhares de pessoas com origem nos mais diversos lugares do país, majoritariamente colonos da Região Sul. Nesse momento, a explosão demográfica nos municípios recém-criados contribuía para um aumento significativo do eleitorado da BR-364.

Aliado ao desenvolvimento econômico em curso e ao crescimento recorde da população no emergente estado de Rondônia, o direito de voto concedido ao analfabeto em 1985 certamente contribuiu muito mais para o aumento dos eleitores do campo em Rondônia. Os dados demonstram que, na ocasião da eleição de 1982, a nova unidade federada com status de Estado possuía 233.412 eleitores, número que aumentaria para 447.541 na eleição de 1986; o que representou um aumento de 96% do eleitorado nesse período. Na eleição de 2014, a Mesorregião Leste Rondoniense (BR-364) era composta por 62,3% do eleitorado total do estado, índice que, no início dos anos 1980, representava aproximadamente 75% dos eleitores rondonianos<sup>15</sup>. A Tabela 4 apresenta o eleitorado rondoniense no período de 1982 a 2014.

15 Apesar de o TSE não possuir os dados referentes ao eleitorado rondoniense por município nos anos de 1982 e 1986, constando apenas o número total de eleitores do estado, em consulta específica ao TRE-RO e ao TSE sobre o total do eleitorado na eleição para a prefeitura de Porto Velho em 1985, este autor foi informado de que a capital possuía naquele pleito apenas 73.429 eleitores aptos a votar. Esse dado pode ser um indicativo de que, na ocasião da eleição de 1986, o número de eleitores da Mesorregião Leste Rondoniense correspondia a aproximadamente 75% do total do eleitorado estadual. Agradeço aos servidores do TRE-RO, Solange Mendes Garcia,

**Tabela 4 – Evolução do eleitorado rondoniense por mesorregião (1982-2014) \***

Ano	Eleitorado Rondônia	Eleitorado Mesorregião Leste-Rondoniense (BR-364) %	Eleitorado Mesorregião Madeira-Guaporé (PVH-GM) %
1982	233.412	-	-
1986	447.541	-	-
1990	588.691	71,4%	28,6%
1994	692.067	69,5%	30,5%
1998	836.179	68,8%	31,2%
2002	884.060	67,7%	32,3%
2006	987.891	65,5%	34,5%
2010	1.077.186	63,5%	36,5%
2014	1.128.925	62,3%	37,7%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

\* Na página eletrônica do TSE, o eleitorado referente aos anos de 1990, 1994 e 1998 é correspondente ao mês de outubro de cada ano. Para 2002, 2006, 2010 e 2014, o número total do eleitorado corresponde ao mês de dezembro, o que significa um aumento quase insignificante em relação ao número de eleitores aptos a votar no mês de outubro dos respectivos anos. Não há dados disponíveis por município sobre o eleitorado rondoniense nos anos de 1982 e 1986, apenas o número do total de eleitores do estado.

Em 1982, o número de eleitores em Rondônia correspondia a 0,4% do eleitorado nacional. Em 1986, esse número aumentou para 0,65%. Na eleição de 2014, o eleitorado rondoniense representava 0,8% do eleitorado brasileiro de aproximadamente 142 milhões de cidadãos aptos a votar naquele ano. A Tabela 5 apresenta a evolução do eleitorado brasileiro no período de 1982 a 2014.

**Tabela 5 – Evolução do eleitorado brasileiro 1982-2014**

Ano	Eleitorado – Brasil
1982	58.871.378
1986	69.371.495
1990	83.817.593
1994	94.782.803

Assis Herter, Joeser Álvarez e Jamil Januário a imensa ajuda com os dados sobre a evolução do eleitorado rondoniense no período analisado nesta pesquisa.

1998	106.101.067	
2002	115.271.741	
2006	125.913.479	
2010	135.804.433	
	2014	142.822.046

Fonte: Adaptado com base nos dados do TSE.

Ainda que alguns autores tenham alertado anteriormente para o deslocamento da elite política da capital para o eixo da BR-364 (CAVALCANTE, 2015; MATIAS, 1998), este estudo responde a importantes questões referentes a por que, quando e como essa mudança na elite política, de fato, ocorre. Assim, diante de uma conjuntura de acelerado desenvolvimento econômico da Mesorregião Leste Rondoniense, do crescimento demográfico recorde nas décadas de 1970 e 1980 e, conseqüentemente, o exponencial aumento do eleitorado, a nova elite política do emergente estado de Rondônia logra ocupar espaço de poder nos anos 1980, consolidando-se hegemonicamente no início dos anos 1990. Não obstante, apesar da emergência de uma nova elite dirigente, oriunda da BR-364, ser consequência direta do desenvolvimento econômico, aliado ao crescimento populacional e à expansão do eleitorado naquela região, é importante mencionar que é paralelamente ao momento em que o subsistema partidário torna-se mais aberto e competitivo que essa nova elite se consolida de forma hegemônica na política estadual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar os principais fundamentos do processo de substituição das elites políticas em Rondônia a partir da transição Território-Estado. Para compreensão das transformações em curso nesse período, tornou-se fundamental a exposição e análise sobre a trajetória política e a evolução da competição eleitoral do Território Federal do Guaporé ao momento fundador do estado de Rondônia. Nesse sentido, visualiza-se mais claramente a intensidade da mudança política.

Terra do agronegócio, com um dos maiores eleitorados evangélicos do país desde a década de 1980, a formação política de Rondônia ocorreu

em dois momentos distintos de autoritarismo. Inicialmente, durante a criação do Território Federal do Guaporé em 1943, sob a égide da ditadura do Estado Novo varguista. Posteriormente, na fundação do estado em 1982, no momento final da ditadura militar. Essas características contribuem fortemente para explicar o caráter conservador do eleitorado rondoniense, que historicamente tem apresentado preferência por partidos de direita e centro direita.

Não obstante, sobre o tema específico deste artigo, o marco inicial da substituição das elites regionais aqui compreendido é, inclusive, anterior à instalação dos novos municípios no ano de 1977. Observo ser a eleição para a Câmara de Vereadores de Porto Velho em 1976 o momento incipiente dessa mudança que será completa apenas no início da década de 1990. Durante todo o período de transição, entre os fins da década de 1970 e o decorrer dos anos 1980, essa nova elite oriunda da BR-364 logrou ocupar espaço de representação nas estruturas de poder no novo estado; inicialmente, desde 1982, majoritária na Assembleia Legislativa, e a partir de 1990, assegurando o maior número de parlamentares rondonienses na Câmara dos Deputados. Como afirmado, na eleição estadual de 1994, a emergente elite política interiorana consolidava-se de forma hegemônica ao eleger o primeiro governador com base política e eleitoral na Mesorregião Leste Rondoniense.

Sendo assim, observo o desenvolvimento econômico, o aumento demográfico e o crescimento exponencial do eleitorado nos anos 1980 como os principais fatores que incidiram diretamente sobre o deslocamento da elite política regional, da capital para a região da BR-364. Com base nos dados sobre o aumento do eleitorado e o PIB dividido pelas mesorregiões que compõem o estado, demonstro a superioridade da BR-364, como a região mais desenvolvida economicamente e com o maior número de eleitores desde a década de fundação do estado. Ressalto novamente o uso da metodologia desenvolvida pelo IBGE, na classificação do estado em duas mesorregiões, compreendidas neste artigo também como PVH-GM e BR-364. Essa divisão foi fundamental para a classificação dos redutos eleitorais dos deputados estaduais, federais, senadores e governadores eleitos de 1982 a 2014.

Desse modo, a partir da análise dos dados sobre a economia, o eleitorado, e a classificação dos redutos eleitorais dos membros da elite política, evidencia-se claramente o domínio da parte Leste Rondoniense

na política estadual desde o início da década de 1990. Entre os fins da década de 1970 e o início dos anos 1980, grande parte desses atores emergentes na política do novo estado possuía como base eleitoral os municípios situados na BR-364, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, ou em suas proximidades. É o caso de Rolim de Moura, ex-distrito de Cacoal, terra e reduto eleitoral das famílias Cassol, Raupp e Expedito Júnior, líderes com grande influência na política regional desde os primeiros anos de fundação do estado. Nesse contexto, a imensa maioria dos membros da nova classe política regional é composta por imigrantes provenientes da Região Sul do país, que chegaram a Rondônia no momento em que o Território e, posteriormente, o estado vivenciaram uma das maiores taxas de migração da História do Brasil.

É imprescindível recordar também que essa mudança na elite política se consolida paralelamente à abertura da competição eleitoral no estado, quando surgem novos atores e partidos na disputa política em Rondônia. Assim, o subsistema partidário, quase bipartidário durante toda a década de 1980, com o predomínio dos partidos herdeiros do bipartidarismo ditatorial, apresentaria, a partir da década de 1990, uma competição aberta, plural, volátil e altamente fragmentada. Esse, inclusive, é um tema fundamental para compreensão da atual política rondoniense, que abordaremos em uma próxima oportunidade.

## REFERÊNCIAS

- BRAGA, M. S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política 1982-2006**. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2006.
- CAVALCANTE, F. R. C. Formação institucional e desenvolvimento regional no estado do Rondônia. In: SILVA, Fábio Carlos; RAVENA, Nírvia (org.). **Formação institucional da Amazônia**. Belém: Editora do Naea, 2015.
- CHAMMA, M. T. M. **Guajará-Mirim: a Pérola do Mamoré**. Guajará-Mirim, 2012.
- CODATO, A. N. Uma história da transição brasileira da ditadura à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, 2005.
- CUNHA, S. P. Rondônia no século XXI: na encruzilhada da geopolítica da Amazônia. In: VALDÉS BORRERO, Antônio Manuel; RADUAN MIGUEL, Vinícius Valentin. **Horizontes amazônicos: economia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

DULCI, O. S. A incômoda questão dos partidos no Brasil: notas para o debate da reforma política. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANUCCHI, Paulo; KERCHÉ, Fábio. **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora da UnB, 1980.

FONSECA, D. R. **In idem flumen**: as origens de Porto Velho e as povoações do Rio Madeira. Porto Velho: Editora Rondoniana, 2017.

FONSECA, D. R. Aluizio Ferreira Pinheiro e Joaquim Vicente Rondon: a primeira sucessão no governo do território Federal do Guaporé 1946. **Gente de Opinião**, Porto Velho, 12 fev. 2019. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/columnista/dante-fonseca/aluizio-pinheiro-ferreira-e-joaquim-vicente-rondon-a-primeira-sucessao-no-governo-do-territorio-federal-do-guapore-1946>. Acesso em: 18 mar. 2019.

LIMA JÚNIOR, O. B. **Partidos políticos brasileiros**: as experiências regional e federal 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

MACIEL, A. C. **A dinâmica do processo de ocupação sócio-econômico de Rondônia**: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia. 2004. 342 f. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MATIAS, F. **Pioneiros**: ocupação humana e trajetória política de Rondônia. Porto Velho: Gráfica e Editora Maia, 1998.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro 1985-1994. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

NICOLAU, J. M. Partidos na República de 46: velhas teses, novos dados. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004.

PINTO, E. P. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do Território Federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1993.

RONDÔNIA, uma nova estrela no Oeste. **Veja**, São Paulo, n. 696, p. 52, 6 jan. 1982.

SANTANA, J. **Rondônia**: pressão, perseguição e corrupção eleitoral. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

SOUZA, A. O sistema político-partidário. In: JAGUARIBE, Hélio (org.). **Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOUZA, V. A. **Rondônia, uma memória em disputa**. Orientador: Antonio Celso Ferreira. 2011. 202 p. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de



Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2011.

TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R. **História regional, Rondônia**. Porto Velho: Editora Rondoniana, 2003.



O estado de Rondônia completa 40 de anos de criação, tornando o momento bastante oportuno para reflexões sobre os episódios que levaram a sanção presidencial da Lei Complementar nº41. Bem como, suscita questões acerca das mudanças culturais, econômicas e políticas, que aconteceram na jovem unidade federada brasileira ao longo destas quatro décadas. Nesta obra, o leitor terá acesso a pesquisas de cinco estudiosos, das áreas da Ciência Política, Comunicação e História, que se debruçaram sobre a história da transição de Território Federal a Estado de Rondônia. Ao mesmo tempo, o leitor também estará sendo convidado para investigar as diversas transições apresentadas ao longo dos cinco capítulos, e propor outros olhares deste passado recente.



[casalettras.com/academico](http://casalettras.com/academico)



ISBN: 978-65-89475-14-9